

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

21 a 27 de outubro de 1991 - nº 11

GOVERNO E RENAMO ASSINAM "PREÂMBULO NÚMERO 1"

A PAZ NUM IMPASSE

O governo moçambicano e a Renamo assinaram, em Roma, após 18 meses de negociações, um protocolo — visando um futuro acordo de paz —, intitulado "Preâmbulo 1", que fixa os princípios fundamentais, as garantias recíprocas e o quadro institucional em que vai se desenrolar o processo de paz. Este acordo, permitirá o prosseguimento das negociações sobre novas bases — pois estabelecerá uma maior confiança entre as partes —, para resolução de pontos ainda polêmicos, como a lei eleitoral e dos partidos, e as questões de caráter militar.

O presidente da Renamo, Afonso Dhlakama afirmou — numa entrevista exclusiva à rádio oficial sul-africana —, que as implicações institucionais envolvem, por parte da Renamo, a deposição das armas após o acordo de paz, a concentração das suas atividades na política e o respeito ao governo e às instituições. Para o governo, que continuará no poder até as eleições, o acordo implica não adotar leis ou medidas contrárias aos princípios fundamentais contidos no protocolo, além de não interferir nas deslocações internacionais e nos contactos da Renamo no exterior.

A assinatura do referido protocolo sofreu a influência e o apoio internacionais. Não só a CEE e a mediação italiana, mas, especialmente, acentua-se o papel da Inglaterra, objetivando influenciar seus "amigos europeus e africanos" para que pressionem no sentido de que o documento constitua um verdadeiro cessar-fogo.

O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Douglas Hurd, recentemente recebido por Joaquim Chissano, ratificou a continuação da ajuda britânica às áreas de segurança e projetos econômicos, como o Corredor do Limpopo, em que o Reino Unido tem participação financeira. Este Corredor — sistema estratégico para o escoamento de mercadorias através do porto de Maputo, e constan-

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS —
CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Colaboração: Calin Darel, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Blitencourt Pinto e
Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

te alvo de operações militares da Renamo — , terá a proteção de soldados e oficiais moçambicanos, especialmente treinados por um grupo de militares britânicos. (pp. 18, 17, 22, 16)

EMPRESAS NORTE-AMERICANAS: UMA VOLTA SEM PRESSA À ÁFRICA DO SUL

Segundo um relatório editado pelo Investor Responsibility Research Center em Washington, as afirmações retóricas sobre nacionalização e socialismo feitas pelos líderes de uma futura África do Sul democrática, poderiam criar nervosismo nos meios empresariais e de potenciais investidores dos EUA. Os indicadores de exportações de capital pelas grandes empresas sul-africanas, também não ajudam no processo de criação de uma maior confiança no mercado sul-africano. O relatório salienta ainda que as campanhas contra empresas norte-americanas atuando na África do Sul, têm criado "cicatrizes psicológicas". (p. 27)

J.E. "COLLOR" DOS SANTOS (Angola)

A campanha "tempos novos em Angola", a cargo da Propeg (empresa brasileira de marketing político) custou a Angola três milhões de dólares. Ela visa, em primeiro lugar, recuperar a desgastada imagem do MPLA.

Assim, por sugestão dessa empresa, o presidente Eduardo dos Santos vem tendo um contato mais direto com as populações e ocupado maior tempo na televisão. Além disso, ele tem tido um contato mais aberto com a imprensa. Os comícios do MPLA deverão ser transformados em showmícios, com cerveja vendida a preços mais baratos. (p.07)

A DEMOCRACIA EA CRISE ECONÔMICA (Geral)

Artigo de Carlos Graça, secretário geral do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe — Partido Social Democrata, atualmente na oposição, comentando alguns dos principais problemas do continente africano. (p.01)

COOPERAÇÃO COM ÁFRICA VAI RECEBER 10 MILHÕES DE CONTOS...EM JUROS (PALOP)

O Fundo para a Cooperação Econômica (FCE), de Portugal, será dotado, em 1992, de cerca de 10 milhões de contos (aproximadamente, 70 milhões de dólares). Esta verba poderá ser usada no subsídio de juros relativos ao financiamento de projetos de desenvolvimento e de comércio de Portugal com os PALOP.

O FCE, recentemente criado, depende dos ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros de Portugal. A sua gestão ficará a cargo do Instituto para a Cooperação Econômica.

O Fundo é um instrumento indispensável de resposta à intensa campanha desencadeada em Portugal para uma intensificação dos investimentos nas ex-colônias em particular, Angola.

Na sequência do recente Plano de Emergência, implantado por Luanda, tem havido um grande fluxo de pedidos de seguros para créditos destinados para bens de consumo e intermediários. No entanto, a orientação de Lisboa é para privilegiar bens de equipamento e serviços.

Os riscos nos negócios com Angola — no atual momento do país — são, em grande parte, cobertos pelo Estado, através de convenções bilaterais. Outro fa-

tor importante para os negócios é a capacidade de Lisboa em intervir politicamente junto ao governo angolano para que os interessados portugueses não serem preteridos em relação a outros estrangeiros.

Não obstante, esses riscos, as exportações portuguesas para os PALOP vem aumentando bastante. Para Angola, elas deverão ascender, este ano, cerca de 500 milhões de dólares, o que corresponde a um aumento de 30% em relação do ano passado. (p. 2)

ÁFRICA E OS DESAFIOS DA DIGNIDADE

Conjunto de três artigos, abordando os principais desafios com que o continente africano enfrenta no presente momento: a perda de importância geo-estratégica, a crise econômica e social, os antagonismos étnicos e religiosos, o enfraquecimento do Estado, a permanência de métodos repressivos e do recurso à violência como forma de manutenção dos interesses de uma minoria privilegiada. A primeira matéria trata da difícil transição política, do regime de partido único para o pluripartidarismo; a segunda do gravíssimo problema dos refugiados e a terceira, da lenta progressão do respeito aos direitos humanos no continente. (pp.03 a 05)

SAVIMBI DE NOVO EM LUANDA (Angola)

O líder da UNITA regressou dos EUA satisfeito com a garantia de que as companhias petrolíferas não pressionarão o Congresso a levantar as restrições comerciais com Angola (dupla tributação fiscal, junto ao governo angolano e nos EUA). Reafirmou, no entanto, que empresas petrolíferas européias financiaram o MPLA com 300 milhões de dólares, o que foi prontamente desmentido pelas companhias francesa (ELF Aquitaine), italiana (Agip) e a própria norte americana (Chevron). Referindo-se a mesma acusação Marcelino Moco, secretário geral do MPLA, afirmou tratar-se de "pura demagogia". (p. 12)

Savimbi anunciou a intenção de encontrar-se com Eduardo dos Santos, a quem solicitará um abrandamento nas exigências para inscrição de partidos, bem como maior rapidez neste processo. O líder da UNITA admitiu que aceitará as ligações para formar o governo, caso vença as eleições. (p. 08)

PRETÓRIA ABRE REPRESENTAÇÃO EM LUANDA (Angola)

A África do Sul, que recentemente prestava auxílio militar à UNITA — e que mantém uma representação em Jamba —, parece presa à irreversibilidade das reformas do presidente De Klerk. Este tem trocado correspondências com o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, visando a normalização das relações entre os dois países.

Brevemente, os sul-africanos terão uma representação de interesses em Luanda, o que ainda não significará o estabelecimento de relações diplomáticas formais.

Quanto aos entendimentos do governo angolano com os EUA, também está em vias de concretizar-se: a abertura de uma representação de interesses angolanos em Washington. Esta decisão foi tomada após o encontro do chefe de Estado angolano e o presidente George Bush. O estabelecimento de relações diplomáticas formais somente ocorrerá após as eleições angolanas, previstas para novembro de 1992. Mas, segundo algumas fontes angolanas, Washington já estaria

ONU PREOCUPADA COM A PAZ EM ANGOLA

Em decorrência do atraso no acantonamento das tropas dos dois exércitos (governo e UNITA). O acantonamento é o primeiro passo de todo o processo de paz, porque condiciona a formação das novas Forças Armadas e a realização das eleições. Contribui para o atraso, a falta de condições mínimas para a instalação das tropas nas áreas acordadas em Bicesse. (p.12)

IGREJA DE ANGOLA DEBATE EVANGELIZAÇÃO

"Evangelização, ontem, hoje e amanhã", este é o tema do simpósio organizado pela Igreja Católica, que objetiva não só debater os cinco séculos de evangelização, mas também assinalar o seu papel no atual momento histórico do país. O evento ocorre no Palácio dos Congressos, local habitualmente utilizado pelo MPLA para realizar suas reuniões, o que demonstra o bom momento que atravessam as relações entre a Igreja Católica e o governo angolano. Após o encontro com Eduardo dos Santos, o Cardeal de Luanda, D. Alexandre do Nascimento, afirmou sua satisfação com o estado dessas relações. Contribui para tal fato, a devolução dos imóveis confiscados pelo Estado, a promessa da entrega de rádio católica e o apoio das autoridades às celebrações de 500 anos de evangelização em Angola (p. 09) (ver também p. 12)

GOVERNO ANGOLANO LIBERTA 564 PRISIONEIROS DE GUERRA

O fato se insere na estratégia anunciada pelo governo durante uma reunião com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, de libertar unilateralmente, até o dia 23 de outubro, 700 prisioneiros de guerra. (p.12)

REBELLO DE SOUSA VOLTA A MOÇAMBIQUE

Baltazar Rebello de Sousa, um dos últimos governadores coloniais portugueses, entre 1970 e 1971, da ex-Província Ultramarina de Moçambique, retorna a Maputo com propósitos econômicos e culturais. Como presidente da Elo internacional da Comunidade Lusitana para África, afirmou que pretende reunir quadros dos PALOP, da Academia de Ciências, Letras e Artes de São Paulo, e de outros meios universitários brasileiros para estabelecer relações de intercâmbio entre professores, pesquisadores e estudantes. (p.17)

"A MINHA DESLOCAÇÃO A PORTUGAL VAI SER UMA GRANDE AJUDA (Moçambique)

Em entrevista ao Diário de Notícias, Afonso Dhlakama, líder da Renamo, fala sobre o possível encontro com Herman Cohen (Secretário de Estado para Assuntos Africanos dos EUA), a recusa da Renamo em aceitar as atuais leis dos Partidos e Lei Eleitoral, é a importância da integração de Portugal à mediação nas negociações entre Frelimo e Renamo. Ele afirma também que a Renamo possui quadros habilitados a exercer funções ministeriais, tendo ainda forte apoio popular. Dhlakama acredita que hoje a imprensa internacional é muito mais crítica em relação à "propaganda" da Frelimo (que criaria uma falsa imagem da Renamo), enfatizando que seu movimento é "também, e sobretudo, um partido político com uma ideologia própria". (pp.19 e 20)

O ROSTO INVISÍVEL (Moçambique)

O presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, é oriundo da etnia sena, nascido na região de Gorongosa, na província de Sofala.

Como ex-integrante das fileiras da Frelimo na Guerra colonial — donde se desligou quando suas posturas nacionalistas chocaram-se com o aumento da influência soviética sobre a Frelimo —, é hoje tido como um líder extremamente desconfiado das ajudas oferecidas por entidades particulares estrangeiras que, à primeira vista, como acontece com certos empresários portugueses, ele considera como oportunistas. É ainda considerado um líder tirano, mas, parece manter um relacionamento informal com os seus subalternos. O que deve ser destacado — mesmo para um líder que nos últimos anos vem reservando esforços para absorver conhecimentos políticos —, é a acentuada tendência para revelar a importância do fator militar.

Gorongosa, que vive com claras dificuldades materiais, é a capital política da Renamo, seu centro de instruções e de controle das operações militares.

Entre as populações das intituladas "zonas libertadas" defrontamo-nos com a realidade miserável. Cada aldeia apresenta populações desprovidas de roupas, meios mínimos para a produção, e palhotas onde as pessoas coabitam com as moscas, contopéias, mosquitos e outros insetos. Quanto às condições higiênicas, estas propiciam a difusão de doenças e epidemias como a cólera e a malária. Não há antibióticos. Essa é, aliás, a realidade atual na maior parte do país.

Mesmo nestas condições, o contato da Renamo com as populações submetidas ao seu controle, revela uma certa intimidade, sendo difícil avaliar seu grau de autenticidade. Sabendo da necessidade de reforçar os contatos com as populações, Afonso Dhlakama recorre com frequência a comícios e outras formas de propaganda com a distribuição de folhetos contendo as principais reivindicações do seu movimento. À entrada do Hospital Afonso Dhlakama, há um cartaz com os seguintes dizeres: democracia, paz e comida para o povo moçambicano. (p. 21 e 18)

ANC MITIGA TEMORES ACERCA DE INVESTIMENTOS NA ÁFRICA DO SUL

Visando tranquilizar os investidores estrangeiros, o secretário-geral do ANC, Cyril Ramphosa afirma em um documento que eles não terão prejuízos, caso seja adotada uma política de nacionalizações. Sua argumentação consiste no fato de que o baixo preço das matérias-primas no mercado internacional obriga a uma diversificação das exportações sul-africanas, inclusive de manufaturados, e investimentos em divisas serão essenciais para evitar problemas com a balança de pagamentos no período pós-apartheid. Acerca da repatriação de lucros, Ramphosa afirma que um futuro governo do ANC permitirá a transferência de fundos em divisas (p. 29)

FIM DA LUA DE MEL (África do Sul)

Chegou ao fim o período de "lua-de-mel" nas relações entre o ANC e o Partido Nacionalista (no poder). As recentes afirmações do ANC acerca da "inevitabilidade" de uma redistribuição imediata de renda causaram perplexidade

entre a população branca, sendo fortemente atacadas pelo presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Joanesburgo, Tony Leon, e pelo presidente De Klerk. Enquanto prossegue a guerra civil não declarada nas ruas, o Inkatha e os Conservadores assistem atentamente à luta pelo poder, entre o ANC e os Nacionalistas. (p. 33)

BMF APÓIA ECONOMIA MISTA (África do Sul)

O Fórum Negro de Gerenciamento (BMF), após uma conferência que durou dois dias, decidiu apoiar uma economia mista, combinando mecanismos de mercado com intervenção estatal, inevitável na ausência de métodos viáveis de correção dos desequilíbrios sociais. (p. 34)

A VISITA DE PIK À CHINA "NÃO AFETARÁ LAÇOS COM A REPÚBLICA DA CHINA" (África do Sul)

A visita do Ministro do Exterior sul-africano Pik Botha à China Continental, onde concentrou-se com o seu correspondente, Qian Qchen, não afetará as relações com Formosa, que permanecerão "firmes e sólidas". (p. 34)

MOMENTO DECISIVO (África do Sul)

Começa a estruturação de um sistema de ensino racialmente não discriminatório. Um grupo de trabalho sobre educação, composto pelo governo e por organizações da sociedade civil, defendem a convocação de um fórum sobre política educacional. Espera-se a concordância das organizações civis ligadas ao ANC. O ministro da Educação, Sam de Beer, afirma que, embora não se deva atropelar a futura constituição, nada impede a convocação deste fórum. A coincidência de datas entre a greve geral e os exames de admissão nas escolas (4 e 5 de novembro) não causará maiores prejuízos, pois os sindicatos estão instruindo os estudantes a fazerem as provas e procuram garantir o transporte para eles. (p. 35)

IA HISTÓRIA AFRICANA DE SUCESSO (Botsuana)

Botsuana, com uma renda anual de um bilhão de dólares, tem o terceiro PIB per capita da África ao sul do Sahara. O produto principal do país são os diamantes. Botsuana é também considerada uma das poucas democracias estáveis do continente, com sete partidos oposicionistas e eleições quinquenais desde 1966, ano de independência nacional. As raízes desta democracia encontram-se na Kgotla, uma espécie de reunião dos aldeões, na qual cada homem (mulheres, não) tem o direito de se pronunciar sobre determinado assunto. Entretanto, o desemprego já atingiu 30% e outros problemas de urbanização já tem começado a se manifestar. Uma proposta para a construção de uma base militar, a custo de US\$ 280 milhões, está mobilizando a oposição, o que colocará em prova a tradição democrática no país. [O autor não menciona, a questão do estatuto político dos bosquímanos, nem das mulheres; uma democracia na qual o mesmo partido sempre ganha as eleições deve ser analisada com mais cuidado]. (p. 40)

ÍNDICE

África Geral	01-06
PALOP	06
Angola	07-14
Cabo Verde	15
Guiné-Bissau	15
Moçambique	16-23
São Tomé e Príncipe ..	23
África do Sul	24-39
Botswana	40

A democracia e a crise económica em África

Assistimos à acelerada democratização dos regimes políticos africanos com o advento de processos conducentes à instalação do multipartidarismo. Na origem essencial desta transformação encontra-se a reflexão sobre as relações existentes entre democracia e desenvolvimento induzida pelos impasses socioeconómicos que afligem o nosso continente.

Mesmo nos países como São Tomé e Príncipe em que essa reflexão foi precoce, não há dúvida de que os acontecimentos que levaram à derrocada dos regimes comunistas do Leste da Europa e as pressões das potências ocidentais (cuja forma mais explícita surgiu na conferência de La Baule) serviram de catalisadores ou de despoletadores dessas mudanças democráticas.

O partido único de inspiração e estrutura leninistas, mesmo quando ao serviço de regimes de opções económicas liberais, tinha cumprido o seu papel histórico e devia desaparecer. Em muitos casos esses partidos conduziram as lutas de libertação nacional mas tomaram-se, alguns lustros depois, um entrave ao desenvolvimento, sobretudo a partir do momento em que a maioria dos dirigentes passou a servir-se do Partido como simples instrumento de promoção social individual.

No entanto, verificamos nas críticas lançadas aos antigos partidos únicos alguma irracionalidade e muito oportunismo, porque os homens e as instituições não podem ser lucidamente analisados fora do contexto histórico em que evoluíram e não se pode compreender o passado, e fazer história, projectando nele os nossos valores contemporâneos.

O partido único com o seu cortejo de efeitos nefastos agora reconhecidos, nomeadamente o autoritarismo e o laxismo na gestão da coisa pública, foi nos anos 60 e 70 considerado pela quase totalidade dos politólogos do Terceiro Mundo e do Ocidente como solução correcta para os países subdesenvolvidos que saíam da noite colonial, numa intelecção de necessidade de mobilização popular unitária, da consolidação das independências e da estruturação dos novos Estados.

Na rejeição unânime dessa opção ultrapassada verificamos que os mais virulentos são os que preconizaram as formas mais monolíticas do partido único ou os que mais responsabilidades tiveram nos aspectos desumanos e corruptores das ditaduras monopartidárias.

As mudanças democráticas em África revelaram a sede de liberdade dos nossos Povos e a sua aspiração profunda de participação consciente, criativa e responsável na construção dos seus destinos. Sem essa participação parece totalmente ilusório pensar que algum dia uma dinâmica endógena e auto-centrada de desenvolvimento nasça nos nossos países.

Estes processos exaltantes de democracia, que poderemos considerar como uma segunda libertação da África, passam-se infelizmente num contexto económico de grave crise que tem bases estruturais difíceis de superar.

Na discussão das origens e das causas desta crise económica têm surgido muitos discursos simplistas, ingénuos ou hipócritas. O fenómeno é de extrema complexidade e é dever de todos os dirigentes africanos conscientes e responsáveis escarpá-lo bem e dizer sobre ele toda a verdade.

A África não recuperou totalmente do depauperamento humano e material resultante do colonialismo e da escravatura: este é um facto indiscutível embora seja asserção suspeita devido à utilização abusiva que dela foi feita.

O Continente Africano, ao libertar-se do colonialismo, calu numa balkanização que fez nascer muitos Estados de viabilidade económica duvidosa e as perspectivas de desenvolvimento diluíram-se ainda mais quando foram feitas opções de mode-

los não adaptados às realidades, sendo de salientar a marginalização a que foi votado o meio rural.

Após breves anos de alguma esperança entrou-se na grande ruptura provocada pela queda dos preços internacionais das matérias-primas exportadas pelos países africanos, com a rápida acumulação de uma dívida externa importante, verdadeiro travão ao desenvolvimento.

Muitos dos dirigentes que asseguraram o funcionamento dos Estados africanos no período pós-independência não tinham a competência requerida, o que era uma situação herdada do obscurantismo colonial. Mas surgiram depois os erros de gestão que não provinham da incompetência, mas que resultavam de corrupção, negligência e excesso de burocracia.

Depois surgiram as guerras e atrozes violências, umas resultantes da transposição da guerra fria para o nosso continente, mas outras infelizmente geradas pelo tribalismo, criando situações de grande degradação económica, social e moral. A realidade da violência nas sociedades africanas é uma realidade maciça que nega todas as fantasias míticas sobre a benignidade da vivência africana.

Para agravar este quadro sombrio a Natureza também não foi clemente: reservou-nos secas, fragilidade e erosões dos solos, epidemias.

O crescimento demográfico galopante foi anulando os magros progressos efectuados no domínio socioeconómico e no bem-

-estar das populações.

E «last but not least», regimes ditatoriais instalaram-se tendo como principal objectivo a perpetuação do poder, negando a participação livre dos cidadãos nas decisões referentes ao destino dos seus países, esclerosando as sociedades civis nacionais. A questão essencial que queremos colocar hoje é a seguinte: a democracia em África pode enraizar-se, fortalecer-se e não sofrer recuos e se não encontrarem soluções para a crise económica e mergulharmos ainda mais profundamente no abismo da miséria?

Nos nossos países sem tradição democrática, há obviamente muitos dirigentes sem mentalidade democrática

e que só concebem a acção política utilizando a força ao serviço da ambição do poder, o que não contempla a aceitação da alternância e tolerância democráticas.

Há o risco de que políticos desse jaez uma vez chegados ao poder ponham em causa as conquistas democráticas dos nossos povos sob o pretexto falacioso de que a crise económica profunda exige medidas drásticas que só um regime autoritário pode tomar mantendo a ordem e a disciplina.

Nós, os democratas, estamos convictos de que os povos africanos não aceitarão, no limiar do séc. XXI, após terem lutado pela democracia e a terem saboreado, o regresso à ditadura.

Nós, os democratas, estamos certos de que a democracia é uma das soluções para o subdesenvolvimento e ainda que embrionária e imperfeita deve evoluir paralelamente e em interacção com o plano económico.

No actual estágio evolutivo da consciência política dos nossos povos, e olhando lucidamente o mundo que nos rodeia, poderemos afirmar que o séc. XXI verá todos os africanos usufruírem da liberdade de expressão das suas opiniões, da liberdade de escolha dos seus representantes e governantes e do direito democrático de aderir a organizações ou associações que enquadrem a sua participação na vida política.

*Secretário-Geral do MLSTP/Partido Social Democrata



Carlos Graça

O Continente Africano, ao libertar-se do colonialismo, calu numa balkanização que fez nascer muitos Estados de viabilidade económica duvidosa e as perspectivas de desenvolvimento diluíram-se ainda mais quando foram feitas opções de modelos não adaptados às realidades, sendo de salientar a marginalização a que foi votado o meio rural

Cooperação com África vai receber 10 milhões de contos... em juros

Isabel Oneto

O FUNDO para a Cooperação Económica (FCE), recentemente criado pelo Governo para financiar os projectos de investimento nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa vai ser dotado, no próximo ano, de uma verba que oscilará entre os oito a 10 milhões de contos, garantiu a «O Jornal da Economia» fonte fidedigna. Esta verba poderá, no entanto, vir a ser preenchida com bonificações de juros entretanto atribuídas pelo Ministério das Finanças, o que acabaria por anular a acção do Fundo.

O FCE, que depende em conjunto dos ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, foi recentemente constituído e regulamentado, faltando apenas a dotação financeira para iniciar a sua actuação. A sua gestão ficará a cargo do Instituto para a Cooperação Económica.

O objectivo deste fundo é financiar, com bonificações especiais de juros, projectos que contribuam para o desenvolvimento dos PALOP, do comércio bilateral e das acções de empresários portugueses nesses países.

A dotação deste fundo era esperada com expectativa nos meios empresariais, já que tem sido intensa em Portugal a campanha para o investimento nas ex-colónias, em particular em Angola, onde recentemente o primeiro-ministro, Cavaco Silva, na sua visita oficial, anunciou um conjunto de medidas, entre as quais o FCE, no sentido de incrementar as relações económicas entre os dois países.

O interesse dos empresários portugueses tem sido bem patente junto da COSEC — Companhia de Seguros de Créditos, EP, onde, neste momento, os pedidos para cobertura de riscos atingem os 130 milhões de contos, no caso da exportações de bens de consumo e intermédios, sendo que a capacidade de resposta da companhia, já depois do último reforço substancial que recebeu, é de 30 milhões de contos.

A COSEC não adianta números, mas confirma que na sequência do Plano de Emergência lançado por Angola, tem havido um fluxo enorme de pedidos para seguros de créditos da ordem dos milhões de dólares, essencialmente para os bens de consumo e intermédios.

O risco nos negócios com Angola é considerado de natureza extraordinária, atendendo às condições política e monetária daquele país, pelo que, em grande parte, é assegurado pelo Estado, através de convenções bilaterais.

Nesse sentido, a COSEC efectua os seguros de risco para Angola com base numa convenção assinada em Abril deste ano com o Banco Nacional de Angola (BNA), feita ao abrigo da Convenção Financeira celebrada entre o Banco de Portugal e o BNA, que

estabelece dois "plafonds" para o apoio às exportações de origem portuguesa.

O primeiro destes "plafonds", destinado às exportações de bens de equipamento e serviços, foi esta semana alargado de 210 milhões para 250 milhões de dólares (cerca de 37,5 milhões de contos), mas já é dado como certo que irá em breve receber novo reforço. O segundo "plafond", no valor de 150 milhões de dólares, foi disponibilizado para bens de consumo e intermédios, mas encontra-se praticamente esgotado, na sequência do aumento súbito dos pedidos existentes nesta área. Também aqui se espera deverá verificar-se brevemente um reforço financeiro.

Privilegiar o investimento produtivo em Angola

De acordo com a fonte da COSEC, a orientação dada pelo Governo português é no sentido de privilegiar o seguro de crédito às exportações de bens de equipamento e serviços, já que cria laços mais profundos de cooperação do que a simples exportação de bens de consumo e intermédios, em que o negócio acaba por ser pontual.

Curioso é o facto de a COSEC dispor de um seguro de crédito para investimentos produtivos sem "plafond" limitado, mas ser extremamente baixo o número de pedidos para esta área e, por consequência, o número de projectos concretizados.

«Há muitas intenções de investimento, mas em termos de concretização, o resultado é muito pequeno», referiu a mesma fonte.

Quanto ao risco assumido pelo Estado e, em menor escala, pela COSEC, no âmbito das competências que lhe foram delegadas pela tutela, não se tem verificado graves irregularidades nos pagamentos.

«Pode haver atrasos, por vezes devido a razões de ordem administrativa, mas tem-se chegado a entendimento. Há pagamos indemnizações a bancos e outras empresas, mas, mesmo nesses casos, temos chegado a acordo com Angola», garantiu a mesma fonte.

Apesar de estar disponível o apoio ao investimento e garantido o seguro de risco, os empresários consideram insuficiente os apoios que se encontram disponíveis para a fase de pré e pós-investimento.

De acordo com um dirigente da Associação Industrial Portuguesa, ligado ao departamento dos assuntos internacionais, «o que falta em Portugal é apoio a fundo perdido para empurrar as empresas para os primeiros

contactos».

«Não há falta de capitais, mas falta de projectos», disse a mesma fonte, salientando o facto de no ano passado o Banco de Fomento e Exterior não ter atribuído o prémio ao melhor investimento produtivo no estrangeiro, precisamente por falta de projectos.

«Se um empresário quiser abrir uma empresa, por exemplo, em Angola, tem de efectuar um volume de despesas tremendo com as primeiras deslocações, estudos de mercado, estudo de viabilidade do projecto e outras despesas que não beneficiam de qualquer apoio. É o que se passa na Espanha, na França, na Itália e em muitos outros países, onde os respectivos governos dão um forte contributo na fase de pré-investimento, quer para os investimentos em África, quer para os do Terceiro Mundo em geral», explicou, sublinhando que em Portugal o financiamento só surge quando se pretende concretizar o investimento.

De acordo com esta fonte, o apoio dado a este nível, proveniente do ICEP, em colaboração com uma estrutura da CEE, é de pequena dimensão e manifestamente insuficiente para o volume de negócios que se poderia canalizar para os PALOP.

Para além deste apoio financeiro, da responsabilidade conjunta do ICEP e do CDI — Centro de Desenvolvimento Industrial, não existe outro instrumento de apoio financeiro a nível nacional.

Quanto aos investimentos disponíveis a nível internacional, o Banco Mundial criou recentemente um organismo para apoio ao desenvolvimento de projectos com parceiros africanos, embora também aqui o quantitativo afectado não seja significativo, atendendo a que se destina a todos os países que queiram cooperar com África.

Não obstante todos os entraves e riscos que surgem nos negócios com os PALOP, o certo é que as exportações têm aumentado significativamente de ano para ano. No caso de Angola, o volume de exportações este ano deverá ascender a 70 milhões de contos, o que, a confirmar-se, representará um aumento de aproximadamente 30 por cento em relação ao ano anterior.

A importância do apoio político

Uma outra componente importante que é reclamada pelos empresários é o apoio técnico e, nos casos dos PALOP, acrescido do apoio político.

Este foi, aliás, um dos aspectos que marcou a missão empresarial que acompanhou o primeiro-ministro a Angola, no início de Setembro.

De acordo com o dirigente da AIP, para além do apoio técnico na elaboração dos projectos, é essencial a capacidade de intervenção política junto do governo angolano, no sentido de os interesses portugueses não

sejam preteridos em relação a outros estrangeiros.

«Tratou-se de uma missão com um carácter mais político do que empresarial», afirmou, sublinhando que a maioria das empresas que integrou esta missão aguardava a aprovação de projectos de investimento ou o pagamento de serviços já efectuados.

«Alguns negócios foram desbloqueados», garantiu.

De carácter mais empresarial teve a segunda missão empresarial organizada pela AIP em Setembro, também a Luanda, onde foram estabelecidos contactos entre empresários portugueses e angolanos.

Sobre o resultado desta missão já foi feito um inquérito, tendo 27 das 34 empresas que se deslocaram a Angola respondido que irão aqueles contactos irão ter desenvolvimentos futuros.

«Tentámos orientar as empresas numa óptica de se estabelecerem no mercado, não no sentido de aumentarem as exportações, mas com o objectivo de promover o investimento produtivo», afirmou.

Mais no sentido de manterem a sua presença no mercado angolano, confirmando os contactos já existentes, estão as empresas que de 1 a 10 de Novembro irão a Luanda participar na FILDA '91, a principal feira empresarial angolana.

Vários sectores de actividades estarão representados no pavilhão do ICEP, que agrupará 134 empresas portuguesas, para além de cinco associações empresariais e duas entidades oficiais.

Bolsa de contactos

O ICEP, em colaboração com o CDI — Centro de Desenvolvimento Industrial, organismo comunitário que promove a cooperação entre os países da Comunidade e os do ACP — África, Caraíbas e Pacífico, tem marcado, no âmbito da FILDA, está a organizar uma bolsa de contactos entre empresas portuguesas e angolanas, no sentido de serem estabelecidos negócios entre si.

Esta iniciativa decorre em simultâneo com uma conferência sobre as oportunidades de investimento em Angola, em que participam os ministros angolanos do Plano, Finanças, Indústria, Comércio e vários responsáveis por organismos comunitários ligados à cooperação com África.

A conferência, que decorrerá nos dias 7 e 8 de Novembro, terá também como objectivo explicar os vários incentivos e apoios que se encontram à disposição dos empresários, nomeadamente no que se refere aos investimentos industriais a desenvolver por joint-ventures.

De acordo com a responsável portuguesa pelo CDI, este organismo e o ICEP co-financiam a fundo perdido as acções de pré e pós investimento industrial, não tendo um "plafond" pré-determinado.

«Há recebemos cerca de três centenas de projectos, 80 dos quais foram co-financiados e já estão concretizados», referiu a mesma fonte, depois de salientar que estes financiamentos a fundo perdido destinam-se exclusivamente a investimentos industriais quando concretizados por joint-ventures.

O financiamento é feito em cerca de dois terços por estas entidades, sendo o restante efectuado pelas partes promotoras do projecto.

O MAPA político de África está em rápida transformação. O fim da guerra fria acabou com a tradicional dicotomia entre países «progressistas» e «moderados» e o derrube dos regimes comunistas do Leste europeu acelerou o colapso do «socialismo africano». As superpotências deixaram de apolar incondicionalmente determinados regimes «aliados» precipitando a queda, quase simultânea do «Negus Vermelho» Mengistu Haile Mariam e do seu eterno rival Siad Barre, da Somália. Todo o continente aceita como modelo de referência a democracia pluripartidária e a economia de mercado. Mas o fim das ditaduras e dos regimes de partido único pode ser apenas uma «mudança cosmética», se continuarem em vigor os mesmos métodos repressivos e o recurso sistemático à violência como forma de governar os países de acordo com os interesses de uma minoria privilegiada. O enfraquecimento do Estado, num contexto de crise social e económica aguda, pode contribuir para agravar antigos antagonismos étnicos ou religiosos, fomentar as tendências secessionistas, e criar as condições favoráveis à eclosão de novas guerras civis. Em vários países, instabilidade, a insegurança e a degradação das infra-estruturas provocam um segundo e talvez definitivo êxodo de quadros e empresas estrangeiras, comparável com o que aconteceu depois das independências. Apesar dos progressos realizados no sentido do estado de direito, o respeito pelos direitos humanos e pelas minorias está longe de estar assegurado nas incipientes democracias africanas. O pluripartidarismo, instaurado ou em vias de o ser, e a realização de eleições democráticas são apenas um primeiro passo. Para muitos milhões de africanos — refugiados, deslocados, vítimas da guerra, da fome, das doenças endémicas e das catástrofes naturais — a primeira das prioridades é ainda lutar pela própria sobrevivência.

EXPRESSO, SÁBADO 19 DE OUTUBRO DE 1991

Raros casos de transição pacífica

«ES dezenas de países africanos — a maioria dos membros da Organização de Unidade Africana (OUA) — figuram na lista divulgada pelo Departamento de Estado norte-americano como «perigosos» ou «desaconselhados», aos turistas e homens de negócios dos EUA.

Além dos estados devastados por guerras civis quase endémicas, como o Corno de África, a «lista negra» inclui uma série de países até há bem pouco tempo citados como exemplos de estabilidade, como o Senegal e o Quênia. O Zaire foi acrescentado em Setembro.

Ao longo de 1990, a imprensa ocidental congratulou-se com a queda das ditaduras e dos regimes de partido único, no poder na quase totalidade dos países do continente. Reflexionando o fenómeno com os acontecimentos no Leste europeu, alguns analistas vacilaram que a revolução antitotalitária chegara à África.

Culpado de todos os males que afligem as sociedades africanas — da corrupção ao endividamento, da fome às violações dos direitos humanos, o partido único, de orientação marxista, socialista ou capitalista está em vias de extinção no continente africano. Mas a «grande mudança» está longe de corresponder às expectativas criadas e muitos intelectuais africanos observam que o pluralismo político é apenas um factor necessário mas não suficiente para a instauração da verdadeira democracia. Em muitos casos a substituição das equipas dirigentes e a redistribuição do poder entre os grupos étnicos ou sociais dominantes encobre a continuação dos mesmos métodos. «Os nossos dirigentes, depois de nos terem feito marchar a golpe de canivete, procuram agora passar-nos a mão pelo pé», comenta um jornalista tunisino. Mais desencantado ainda, um exilado gabonês constata

que «o pau continua a cair sobre as mesmas costas, só mudou a mão que o segura».

Na Costa do Marfim, completado o ciclo das primeiras eleições pluralistas, o líder da oposição, Laurent Gbagbo tem a sua residência sob vigilância permanente da polícia e o seu telefone foi cortado; as tipografias privadas são pressionadas para não imprimir jornais e material de propaganda da oposição que não têm acesso aos meios audiovisuais, propriedade do Estado.

Poderes novos, métodos antigos

A censura, directa ou indirecta, continua a vigorar e muitas amnistias prometidas aguardam «melhor oportunidade». Muitos opositores exilados hesitam em regressar à pátria porque não têm condições mínimas de segurança e liberdade de expressão.

Assassínios, prisões arbitrárias, deportações para regiões afastadas do interior, saneamentos selvagens, ameaças e chantagem não

deixaram ainda de fazer parte do quotidiano político em África. Em muitos casos, o regresso ao multipartidarismo reacendeu velhos antagonismos, ódios étnicos, raciais, sociais ou religiosos que os regimes autoritários tinham «congelado» sem os resolver. A maior parte dos partidos «emergentes» organizam-se sobre bases étnicas ou regionais, na volta de «chefes carismáticos» e respectivas clientelas.

A instabilidade que caracterizou os primeiros anos de existência das jovens nações africanas, marcada na década de 60 por tentativas de secessão esmagadas em sangue como a do Biafra e autênticos genocídios tribais como os dos Hutus e dos Tutsis do Ruanda e do Burundi, ameaça regressar, agravada pela deterioração das condições de vida da esmagadora maioria das populações.

A escassez de alimentos, a degradação dos serviços e das infra-estruturas, o desemprego, a delinquência e a insegurança nas cidades sobrepovoadas pelo êxodo rural e o afluxo de populações deslocadas pela guerra ou a fome constituem o pano de fundo comum das novas experiências democráticas. Aliciadas com promessas acerca dos benefícios da mudança de regime, as massas desiludem-se quando constatarem que os governos não têm alternativa às políticas de «austeridade» que os antigos dirigentes aplicavam por imposição do FMI. Muitas vezes, enquanto os dirigentes discutem interminavelmente a reforma da constituição, o descontentamento e a frustração explodem em motins. Cada vez mais greves e manifestações degeneram em cenas de pilhagem, em que o ódio acrílico e o desejo de se apoderarem dos seus bens tende a prevalecer sobre qualquer outra motivação.

Os casos de transição pacífica são raros e resultam quase sempre de circunstâncias excepcionais, como na Costa do Marfim onde a presença tutelar do «velho sábio» Houphouët Boigny e a relativa prosperidade económica do país são factores determinantes. Mas Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são ainda os únicos exemplos perfectos de transição democrática em que os partidos ex-marxistas no poder desde a independência foram derrotados em eleições livres.

A maioria dos regimes autoritários africanos resiste às pressões a favor da demo-

cratização imediata e procura fórmulas de transição que evitem o «vazio de poder» e a explosão dos movimentos secessionistas.

A Conferência Nacional com poderes constituintes é a fórmula que reúne o maior número de adeptos. Inaugurada com êxito no Benin em Fevereiro de 1990, a solução tem a vantagem de dar um quadro institucional ao diálogo entre o Partido-Estado e os representantes das «forças vivas» da sociedade civil — partidos da oposição, líderes religiosos, empresários, sindicalistas e intelectuais.

Buracos negros e lei da selva

Do Gabão a Madagascar, passando pelo Burkina Fasso, Camarões, Níger, Mali ou Togo, a Conferência Nacional Soberana (CNS) é hoje bandeira e reivindicação comum da oposição democrática. Em Angola e Moçambique, os «partidos emergentes» exigem também a convocatória de CNS para poder participar na definição do futuro regime, hegemonizada pelos «partidos armados» no poder e as guerrilhas da UNITA e da Renamo. A Nigéria, o Senegal e a Guiné optaram pela via intermédia da «abertura controlada»: os regimes militares de Lagos e Conakri prometem restaurar a democracia civil em 1992, mas limitam o pluralismo à existência de dois partidos.

Mas o derrube das ditaduras pode também criar autênticos «buracos negros», países onde as estruturas de Estado deixaram de existir e várias facções armadas procuram impor os seus pontos de vista pela força, como acontece na Libéria, Etiópia e Somália. Como na Europa Central e do Leste, em África o fim das ditaduras ameaça as estruturas e as fronteiras de muitos estados colocando o Ocidente perante a dificuldade de definir a melhor forma de ajudar as populações em perigo e de consolidar regimes democráticos.

Há quem acredite que o pluripartidarismo é a panaceia para ultrapassar todas as crises e quem considere prioritária a ajuda ao desenvolvimento económico.

No fundo, o continente negro perdeu a sua importância geoestratégica e os interesses do Ocidente estão agora orientados em função de outras prioridades.

Nicola Guardiola

Um continente em fuga

QUATROCENTOS mil sudaneses partiram para a Etiópia. Da Etiópia, oitocentos mil fugiram para a Somália. Da Somália, 400 mil saíram em busca de refúgio na Etiópia, 150 mil no Sudão e muitos outros milhares no Quênia e Djibuti.

Num ciclo fechado de desespero e morte, o problema dos refugiados nas nações que formam o Corno de África atinge uma dimensão ímpar, provavelmente só ultrapassada a nível mundial pelos quase 7 milhões de refugiados causados pela guerra do Afeganistão. Mas, do extremo leste à costa ocidental, da África do Sul a Marrocos, todo o continente vive — quase sem excepções — o drama de populações em movimento, fugindo da fome, das catástrofes climáticas, da guerra ou destas três coisas ao mesmo tempo.

Povo sem terra, os refugiados permanecem acantonados em campos que se eternizam e se transformam num problema adicional para os países de acolhimento, que, regra geral, não conseguem encontrar respostas económicas para as suas próprias populações. No norte de África, a ocupação marroquina do Sara Ocidental logo após a retirada da Espanha, potência ex-colonial do território, remeteu cerca de 200 mil saarais para campos de refugiados nos países vizinhos (Argélia, principalmente), que, com o correr dos anos, acabaram por adquirir o estatuto de permanentes.

Nestes campos, em que os organismos internacionais prestam assistência, a situação sanitária é sempre precária, haja água ou não. As desintérias, doenças intestinais e hepáticas tornam-se inevitáveis e as epidemias juntam-se ao problema de subnutrição.

Com o reacender dos conflitos étnicos e das lutas secessionistas, na sequência de sangrentas lutas pelo poder que culminaram com a queda dos governos e a ocupação das capitais nos casos da Etiópia, Somália e Libéria, o continente africano parece em vias de regressar à época das grandes migrações da época pré-colonial.

Populações apátridas

Hegel escreveu que «os povos sem Estado são con-

denados a ficar excluídos da História» e os refugiados são mais expostos ainda a todo tipo de violações dos seus direitos mais elementares, quer nos países de acolhimento, quer no país de origem na altura do regresso, voluntário ou forçado.

No Chade, e à luz da política de reconciliação nacional que havia sido anunciada pelo antigo Presidente Hissène Habré em finais do ano passado, milhares de refugiados chadianos foram encorajados a regressar, nomeadamente a partir dos campos de refugiados fixados nos Camarões e Sudão. Mais tarde, a Amnistia Internacional denunciou a prisão imediata e posterior desaparecimento de muitos deles.

Hoje, com a normalização do relacionamento entre Trípoli e Djamena, o coronel Kadhafi força o repatriamento de 180 mil chadianos, invocando razões políticas que encobrem motivações económicas.

Por dificuldades económicas, também os governos da Guiné Equatorial, Costa do Marfim e Serra Leoa lançam ultimatos aos organismos internacionais, para que sejam rapidamente evacuados os mais de 300 mil refugiados liberianos que se recusam a voltar ao país ainda em guerra.

Mas há também o drama daqueles que desejam regressar sem o poder fazer. Na recente cimeira a cinco entre o Burundi, Uganda, Ruanda, Zaire e Tanzânia o acordo sobre a livre circulação de pessoas excluiu, à partida, os refugiados.

O Presidente Habyarimana, do Ruanda, acossado pelas incursões dos guerrilheiros da Frente Patriótica Ruandesa, parece agora mais disposto a receber de volta os mais de meio milhão de refugiados que se concentram no Burundi e Uganda. Mas os seus duros do regime impedem qualquer cedência política e agitam o fantasma do regresso dos antigos senhores tutélarios, ansiosos de recuperar a posição dominante que ocupavam antigamente no país.

Não obstante os progres-

soz verificados na África austral — onde a independência da Namíbia, a abertura política da África do Sul e o fim da guerra angolana permitiram já o regresso voluntário de centenas de milhares de exilados — e as esperanças suscitadas pelo próximo referendo para a autodeterminação do Sara Ocidental, o continente africano continua a ser a zona do planeta onde se concentra a mais numerosa massa de população apátrida.

De acordo com as informações prestadas pelos países afectados, 10 dos 17,5 milhões de refugiados recensados no mundo são africanos. No início da década de 50, este número ficava aquém de um milhão e, há escassos dois anos, não ultrapassava os 12 milhões.

Perante isto, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) não tem qualquer motivo para poder festejar o fim da guerra fria. Como agravante, este organismo da ONU enfrenta uma crise orçamental e as suas fontes de financiamento têm vindo a decrescer progressivamente ao longo dos últimos dez anos: a soma disponível para assistir cada refugiado é hoje metade da utilizada em 1980.

Sérgio Figueiredo

Direitos humanos: a lenta progressão

OS GOVERNOS africanos «civilizam-se». Foi assim que um perito europeu em direitos humanos comentou a situação no imenso continente, um ano após a viragem que acabou com velhas ditaduras e restaurou antigas e novas democracias. O termo parece ser esse mesmo: o reino do direito e da lei vai-se alargando pouco a pouco mas, na prática, pouco significa. A perseguição, a tortura e morte continuam a ser um método corrente de governar em grande parte dos países africanos. No dia 21 faz dez anos que foi adoptada a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e há ainda 10 países que não a ratificaram.

Entre eles, a Costa do Marfim, o Djibuti, a Etiópia, a Guiné, o Lesoto, Madagáscar, as Ilhas Maurícias, a Namíbia, as Seicheles e a Suazilândia. Os outros 41 ratificaram-na, mas isso não impediu os massacres na Libéria, a tortura no Sudão e no Senegal, a execução dos tuaregues no Níger e no Mali, os fuzilamentos maciços no Chade e os enforcamentos dos presos políticos na Mauritânia. São factos como estes que impedem que a Amnistia Internacional, a mais persistente organização mundial de defesa dos direitos humanos, se regozije com a libertação de prisioneiros no Benin e na Zâmbia ou a abolição da pena de morte em Moçambique, na Namíbia e S. Tomé e Príncipe.

E, no entanto, 1990 foi um ano recheado de boas notícias: a Namíbia aprovou a introdução na sua nova Constituição de estritas disposições relativas aos direitos humanos, enquanto na África do Sul a libertação do preso mais antigo do mundo, Nelson Mandela, dava início às negociações para a mudança do regime mais discriminatório, o «apartheid». No Chade, terminava uma guerra sangrenta — não sem que antes o deposto presidente Hissein Habré ordenasse a execução de 300 prisioneiros políticos, que não tiveram direito a qualquer julgamento.

Sem apelo nem agravo

A Guiné-Bissau encontrou uma reforma constitucional que, se não está ainda ao nível dos padrões internacionais, contempla importantes avanços em matéria de direitos fundamentais. Em Angola, prosseguiram a bom ritmo

as conversações entre o Governo e a oposição UNITA, que conduziram à assinatura histórica, em Maio deste ano, dos acordos de paz. Com uma Constituição revista, este país africano tem hoje uma Lei fundamental que consagra, entre um sistema multipartidário, os direitos individuais e as liberdades, ao exemplo das modernas Constituições de um Estado de direito. Ambos os países encaram a abolição da pena máxima, que não é exercida de facto em Angola desde que José Eduardo dos Santos assumiu a Presidência. Em 1988, a primeira e única sentença de morte que se sabe ter sido imposta por um tribunal criminal comum foi comutada após apelo.

Em África mata-se muito e sem recurso. Frequentemente em público e monitores de idade. Os estudiosos insistem em que a pena de morte é uma herança do colonialismo, mas que dizer das execuções infligidas após tremendas sevícias ou antes de rituais religiosos? Bokassa, o ex-líder da República Centro-africana, foi acusado no seu julgamento de «antropofagia ritual», e na residência do primeiro Presidente da Guiné Equatorial, Macias Nguema, foi encontrado um frigorífico repleto de vísceras humanas.

Macias fazia gala em supervisar pessoalmente os actos de tortura e gabou-se uma vez de ter amputado os dedos de um homem porque «não sabia contar». A Guiné Equatorial levou durante muitos anos a palma quanto à violação maciça dos direitos humanos. «Um imenso centro de torturas, rodeado de grossas paredes de silêncio, um silêncio de terror e tumbas», assim a descrevia um antigo preso político.

O saldo da ditadura de Macias, entre 1968 e 1979 foi um verdadeiro massacre dos opositores, mas nem por isso os seus sucessores tornaram melhor o país. Os relatórios mais actuais da Amnistia Internacional continuam dando conta de que tanto a tortura como a morte são instrumentos essenciais do poder. Nos tempos de hoje, a Mauritânia rivaliza

Padrão de repressão

Entre Novembro de 1990 e Março de 91, 339 presos políticos foram mortos nas prisões, quartéis militares ou esquadras da polícia da Mauritânia. Muitos foram

enforcados sem sequer terem sido julgados e outros morreram na sequência de torturas brutais. A maioria pertencia a grupos étnicos negros do Sul do país, sistematicamente submetidos a abusos, de tal forma que se fala já de um «padrão de repressão».

A repressão feroz dos opositores é aliás um padrão que se repete por toda a África. No Senegal, o Governo deu carta branca às forças de segurança para torturar e matar na região de Casamância (sul), onde uma persistente guerrilha pela independência foi reactivada no ano passado.

No Gana, qualquer tribunal pode impor a sentença de morte «sempre que esteja convencido de que se verificaram circunstâncias muito graves dela merecedoras». É o livre arbítrio.

Este é outro aspecto das «matanças» africanas: a execução pura e simples de cidadãos indefesos, muitas vezes simples aldeões, cuja única culpa é viverem nas áreas de insurreição. Em Moçambique, já caíram aos milhares, fruto do conflito que opõe o Governo e a Renamo, enquanto milhões perderam os seus lares e fugiram para outras regiões ou países vizinhos.

A Carta Africana diz: «Todos são iguais, todos têm direito à liberdade e à segurança». É tempo de libertar totalmente a África.

Luísa Melroles

EXPRESSO, SÁBADO 18 DE OUTUBRO DE 1991

06 Fome: não há como exterminá-la

O NÚMERO de africanos ameaçados de morte pela fome é tão alarmante que responsáveis por programas de auxílio internacional ao «continente negro» reconhecem o fracasso dos esforços que pretendiam combater o flagelo.

Hoje, 30 milhões de pessoas, quase o triplo da população portuguesa, dependem para sobreviver do auxílio humanitário a África, a curto e médio prazos. Este número foi divulgado, há alguns meses, por Perez de Cuellar. No apelo desesperado que então lançou à comunidade internacional, o secretário-geral da ONU alertava para a sorte imediata de «centenas de milhares de vidas humanas».

Da costa atlântica ao Índico, do norte mediterrânico até quase ao cabo da Boa Esperança, a situação que se perfila é considerada pior do que a vivida em meados da década passada, quando morreram dois a três milhões de africanos, dos quais um milhão na Etiópia e 250 mil no Sudão.

Em Janeiro de 1986, no rescaldo da mortandade, planos internacionais de ajuda a África, sobretudo sob a égide da ONU, foram postos em prática. Cinco anos volvidos, é pacífico o reconhecimento do fracasso dessas empresas.

Em relatório discutido recentemente nas Nações Unidas, Cuellar assinala que o continente vê crescer «uma crise impiedosa com consequências trágicas». A tragédia seria evitada se 5,7 milhões de toneladas de alimentos fossem enviadas para África. Ao longo dos cinco anos, reconhece, «as condições económicas e sociais» dos africanos «deterioraram-se, de facto».

Em abono da tese, o secretário-geral da ONU apresenta números: o Produto Interno Bruto de África cresceu 2,3 por cento ao ano, mas foi insuficiente para acompanhar a explosão demográfica. Na prática, o PIB «per capita» desceu 0,7 por cento, com a consequente degradação das condições de vida.

As políticas de ajustamento estrutural dos países africanos, estimuladas pelo Ocidente e, em especial, pelo FMI, lograram, nalguns casos, um saneamento económico, mas fizeram-no sempre com custos sociais muito gravosos. Contrariamente aos objectivos proclamados, não favoreceram a transformação das estruturas económicas, em direcção à autonomia, mas convergiram dema-

niado nas «medidas de estabilização a curto prazo», assinala o relatório.

A ajuda internacional é tanto mais insuficiente para as necessidades quanto ela diminuiu, em termos reais, ao longo do quinquénio: de 24,6 mil milhões de dólares, em 1986, passou (ao valor do dólar daquele ano) para 23,3 mil milhões do ano passado.

Os novos famintos

Consequência de uma desigual distribuição da riqueza e dos recursos alimentares do planeta, a fome distribui-se, por esse motivo, diferentemente pelos vários pontos do mundo. África carrega o fardo mais pesado — ao Sudão e à Etiópia, com cerca de metade do contingente de famintos, cabem os lugares cimeiros da dúzia de países (de entre uma vintena) onde a fome faz parte do quotidiano (ver mapa).

Há indicadores que apontam para o agravamento desta situação. A explosão demográfica continuará, ao ritmo de mais mil milhões de pessoas em todo o mundo, em cada 11 anos.

No começo do milénio, África terá 32 por cento da população pobre do mundo, o dobro da actual. Numa zona que não figura nas estatísticas dos ameaçados pela fome porque — os números não chegam às centenas de milhar ou aos milhões — o problema agravar-se-á particularmente.

Os Estados africanos da margem sul do Mediterrâneo, mais a Turquia, terão 285 milhões de pessoas no ano 2025, contra os 165 milhões de hoje ou os 62 milhões de meados do século. No Egipto, por exemplo — 33 milhões de pessoas em 1970 e 53 milhões há dois anos — em cada nove meses a população conta com mais um milhão de almas.

A par destas realidades, a taxa de crescimento económico regrediu e o desemprego avança, enquanto a produção de alimentos «per capita» desceu 20 por cento nos últimos 30 anos.

Continente esquecido

O apoio humanitário internacional é, quase sempre, a última solução para o problema da fome quando o resto falha.

Um responsável do World Food Programme reconhecia recentemente que o apoio não chegava ao Sudão «nas quantidades necessárias». Carências de ordem organi-

zativa são frequentemente apontadas como causas do insucesso.

A Guerra do Golfo, que consagrou mundialmente o termo «logística», inspirou a criação de uma nova agência internacional, sob a bandeira da ONU, para agregar todos os organismos e coordenar todos os programas de apoio. Impedir que o auxílio seja desviado dos destinatários, muitas vezes pelos próprios Governos, é uma das principais preocupações.

Frank Judd, responsável da ONG britânica Oxfam, comenta: «Precisamos de um humanitário general Schwarzkopf em cada um dos países afectados pela fome».

O salto qualitativo poderá surgir efeitos, mas não basta, pois como reconheceu a FAO — organismo da ONU para a agricultura e alimentação —, o apoio prestado aos refugiados curdos e aos países de Leste «ajudou também a distrair a atenção da comunidade internacional para os problemas de África».

Ora, o Leste prende cada vez mais a atenção dos países ricos. Edward Saouma, secretário-geral da FAO, advertiu mesmo para «o perigo» de África «se tornar no continente esquecido».

Guerras civis e vagas de refugiados, escassez alimentar resultante de maus anos agrícolas e/ou esgotamento dos solos, explosão demográfica não acompanhada pelo crescimento económico e calamidades como secas e cheias conjugam-se para aumentar a fome em África.

O envio de alimentos através do auxílio humanitário internacional é a única esperança para muitos africanos. Muitas vezes assistem à chegada lenta desse apoio, enquanto, lentamente e em silêncio, vêem partir a vida.

Em países africanos sem um desenvolvimento económico sustentado, o apoio alimentar representa apenas, quase sempre, a dieta que dura até à próxima fome.

Paulo Paixão

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 DE OUTUBRO DE 1991

Europa e África fazem «pontes»

Um encontro entre jovens empresários norte-americanos, portugueses e de todos os países que falam português vai ter lugar no próximo domingo, altura em que será anunciada a criação de duas instituições que, embora mantenham como principal objectivo a cooperação, se distinguem pelos promotores e estratégias que utilizarão.

«Portugal é a porta para a Europa e a ponte para África», constitui o lema da visita de dez representantes da Young Entrepreneurs Association, a organização de jovens empresários norte-americanos que visitam Portugal a convite da ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários).

A «porta para a Europa» pretende ser protagonizada pela ANJE, que anunciará, no encontro trilateral de domingo, a criação da Associação de Fomento Empresarial em África, enquanto a Academia para a Liberdade e Desenvolvimento, protagonizando a «ponte para África», anunciará o lançamento da União de Jovens Empresários de Língua Portuguesa.

O projecto da ANJE pretende contribuir para a criação de uma classe empresarial nos PALOP, requisito fundamental ao funcionamento do mercado. A iniciativa da Academia tem fins mais latos, visando reforçar a cooperação entre empresários lusófonos.

EXPRESSO

19 DE OUTUBRO DE 1991

PRD: o banho lustral

O PRD (Partido Renovador Democrático), está cada vez mais a assumir o papel de única das chamadas forças emergentes credíveis capaz de vir a ter uma razoável expressão eleitoral. Embora não haja indícios de interferências do MPLA na vida interna do PRD, começam, no entanto, a tomar-se lógicas projecções segundo as quais é esta a força calhada para, se for caso disso, vir a coligar-se com o partido actualmente no poder.

Na sua esmagadora maioria os dirigentes e principais activistas do PRD (incluindo as bases), têm no seu percurso passagens pelo MPLA, cuja culminância foi o deslido ou a expulsão. São, por isso, considerados como pertencendo à família do MPLA. Uma coligação futura com o MPLA poderia ser determinada não apenas por razões de aritmética eleitoral, como também pela conveniência de dar a um novo Governo uma representatividade mais ampla.

A recente adesão de Joaquim Pinto de Andrade ao PRD, secundada por outro dissidente do MPLA no núcleo dos históricos, Hugo Meneses, foi bem vista por círculos da equipa dirigente «empelista». Há mesmo sugestões segundo as quais estas adesões teriam sido encorajadas por figuras preponderantes do MPLA, tendo em vista as influências que os aderentes poderiam carrear, não só no sentido de fazer do PRD um parceiro natural, como de fazer subir a sua credibilidade.

A adesão de Joaquim Pinto de Andrade teria igualmente contacto com um discreto benedictino do Cardeal Alexandre do Nascimento, principal dignitário da Igreja Católica, geralmente identificado com uma corrente do episcopado com preferência pela manutenção no poder de um MPLA tendencialmente cada vez mais convertido aos valores da democracia e da doutrina social da Igreja.

Logo após o seu aparecimento, o PRD, até agora liderado por Luiz dos Passos, um correlecionista de Nito Alves no movimento fraccionista que desembocou na tentativa de golpe de Estado de 27 de Maio de 1977, tomou-se num foco de preocupações para o regime (Inf. 28, p. 6).

O seu discurso era não só marcadamente agressivo em relação ao regime, como susceptível de mobilizar política e emocionalmente milhares de cidadãos afectados pela vaga repressiva de 1977.

Outro fulcro das preocupações do regime era o cenário de o PRD vir a fazer um entendimento com a UNITA, ainda que pontual. Ao activismo hostil do PRD, o MPLA respondeu com atitudes de intimidação e perseguição. Há cerca de dois meses havia mesmo vozes no PRD que defendiam tal entendimento com a UNITA, não tanto por solidariedade com o movimento de Jonas Savimbi, mas por rejeição ao MPLA.

De cruz marcadamente urbano (os seus apoiantes concentram-se especialmente em Luanda, Benguela e Malanje), o PRD tinha um discurso inicial marcado por agrestes referências aos «crimes e às prepotências» cometidos pelo MPLA em 1977, em nome do combate ao fraccionismo. É certo, porém, que tal discurso abrandou

e que Joaquim Pinto de Andrade condicionou a sua adesão a uma ruptura com tal retórica.

Outras duas personalidades com uma trajectória que igualmente os levou à dissidência com o MPLA, os médicos Eduardo dos Santos e João Vieira Lopes, poderão vir igualmente a entrar no PRD. O primeiro é tido como um dos mais influentes conselheiros de Joaquim Pinto de Andrade. O segundo, enfrenta o dilema de ter de abandonar a fidelidade que sempre dedicou a Pinto de Andrade ou de romper com um compromisso para vir a liderar a Frente para a Democracia (constituída com base numa outra ala da antiga ACA).

Gentil Viana e Adolfo Maria, outros dois elementos da antiga Revolta Activa, declinaram propostas visando a sua entrada no PRD, havendo igualmente indicações de que desaprovaram a adesão dos seus antigos companheiros. Gentil Viana, que exerce advocacia em Lisboa, tem desabafado entre íntimos que não está nos seus designios voltar a intervir na política angolana senão na condição de cidadão independente.

A adesão de Pinto de Andrade, baseada num compromisso com vista a torná-lo líder do partido, não foi, no entanto, pacificamente aceite. Alguns sectores mais radicais do PRD contestam não só o seu perfil moderado como, neste caso em surdina, o facto de ele ser mestiço. Entre as bases este argumento epidérmico é, porém, mais sensível.

A estratégia do PRD visando a adesão de personalidades com prestígio interno capaz de favorecer a expansão e consolidação do projecto, não parece ter ficado por aqui. Há indicações seguras quanto à existência de contactos com independentes (quadros técnicos e intelectuais), que sem estarem ligados ao MPLA, ou já não estando, gravitam na órbita deste partido, embora por exclusão de partes, ou seja, da UNITA.

Mas prevê-se mesmo que figuras da cúpula do MPLA, em conflito mais ou menos aberto com a sua direcção, venham a tomar o turno do PRD. É, entre outros, o caso de Pedro Van Dunem (Loy), embora os fluxos e refluxos geralmente observados no comportamento dos dirigentes em matéria de fidelidade ao partido, sugira que os conflitos de Loy com o MPLA poderão não levar à atitude extrema da ruptura.

O que é absolutamente certo é que a posição do ministro das Relações Exteriores se tem vindo a tornar cada vez mais insustentável. Em privado ele manifesta o propósito de se afastar, indistintamente do partido. Além de atritos com o vice-ministro, Venâncio de Moura, os seus conflitos mais acerosos opõem-no, porém, ao Futungo de Belas, em especial ao coronel José Maria.

Em Junho, para pôr termo a Intromissões do Futungo no seu Ministério fez distribuir uma circular em que vedava ao pessoal superior contactos oficiais não autorizados com outras instâncias (referência ao Futungo). Tais intromissões eram aparentemente justificadas pelo estado de paralisia em que o Ministério se encontra, bem como tendo em conta a crítica que lhe é feita de organizar missões ao estrangeiro em desarticulação com a política geral do Estado.

InformÁFRICA, nr. 29 • Setembro 91 5

InformÁFRICA, nr. 29 • Setembro 91

J. E. «Collor» dos Santos

A campanha «Tempos novos em Angola», a cargo da Propague (empresa brasileira sediada no Rio de Janeiro e especializada em marketing político) custou ao MPLA três milhões de dólares.

Fontes que conhecem por dentro os meandros do contrato consideram-no demasiado oneroso — apenas durará 10 meses, de Janeiro a Outubro — e um tanto rocambolesco.

Fecho à revelia do BP do MPLA — apenas José Eduardo dos Santos conhece os pormenores — o negócio foi firmado por Pedro Pacavira, recentemente exonerado de Secretário do Partido para a Informação e actual governador do Cuanza-Norte. Durante as negociações com os brasileiros, mantidas no maior sigilo, Pacavira foi assessorado por Francisco Romão, embaixador em Brasília e seu «camarada» de longa data.

Os pontos fortes do contrato visam, em primeiro lugar, recuperar a desgastada imagem do MPLA, através da utilização de novos e loganes e cartazes espalhados por Luanda e pelas restantes capitais provinciais. A José Eduardo dos Santos cabe a tarefa de se esforçar por obter o «new look» com que se deve apresentar ao público.

Assim, por sugestão dos «experts» brasileiros, Eduardo dos Santos passou a ter um contacto mais directo com as populações, passeando-se, publicamente, pelas ruas das cidades que visita e ocupando mais tempo de antena nos principais noticiários da televisão.

Recentemente, por ocasião do seu aniversário, 48, jogou futebol no conhecido «campo da revolução», no muzeque Sambizanga de onde é originário e que foi o principal reduto do fraccionismo em 1977. Esta encenação destinou-se, sobretudo, a apresentar nos ecrãs da televisão o «presidente de todos os angolanos», juvenil e popular, numa zona periférica da capital onde o PRD disporia de consideráveis apoios.

O novo charme do Inquilino do Futungo de Belas passa, também, por uma abertura simulada em relação aos «mass media» locais,

como, por exemplo, numa acção concertada falar para a televisão à entrada do Palácio dos Congressos, o que nunca tinha sucedido nos 12 anos do seu consulado. Parte desta estratégia estende-se, igualmente, à imprensa estrangeira.

Ao abrigo da campanha para o novo visual, José Eduardo dos Santos teria apressado o seu casamento com Ana Paula, ex-assistente de bordo da TAAG e 21 anos mais nova que ele. O principal objectivo deste seu segundo casamento é fazê-lo aparecer junto do eleitorado, em Setembro de 1992, como um respeitável chefe de família, tentando apagar o seu passado de «playboy», com alguns excessos amorosos à mistura.

Surpreendidos com a enorme falta de comunicabilidade do MPLA, os brasileiros são de opinião de que este deve realizar «showmícios» e não comícios, ao som de conhecidos grupos musicais e com muitos nonós (serveja) à venda a preços bastante inferiores aos do paralelo.

À comunicação social estatal, toda ela ainda a fazer o papel de servidores do templo, caberá a missão de transmitir uma mensagem mais leve e doutrínaria, evitando críticas ao regime e exaltando o seu afã pelas reformas que, supostamente, conduziram à abertura política.

Considerando exagerado pelo próprio Presidente, o preço inicial do contrato sofreu uma redução de 500 mil dólares. Ele terá, também, desaprovado a modalidade do pronto pagamento.

Além das habituais suspeitas sobre o valor da comissão que terá recebido, Pacavira é acusado de ter feito um mau negócio para o MPLA. E, o rocambolesco do assunto parece ser o facto de ele nem sequer ser portador do original do contrato, no seu regresso do Rio de Janeiro.

O papel desempenhado por Pacavira no «affaire» político com a Propague, não terá sido alheio à sua exoneração de responsável pelo aparelho de propaganda do MPLA e o seu subsequente «desterro» para Ndalatando.

Savimbi de novo em Luanda

Vitor Silva,
em Luanda

Savimbi regressou a Luanda, vindo dos Estados Unidos e satisfeito com a visita que ali efectuou. O tom das suas declarações foi tranquilo e só sugeriu que o Governo está a atrasar as eleições. Mas não disse como.

O líder da UNITA, Jonas Savimbi, voltou ontem a repetir que tem indicações de que o Governo está a protelar a data para as eleições apontada pelos acordos do Estoril, afirmando que "seria catastrófico para o país" se a consulta eleitoral não se realizasse em Setembro de 1992.

Falando à imprensa no seu regresso a Luanda, após uma visita aos Estados Unidos, Savimbi mostrou-se confiante na vitória do seu movimento nas futuras eleições, admitindo que a UNITA aceitará coligações para formar o Governo. "Para nós o mais importante é ganhar, não nos importando se por maioria simples ou absoluta", embora sempre se prefira "a absoluta".

O líder guerrilheiro trajava à civil e acabara de desembarcar do avião presidencial da Costa do Marfim, sob um forte dispositivo de segurança chegado de véspera da Jamba, com o general "Ben-Ben" à cabeça.

Jonas Savimbi não está preocupado com a simultaneidade ou não das eleições, pois para ele tudo o que for decidido pela Comissão de Controlo

Político-Militar será prontamente cumprido pelo seu movimento. "Nós vamos é pedir ao Governo que acelere a publicação da lei eleitoral e anuncie a data das eleições, no mesmo tempo que se refere a segurança no país e que cessem as intimidações".

Até ao momento ainda não foi decidido se as eleições presidenciais e legislativas se realizam ou não em simultâneo. O Governo ficou com a incumbência de fazer o anúncio oficial da data do escrutínio a 11 de Novembro próximo.

Savimbi disse que os Estados Unidos não mudaram a sua posição em relação à UNITA, motivo pelo qual não foi necessário solicitar mais apoio financeiro. Interrogado se a Administração norte-americana não estaria confusa em relação a Angola, face à evolução dos acontecimentos no país e na própria cena internacional, Savimbi respondeu que George Bush foi bem claro quando o recebeu e está igualmente contente por saber que os EUA vão apoiar todos os partidos políticos angolanos.

Justificando a sua confiança na política americana disse que obteve a garantia de que as companhias petrolíferas não vão pressionar o Congresso a levantar as restrições no comércio com Angola e que as obrigam a uma dupla tributação fiscal junto do Governo angolano e nos EUA. Reafirmou, no entanto, que empresas petrolíferas europeias financiaram o MPLA com 800 milhões de dólares.

Esta polémica declaração de Savimbi durante a sua visita aos Estados Unidos provocou um pronto desmentido quer da petrolífera francesa "Elf Aquitaine", como da italiana "Agip" e também da

própria norte-americana "Chevron".

Para Jonas Savimbi, a presença dos cubanos em Angola continua a ser motivo de preocupação, pois na sua óptica os sete mil cubanos que aqui se encontram são também militares, uma vez que em Cuba todos são obrigados a ter formação militar, citando como exemplo que no Sumbe, na província angolana do Kwanza Sul, foram os construtores e outros especialistas que pegaram em armas quando a UNITA atacou a localidade.

Resolvido o problema do apoio alimentar e logístico às forças dos dois lados que se encontram acantonadas, proeza que reclama para si, Savimbi diz querer que a Comissão Conjunta Político-Militar acelere o processo de paz e que as tropas desapareçam das cidades e dos centros populacionais.

Novo encontro com Eduardo dos Santos

Anunciou que vai se encontrar novamente com Eduardo dos Santos, a quem vai solicitar que o processo de inscrição dos partidos políticos seja aligeirado e mais ágil. "É nas urnas que se vai ver quem tem ou não apoio", considerando exageradas as três mil assinaturas exigidas pela actual lei.

"No momento oportuno, depois de consultados os nossos advogados, vamos fazer a nossa inscrição oficial como partido", disse. Em caso de vitória nas eleições a UNITA vai respeitar os acordos internacionais firmados pela actual Administração, mas com Lisboa "o caso tem de ser bem analisado", referiu Savimbi, que se recusou a acusar o Governo de estar a "namorar" a Igreja Católica ao devolver-lhe os imóveis confiscados.

"Se está a fazer isso, está a reparar um erro e isso é bom

não só para a Igreja Católica, mas também para outras".

Por outro lado, a UNITA decidiu substituir Abel Chivukuvuku pelo general Paulo Gato, como segundo na Comissão Conjunta Político-Militar. Chivukuvuku vai dedicar-se às estruturas do seu movimento na cidade de Luanda, sendo agora o general Gato o porta-voz na CCPM. Também o brigadeiro Correia Victor foi substituído nas funções de chefe-adjunto na Comissão Mista para a Formação das Forças Armadas pelo general Zacarias Mundombe.

Estas mudanças foram anunciadas na última reunião da CCPM onde se concluiu que 50 por cento dos efectivos militares dos dois exércitos já se encontram acantonados. Segundo o porta-voz, 114 mil homens das FAPLA e 46 mil das FALA já se encontram nas áreas de localização, num total de 200 mil e 50 mil respectivamente, acordado em Bicesse. No entanto, nas reuniões dos grupos de trabalho da CCPM os números viriam a ser reduzidos, ficando por esclarecer qual o verdadeiro número de efectivos dos dois lados.

A CCPM criou, entretanto, um grupo de trabalho para acompanhamento da auscultação pelo Governo às forças políticas sobre o processo eleitoral. Este grupo vai auxiliar um outro que está a estudar os mecanismos para a extensão da administração central do Estado a todo o território. Segundo o calendário eleitoral já aprovado, o Governo terá de consultar todas as forças políticas até ao final deste mês.

Foi reafirmado na ocasião que os prisioneiros de guerra serão libertados nos próximos dias, faltando estabelecer a metodologia do processo. As duas partes decidiram libertar incondicionalmente todos os presos ainda em sua posse e hoje haverá uma reunião com o Comité Internacional da Cruz Vermelha para acerto de pormenores.

Patriarca de Lisboa é enviado do Papa Igreja de Angola debate evangelização

Victor Silva*
em Luanda

"A guerra semeou sofrimento e mortes" em Angola, dizia o Papa. Agora, conquistada a paz, a Igreja daquele país debate o seu futuro, num simpósio que assinala a chegada dos portugueses — e do cristianismo — à foz do rio Zaire.

Cerca de quinhentas pessoas, entre as quais vinte portugueses, estão reunidas desde ontem, em Luanda, num simpósio organizado pela Igreja Católica para assinalar e debater os cinco séculos da evangelização.

O simpósio — com o tema "Evangelização, ontem, hoje e amanhã", decorre no Palácio dos Congressos, local habitualmente utilizado pelo partido no poder para realizar as suas reuniões,

facto que pode simbolizar o bom momento que atravessam as relações entre a Igreja Católica e as actuais autoridades de Luanda.

Na abertura da reunião, o arcebispo de Luanda, D. Alexandre do Nascimento chamou a atenção para o papel da Igreja no actual momento histórico do país, destacando que ao longo destes cinco séculos se procurou desenvolver a promoção integral da pessoa humana, colocando, "ao lado de cada igreja, uma escola e uma oficina".

O cardeal Nascimento citou o Papa João Paulo II que, em mensagem recente ao episcopado angolano, dizia: "A guerra semeou sofrimento e mortes. Ante o calvário do povo angolano a Santa Sé não se poupou a esforços para defender a causa da paz".

Prelados de Portugal, Brasil, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Itália, S. Tomé e Príncipe participam no simpósio ao lado de todos os bispos de Angola, sacerdotes, religiosos, seminaristas, casais, jovens, membros de associações católicas, médicos, universitários, antigos seminaristas e leigos.

Na saudação dirigida aos participantes, o arcebispo de Mapu-

to, cardeal Alexandre dos Santos, declarou que o "homem angolano foi destruído física, moral e espiritualmente pela guerra e pelo marxismo-leninismo; a sua reconstrução não será apenas material" num país em que "os católicos são cinquenta por cento da população", número que apontou como sendo "dos mais altos na África Austral".

Na tribuna que presidiu ao primeiro dia de trabalhos, além dos cardeais de Luanda e Maputo, tomaram assento o ministro da Justiça, Lázaro Dias, e os bispos do Huambo e Lubango, respectivamente Francisco Viti e Franklim da Costa. O governante angolano na mesa de presidência é católico assumido e foi indicado pela Igreja para a representar no Conselho da República, órgão de consulta do Chefe de Estado.

Com alguma expectativa, estão a ser aguardadas as intervenções do padre Bongo e de D. Francisco Viti, previstas para hoje. O primeiro, por se encontrar a missionar na Jamba, quartel-general da UNITA, onde, segundo algumas fontes, teria sido molestado pela política política do movimento de Jonas Savimbi, enquanto

que D. Viti é um dos mais importantes bispos angolanos.

O simpósio durar até ao próximo domingo, e abordará, entre outros temas, a história da evangelização de Angola, o diálogo da fé com as culturas, e a relação entre as festas africanas e a liturgia cristã.

No domingo, está prevista a realização de uma grande cerimónia no Estádio Nacional que assinalará não só o jubileu da evangelização em Angola como também o Dia Mundial das Missões.

Segunda-feira, chegará a Luanda o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, para presidir a festa nacional que se segue ao simpósio — destinado apenas a delegados e representantes escolhidos — e que será constituída por diversas manifestações de massa.

A festa nacional tem início na terça-feira, 22 de Outubro, com a festa do acolhimento, a que se seguem, os dias do catequista (23), da eucaristia e das vocações consagradas (24) e da reconciliação (25).

A manhã do dia 26 será dedicada aos doentes, mutilados, idosos e presos, iniciando-se nessa mesma noite uma vigília que culminará no dia 27 com um solene pontifical, presidido por D. António Ribeiro.

Ontem, assinalando também o início do simpósio, Félix Del Blanon, novo delegado apostólico da Santa Sé para Angola e S. Tomé e Príncipe, deslocou-se ao Futungo de Belas, onde funciona a Presidência da República, apresentando cumprimentos a Eduardo dos Santos. ■

*Correspondente

PLUCCI
QUARTA-FEIRA, 18 OUTUBRO 1981

Crianças angolanas com programa da Unesco

PORTUGAL apresenta hoje, na Conferência Geral da Unesco a decorrer em Paris, um programa de emergência para as crianças vítimas da guerra em Angola, de acordo com o anúncio ontem feito pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Este programa, em conjunto com o da criação do Instituto de Língua Portuguesa, serão apresentados pelo sub-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Duarte Ivo Cruz, que discorrerá amanhã perante os representantes dos 162 países membros da organização. As três repúblicas bálticas — Letónia, Estónia e Lituânia — são os novos membros da Unesco. O pedido de admisão da Palestina, formulado pela Organização de Libertação da Palestina (OLP), é mais polémico e o Conselho Executivo da Unesco pretende adiar essa decisão para a próxima sessão, em 1982. ■

PLUCCI
DOMINGO, 22 OUTUBRO 1981

Marconi coopera com Angola

A MARCONI assinou um protocolo com as autoridades angolanas e com a Enatel-Empresa Nacional Angolana de Telecomunicações, na sequência do qual desenvolverá dois projectos relacionados com a rede de telecomunicações daquele país. O primeiro prende-se com o restabelecimento das comunicações entre Luanda e as capitais de província, enquanto o segundo visa completar a rede de rádio e telecomunicações nas mesmas cidades. O contrato prevê o financiamento, fornecimento e instalação do equipamento de telecomunicações. ■

"Jornal de Angola" ataca Gordimer

O "JORNAL de Angola", o único diário angolano, atacou no passado dia 5 a atribuição do Prémio Nobel de Literatura à escritora sul-africana Nadine Gordimer. Em larga manchete de primeira página, "Prémio Nobel contra o Apartheid", aquele jornal estatal angolano lamentou que o Prémio Nobel tivesse sido atribuído a uma "escritora sem recurso estilístico e sem ênfase". A manchete, da responsabilidade do actual director, o poeta David Mestre, acrescenta que "Gordimer acaba de provar que o Nobel da Literatura é uma farsa — o que há muitas anos está provado mas pouca gente se atreve a dizer". Na opinião de David Mestre teria sido preferível atribuir o Nobel a outros escritores sul-africanos, designadamente a Andre Brink, J. M. Coetzee, ou ao próprio Breitenbach, com todas as cedências à facilidade que tem feito ao longo da sua pouca obra. A terminar, o "Jornal de Angola", afirma ainda que "toda a gente que a leu sabe que Gordimer não sabe escrever, não tem estilo e é um zero à esquerda na galeria dos romancistas de renome mundial. Porém aconteceu. (...) O seu feito não é literário é político. É necessário que a Academia Sueca deixe de dar o Prémio Nobel a escritores medíocres e aberra sejam bons políticos".

Fardas portuguesas para Angola

18.10.1991 O JORNAL

Um oficial do Exército português partiu na semana passada para Angola, com o objectivo de concluir as negociações relacionadas com um segundo fornecimento de fardas às futuras Forças Armadas daquele país. Segundo fontes militares, o militar português seguiu viagem juntamente com uma delegação de oficiais angolanos que, em Portugal, visitou as Oficinas Gerais de Fardamento do Exército (OGFE) e deu «luz verde» para um primeiro fornecimento de dez mil fardas.

A encomenda destina-se apenas ao Exército angolano, mas não está posta de parte a possibilidade de virem a ser confeccionados em Portugal fardamentos para a Marinha e para a Força Aérea. Inicialmente, as OGFE vão apenas produzir fardas para instrução, que terão o mesmo padrão das fardas utilizadas pelo Exército português, e serão verdes.

De acordo as nossas fontes as hipóteses de um segundo fornecimento são bastante boas, assim como a produção de fardas para os três ramos das Forças Armadas angolanas. A delegação daquele país, que esteve vários dias em Portugal, era composta por oficiais da UNITA e do MPLA.

Hotel em Angola devolvido a portugueses

O HOTEL Trópico, em Luanda, foi recentemente devolvido, pelas autoridades angolanas, ao seu proprietário anterior a Abril de 1974, um empresário português, ao abrigo de uma política de redimensionamento do sector estatal da economia. Esta unidade hoteleira, situada na Rua da Missão, ex-Rua Luís de Camões, esteve desde 1976 sob exploração do Estado angolano, através da Empresa Nacional de Hotelaria-Anghotel, e foi oficialmente devolvida em 3 de Outubro último, de acordo com o disposto no Artigo 7 do Decreto-Lei nº 32/89 de 15 de Julho.

"Não é o primeiro caso de devolução, mas foi a primeira vez que uma devolução teve este impacto", diz o proprietário, Serafim de Andrade, que contratou já uma empresa

portuguesa de gestão hoteleira, a Esta SA (cujos accionistas são a TAP e a Estoril-Sol), por um período de seis meses, com o objectivo de "garantir a continuidade do Trópico".

Os novos preços serão diferentes de acordo com a origem dos hóspedes. Enquanto os angolanos pagarão em novos kwanzas, os estrangeiros pagarão em divisas. Desta forma, uma refeição terá um custo aproximado de sete mil kwanzas para os primeiros e de 45 dólares (cerca de 6600 escudos) para os segundos. O mesmo critério será aplicado no que diz respeito ao alojamento.

A Esta vai promover cursos de formação e de reciclagem para os funcionários e proceder ao inventário das carências primordiais do Hotel Trópico. ■

Amílcar Correia

Pretória abre representação em Luanda

UMA representação de interesses sul-africanos em Angola deverá abrir brevemente em Luanda na sequência de várias diligências diplomáticas a decorrerem entre os dois Estados.

O chefe do departamento de Angola do Ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africano esteve em Luanda, no passado mês de Junho, onde manteve uma longa troca de impressões com várias personalidades, entre as quais o vice-ministro dos Estrangeiros Venâncio de Moura. Esta deslocação foi antecedida de vários contactos, incluindo alguns de natureza militar. O responsável sul-africano pelo Departamento Angola — o antigo embaixador em Lisboa — deverá deslocar-se muito em breve à capital angolana, provavelmente na próxima semana, a fim de finalizar as conversações que levarão à abertura de uma representação de interesses em Luanda. Segundo fontes diplomáticas, a missão de Pretória será recebida pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

A África do Sul, que no passado prestou auxílio militar à UNITA, tem mantido uma representação na Jamba. Depois da assinatura dos acordos, conforme referiu uma fonte sul-africana, Pretória substituiu o pessoal militar que se encontrava no Quartel-General da UNITA, a operar as comunicações, por funcionários do MNE. Durante o último ano a aproximação entre os dois Estados tem progredido à medida que, conforme as palavras de um político angolano, «se torna clara a irreversibilidade das reformas do Presidente De Klerk».

Recentemente, Lopo do

Nascimento, ministro angolano da Administração Territorial e conselheiro político de Eduardo dos Santos, esteve em Pretória transportando consigo uma carta do Presidente angolano para De Klerk. Os dois homens têm trocado correspondência visando a normalização das relações entre os dois países.

Segundo fonte sul-africana terá chegado o momento em que «não faz sentido manter um escritório na Jamba» existindo «todas as condições para a abertura de uma missão em Luanda». Entre os dois países não serão para já estabelecidas relações diplomáticas formais; todavia, Pretória tem tudo preparado para abrir a sua representação em Luanda logo que estejam acertados os últimos pormenores.

Entretanto, segundo uma fonte próxima do Governo angolano, Luanda deverá escolher no final deste mês o local onde ficará instalada a sua missão em Washington.

A abertura desta delegação — que não terá o estatuto formal de representação diplomática junto da Administração americana mas sim o de uma representação de interesses na OUA — foi entregue a um dos assessores do Presidente José Eduardo dos Santos. A decisão da abertura da missão foi tomada depois do encontro entre o chefe do Estado angolano e o Presidente George Bush. Contudo, os dois países não estabelecerão formalmente relações diplomáticas enquanto não existir em Angola um Governo eleito. No entanto, segundo algumas fontes angolanas, Washington estará também a preparar a abertura de uma missão comercial em Luanda.

Portugueses no abastecimento de água

A ADJUDICAÇÃO da fiscalização das obras de abastecimento de água a Luanda ao agrupamento de empresas portuguesas Coha, Epal, Epul, Hidroprojecto e Intersismet está praticamente assegurado, depois de em Julho estas companhias terem formado um consórcio de actuação no mercado angolano.

Aquela obra tem um financiamento espanhol de 40 milhões de dólares e a execução pertence também a empresas do país vizinho. Por outro lado, o estudo e recuperação de infra-estruturas de águas e esgotos de Luanda está também sob alçada dos espanhóis, nomeadamente da companhia Águas de Barcelona. Aquele consórcio está já a trabalhar para que exista alguma participação na obra.

Já na segunda-feira, os cinco presidentes das empresas que compõem o consórcio estarão em Luanda para apresentar publicamente os seus objectivos para o mercado angolano. O contacto com as mais altas personalidades do Governo angolano está igualmente previsto na agenda da visita. A apresentação de uma proposta até 15 de Novembro para o Plano Director de Luanda pertence a uma outra série de iniciativas em que o agrupamento está envolvido e nas quais tem o financiamento do Banco Mundial.

A intenção do consórcio, numa primeira fase, será a prospecção de um conjunto de trabalhos naquele mercado e, numa segunda fase, constituir uma empresa em Angola com o objectivo de prosseguir a realização de projectos e estudos em áreas tão diversas como infra-estruturas de transportes, produção e transporte de energia, recursos hídricos e saneamento básico.

A.J.G.

PUBRACO

DOMINGO, 20 OUTUBRO 1991

ONU preocupada com a paz em Angola

AS NAÇÕES UNIDAS estão preocupadas com o atraso que se está a registar no acantonamento das tropas dos dois exércitos angolanos. Segundo o secretário-geral adjunto da ONU para os assuntos políticos especiais, Marrack Gouling, o processo está a decorrer com lentidão, "o que é preocupante", uma vez que, em seu entender, o confinamento das tropas é o primeiro passo de todo o processo de paz, porque condiciona a formação das Forças Armadas e a realização das próprias eleições.

"Com o atraso de dois meses e meio enfrentamos certos perigos na aplicação dos acordos de paz", salientou Marrack Gouling, justificando, porém, a demora com as dificuldades logísticas encontradas no terreno.

Nas áreas acordadas em Bicesse não havia o mínimo de condições para que as tropas ficassem aí instaladas. As próprias Nações Unidas e vários países ocidentais estão empenhados num programa de assistência aos militares acantonados, que contempla não só a distribuição de alimentos e rações de combate, como também de tendas, colchões e outro equipamento.

O secretário-geral adjunto da ONU manifestou-se igualmente preocupado com a não constituição, até ao momento, das equipas

mistas de controlo da neutralidade da polícia. Segundo os acordos, compete à polícia governamental manter a ordem pública sob a fiscalização de equipas mistas formadas por elementos da UNITA, das Nações Unidas e do Governo. A Unavem II possui observadores em todas as capitais provinciais, mas a falta de meios tem impedido a formação das brigadas mistas. O funcionário da ONU disse que o seu pessoal vive em condições difíceis que precisam de ser melhoradas, o mesmo sucedendo com as tropas acantonadas. Um dos factos que tem atrasado a movimentação dos efectivos militares da UNITA é o de eles se deslocarem acompanhados das suas famílias, incluindo crianças, e se dirigirem para as áreas a pé.

Marrack Gouling esteve já nas províncias de Huila, Lundas (Sul e Norte) e Huambo e vai hoje a Mavinga, tendo visitado os campos de confinamento de Ngove e Matala, do lado das FAPLA, e Chipingo e Mucuaio, das FALA. Encontrou-se já com o Presidente Eduardo dos Santos e ontem com o líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Políticos "namoram" Igreja Católica

Os dirigentes das principais forças políticas angolanas têm estado a procurar apoio junto da Igreja Católica, seguramente na mira de considerável percentagem de votos que isso poderá representar nas eleições do próximo ano.

Depois de Eduardo dos Santos ter recebido o cardeal de

GOVERNO ANGOLANO LIBERTA 564 PRISONEIROS DE GUERRA — O Governo angolano libertou ontem 564 prisioneiros de guerra da UNITA, noticiou a agência Angop. Na quinta-feira passada, Luanda tinha anunciado, durante uma reunião com o Comité Internacional da Cruz Vermelha, a intenção de libertar unilateralmente, até ao dia 23 de Outubro, 700 prisioneiros de guerra. Segundo a Angop, o movimento de Jonas Savimbi continua a condicionar a libertação de cerca de três mil membros do Exército governamental à fixação pelas autoridades de Luanda de um calendário para a libertação de prisioneiros de ambos os lados.

Luanda, D. Alexandre do Nascimento, e uma delegação de bispos, ontem foi a vez de Jonas Savimbi se encontrar com o prelado angolano. Sobre o primeiro, D. Nascimento disse estar a Igreja Católica satisfeita com o estado das suas relações com o Governo, facto a que não será alheia a devolução dos imóveis confiscados pelo Estado e a promessa de entrega, próxima, da rádio católica, e também do apoio que as autoridades têm prestado às celebrações dos 500 anos de evangelização de Angola.

O cardeal pediu ao líder da UNITA que usasse de magnanimidade e paciência como político, para que a paz seja um facto. Savimbi disse que não tinha sido recebido como político, mas como filho de Angola e que não tinha ido transmitir nenhuma mensagem, mas sim recebê-la, porquanto a Igreja tem uma grande responsabilidade na concertação da paz.

O presidente da UNITA tem agendado, para amanhã de manhã, um novo encontro com Eduardo dos Santos. No seu recente regresso a Luanda, após a visita aos Estados Unidos da América, Savimbi disse que iria pedir ao chefe de Estado que aligeirasse o processo de inscrição das restantes forças políticas e que atendesse o problema das ha-

bitações para os membros do seu movimento, além, é claro, das questões inerentes ao processo de paz. As suas decisões foram, entretanto, consideradas "demagógicas" pelo secretário-geral do MPLA, Marcolino Moco.

O segundo homem do partido no poder negou que o Governo esteja a tentar adiar as eleições, atribuindo à UNITA acções que estão a "complicar a situação", como a distribuição de bilhetes de identidade, considerando "pura demagogia" as afirmações de Savimbi segundo as quais companhias petrolíferas europeias tinham financiado o MPLA com 300 milhões de dólares.

Entretanto, o Governo vai começar a libertar incondicionalmente todos os presos de guerra que tem em sua posse. Desde ontem e até quarta-feira serão postos em liberdade cerca de 700 prisioneiros, numa operação que será supervisionada pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

As autoridades dizem que não aguardarão por igual acto da UNITA, libertando unilateralmente os presos de guerra que se encontram nas cadeias de Bentiaba, Benguela, Luanda, Luena, Malanje, Bié e Menongue.

A UNITA, por seu turno, compromete-se a libertar igualmente todos os presos, não tendo, contudo, precisado a data em que o fará. Na reunião com a Cruz Vermelha os homens de Jonas Savimbi não apresentaram qualquer lista, nem se pronunciaram sobre as datas em que começarão a libertar os detidos. ■

Vitor Silva, em Luanda

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 DE OUTUBRO DE 1991

Bispo de Novo Redondo defende «inculturação litúrgica» para Angola

O BISPO de Novo Redondo, D. Zacarias Kamwenho, defendeu a urgência da «inculturação litúrgica» em Angola, tendo em conta que considera a «mentalidade e sensibilidade litúrgica própria do homem banto». D. Zacarias falava no simpósio sobre o jubileu da evangelização de Angola, que reúne cerca de meio milhão de religiosos e leigos de todo o mundo em Luanda.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 DE OUTUBRO DE 1991

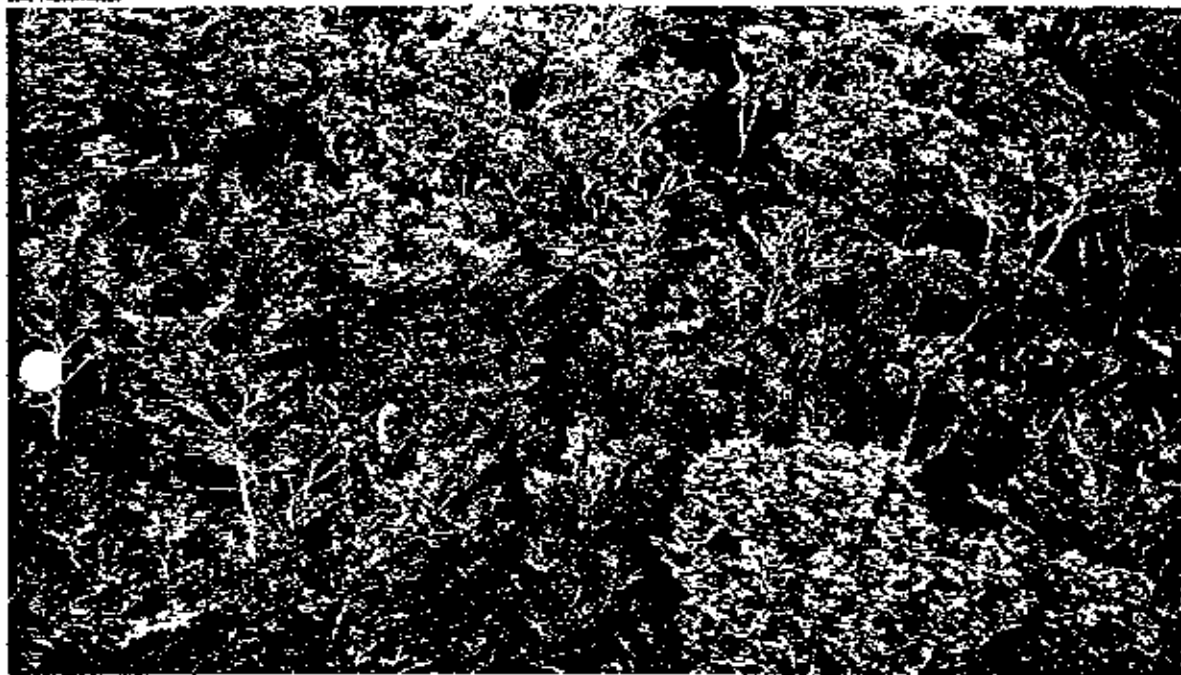
Conferência Episcopal recebe Jonas Savimbi

A CONFERÊNCIA Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe (CEAST) recebeu, ontem, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, para debate dos problemas surgidos no processo de pacificação do país.

IPE e Sardinha & Leite apresentam projecto para 10 anos

Portugal concorre à floresta angolana

LUIS VASCONCELOS



Recursos florestais angolanos na base de um projecto empresarial português

José Gomes Ferreira

Na dianteira da corrida às madeiras angolanas está, por enquanto, o IPE, associado ao grupo Sardinha & Leite num projecto que prevê a criação de várias empresas, em acção concertada com o Estado angolano. Mas há mais projectos.

A "holding" portuguesa IPE-Investimentos e Participações Empresariais está a negociar com o Governo angolano o lançamento de um gran-

de projecto de exploração e transformação industrial de madeiras, que envolve a criação de várias empresas nos dois países. Com execução prevista para dez anos, em quatro fases distintas, o plano inclui a participação do grupo português de madeiras Sardinha & Leite, que mantém relações comerciais com Angola nesta área, e a entrada do próprio Estado angolano como accionista nas empresas a criar em Portugal.

A fase inicial do projecto consiste na exploração florestal propriamente dita e na primeira transformação local de matérias-primas, em Cabinda e noutras zonas de Angola. Na segunda fase, será feito um vultoso investimento em fábricas de laminados e contraplacados no país. Os custos da recuperação ou criação destas infra-estruturas industriais deverão atingir vários milhões de dólares, mas os responsáveis do

projecto Madeiras de Angola, contactados pelo PÚBLICO, não arriacam avançar com nenhum número concreto.

Tanto a exploração directa de madeiras como os investimentos industriais referidos serão englobados pela fórmula das sociedades mistas, em que o Estado angolano deterá a maioria do capital. O projecto do IPE aponta, no entanto, para a gestão por portugueses das unidades industriais em Angola, através de contratos.

A terceira fase do plano compreende a criação de uma empresa destinada à comercialização, em vários mercados do mundo, das madeiras angolanas e derivados, desde os toros às pranchas e outros materiais acabados. A partida, esta empresa deveria ficar instalada em Portugal, uma vez que assim seria mais fácil a entrada da produção nos

mercados da Comunidade Europeia.

O Estado angolano terá uma participação assegurada nesta empresa, tal como numa outra a criar na quarta fase do plano, que incluirá a instalação em Portugal de uma unidade fabril destinada a aproveitar os resíduos e outros produtos semi-acabados de madeiras provenientes da actividade das empresas já referidas. O objectivo será a produção de "parquet flutuante" através de tecnologias de ponta.

Para integrar todas as participações do lado português no conjunto de empresas do plano, prevê-se a criação de uma "holding" em Portugal, entre o IPE, que deterá a maioria do capital (51 por cento), e a Sardinha & Leite (com 49 por cento). Em Angola, as participações da "holding" portuguesa não excederão os 49 por cento, ficando o controlo nas mãos do Estado.

"A nossa proposta é atractiva para os angolanos porque não propomos fazer apenas a extracção simples da matéria-prima, mas sim transformá-la localmente. Propomos ainda comercializar os produtos acabados e inacabados em todo o mundo, através de uma empresa participada pelos próprios angolanos, que também deteriam parte do capital de uma empresa de tecnologia avançada aqui no nosso país", afirmou ao PÚBLICO uma fonte ligada ao processo. "Assim, os angolanos receberiam as mais-valias respectivas..." Apesar da receptividade inicial

com que há pouco mais de um ano o projecto foi acolhido pelas autoridades angolanas, a necessidade de concentrar atenções no processo de paz acabou por atrasar as negociações, acrescentou a mesma fonte.

Até agora, o Governo angolano ainda não se manifestou a favor nem contra. Por outro lado, começam a surgir mais concorrentes externos interessados na exploração da floresta angolana. Entre estes contam-se, segundo o PÚBLICO apurou, os grupos portugueses Sonae e Vicaima (através da Jomar). Ao nível das celuloses, a Portucel e a Soporcel entregaram recentemente ao Governo de Luanda um plano conjunto no sentido de reactivar a produção de pasta de papel no país. A matéria-prima mais "cobiçada" são os eucaliptos plantados nas matas do Alto do Catumbela ainda antes da independência. ■

O JORNAL 18.10.1991

Militares portugueses no Huambo

Um grupo de 20 oficiais e sargentos portugueses, sob o comando do brigadeiro Aranha, são aguardados, no próximos dias, no Huambo, Angola, para preparar

a formação do novo exército do país. Essa missão decorre do Acordo de Paz do Estoril, entre o MPLA e a Unita, e é decisiva para o seu sucesso.

CONSTRUA ANGOLA/92

1º SALÃO INTERNACIONAL DA CONSTRUÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

22 A 26 DE ABRIL 1992

FEIRA INTERNACIONAL DE LUANDA ANGOLA

COM A PAZ UM MERCADO DE DOIS MIL MILHÕES DE DÓLARES PARA A RECONSTRUÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS

SECTORES EM EXPOSIÇÃO:

a) Fabricantes e representantes de:

- Matérias-primas, materiais, máquinas e equipamentos para a construção civil e obras públicas.
- Electricidade, equipamentos eléctricos/iluminação.
- Ar condicionado.
- Veículos e equipamentos para transportes.
- Equipamentos e acessórios para comunicações e telecomunicações.

• Combustíveis e lubrificantes.

• Máquinas e equipamentos para operações de armazenagem e movimentação.

b) Empresas de construção civil, obras-públicas, transportes e comunicações; gabinetes de projectistas

d) Serviços - bancos, seguradoras, empresas de informática e formação profissional para os sectores em exposição.

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO



APARTADO 208 - 2777 PAREDE CODEX
PORTUGAL

Telef.: (011) 248 37 44 - (011) 248 38 84

Fax: (011) 247 76 31

em colaboração com
PCOM U.E.E. - 09104

APOIOS INSTITUCIONAIS DA REP. POPULAR DE ANGOLA

Ministério do Comércio

Ministério da Construção e Obras Públicas

Ministério dos Transportes e Comunicações

Secretaria de Estado dos Materiais de Construção

Câmara do Comércio e Indústria

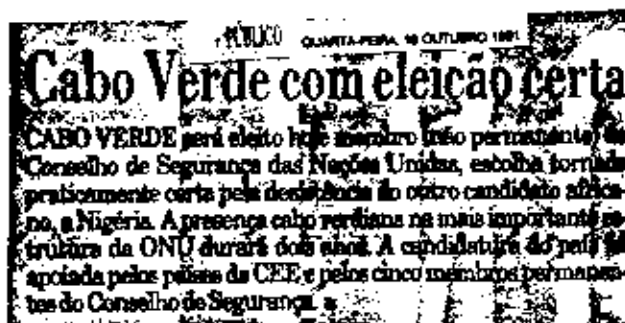
WTA - O CEI ORGANIZA PROMOVENDO AS EMPRESAS PORTUGUESAS PARTICIPANTES
SIM, DESEJO RECEBER MAIS INFORMAÇÕES

NOME
EMPRESA
MORADA
CP
TELEF.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 DE OUTUBRO DE 1991

FDS guineense poderá integrar o Governo

A FRENTE Democrática Social (FDS), um dos movimentos da oposição guineense, admitiu ontem que estudará qualquer convite para eventualmente participar com o PAIGC num Governo de transição na Guiné-Bissau. Segundo um porta-voz, a FDS tenciona entregar na próxima quarta ou quinta-feira o seu processo de legalização junto do Supremo Tribunal.



Cabo Verde com eleição certa
CABO VERDE será eleito hoje membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, escolha tornada praticamente certa pela decisão dada ao outro candidato africano, a Nigéria. A presença cabo-verdiana na mais importante estrutura da ONU durará dois anos. A candidatura do país foi apoiada pelos países da CEE e pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança.

PÚBLICO 17 OUTUBRO 1991

Padrão de Cutileiro em Cabo Verde

UM PADRÃO encomendado ao escultor João Cutileiro pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) para oferecer à República de Cabo Verde, onde ficará a assinalar a passagem de Pedro Álvares Cabral por aquele arquipélago, a caminho da América e da Índia, encontra-se pronto e vai seguir por barco para o sítio onde ficará colocado, na ilha de São Nicolau.

A data ainda não está definida, porque é preciso que técnicos do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) se desloquem ao local — a zona da Preguiça, perto do forte com o mesmo nome —, para estudarem o enquadramento paisagístico do padrão e ainda que o IPPC proceda à recuperação do forte, disse ao PÚBLICO o comissário geral da CNCDP, Vasco Graça Moura.

A CNCDP teve que che-

gar a um acordo com o Governo de Cabo Verde para decidir o que ficaria escrito no padrão. A fórmula escolhida diz o seguinte: "Aos 22 de Março de 1500 por aqui passou a frota do português Pedro Álvares Cabral a caminho da Índia na viagem em que descobriu o Brasil e que pela primeira vez na História da humanidade ligou Europa, África, América e Ásia". — I.B.

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 17 OUTUBRO 1991

Cabo Verde no Conselho de Segurança

A ASSEMBLEIA Geral das Nações Unidas elegu ontem Cabo Verde, a Hungria, o Japão, Marrocos e a Venezuela como os novos membros não permanentes do Conselho de Segurança durante um período de dois anos, a partir do próximo dia 1 de Janeiro. Os cinco novos conselheiros vão sentar-se ao lado da Austrália, Bélgica, Equador, Índia e Zimbábue, cujo mandato expira a 31 de Dezembro do próximo ano. Diplomatas prevêem que a próxima composição do Conselho será bastante mais favorável aos Estados Unidos, sobretudo após a saída de Cuba e do Irão, que se opuseram à intervenção militar na Guerra do Golfo.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 DE OUTUBRO DE 1991

Transportes aéreos de Cabo Verde deixam de utilizar aviões da TAP

OS TRANSPORTES aéreos de Cabo Verde vão deixar, a partir de Novembro, de utilizar os aviões da TAP nos seus voos internacionais, depois de terem estabelecido um acordo para o efeito com as Linhas Aéreas Moçambicanas (LAM).

19 OUT 91

Shell em Cabo Verde

A Shell e a Improfac (farmacêutica) e Cita (tintas), duas companhias cabo-verdianas estão a desenvolver um projecto para a transformação de cereais em óleos, com o objectivo de virem a abastecer os mercados dos países africanos vizinhos daquele arquipélago.

Considerado um primeiro passo para alcançar um cessar-fogo

Maputo e Renamo assinam acordo em Roma

Manuela Paixão

Correspondente em Roma

O GOVERNO moçambicano e a oposição armada, Renamo, assinaram, na sexta-feira à noite, em Roma, um protocolo que fixa os princípios fundamentais, as garantias recíprocas e o quadro institucional, no qual deverá desenvolver-se o processo de paz em Moçambique.

A notícia foi veiculada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano, através de um comunicado tornado público ontem, e no qual se sublinhava que este acordo permitirá abordar «os temas da lei eleitoral, preâmbulo fundamental para enfrentar e definir o cessar-fogo e os outros pontos» agendados para as negociações em curso em Roma.

O chefe da diplomacia italiana, Gianni De Michelis, declarou, a propósito, ao *Diário de Notícias*, em Roma, estar «muito satisfeito e depositar grandes esperanças» na assinatura do protocolo.

De Michelis, que fez esta declaração no final da Confe-

rência sobre Cooperação e Desenvolvimento, disse ainda que a paz em Moçambique é «muito importante» para o seu país e sublinhou: «Até porque, no final do colonialismo, a Itália cooperou com tantos projectos em Moçambique e em Angola, muitos dos quais foram um total insucesso devido à guerra.»

Cooperação deve ser política de segurança

«A paz com a nossa mediação significa muito, até porque se insere na linha de que a cooperação deve ser sobretudo uma política de segurança», disse De Michelis, que sublinhou: «Esperamos que este passo seja realmente de grande importância e que permita poder avançar, a partir de agora, neste processo, que tem sido tão longo, mas sem o qual o país não conseguirá nem desenvolver-se nem crescer.»

De facto, a procura de uma solução política para o conflito armado que se vive em Moçambique tem sido um processo moroso. Após três

meses de encontros entre a delegação do Governo de Moçambique e da Renamo, sob mediação italiana, as duas partes concordaram em assinar o documento — apresentado no final da anterior ronda negociada — e que incide sobre as garantias necessárias para que as questões sobre a lei eleitoral e a lei dos partidos comecem a ser discutidas, tal como previsto na agenda das negociações.

No documento, assinado sexta-feira à noite na Comunidade de Santo Egidio, o Governo de Moçambique compromete-se a não agir de forma contrária aos protocolos que se estabeleçam, a não adoptar leis ou medidas e a não aplicar as leis vigentes que eventualmente contrariem os mesmos protocolos.

Por seu lado, a Renamo compromete-se, a partir da entrada em vigor do cessar-fogo, a depor as armas e a conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes, no respeito das condições e garantias estabelecidas no

Acordo Geral de Paz, o que significa que o Governo de Maputo continuará no Poder até às eleições.

Processo de paz é irreversível

Mario Raffaelli, representante do Executivo italiano às negociações de paz, disse ao DN que «estes dois pontos, sobre os quais as duas delegações concordaram e que assinaram, vão certamente resolver muitas das dificuldades que, durante todos os meses anteriores, nos impediram de negociar já sobre os pontos da agenda».

«A assinatura de ontem significa que a partir de agora podemos já discutir as questões da lei eleitoral e dos partidos, com o objectivo pelo menos de querer chegar a um cessar-fogo total antes do fim do ano. Representa também uma verdadeira mudança e significa de forma particular que, a partir de agora, o processo de paz em Moçambique é irreversível, porque com esta assinatura se estabelece uma maior confiança entre

as duas partes e podemos ter a certeza de que estamos a avançar», sublinhou Raffaelli.

O Governo de Moçambique comprometeu-se também a não obstar às deslocações internacionais e aos contactos da Renamo no exterior, no quadro das negociações de paz, assim como aos contactos no interior do país entre a Renamo e os mediadores ou os membros da Comissão Mista de Verificação, mesmo que, para tal, as modalidades tenham de ser estabelecidas, caso a caso, a pedido dos mediadores ao Governo.

Acordo Geral de Paz será supervisionado

Foi acordada ainda a constituição de uma comissão para supervisionar e controlar o cumprimento do Acordo Geral de Paz, composta por representantes do Governo e da Renamo, bem como da ONU, ou organizações ou Governos a acordar entre si.

O embaixador do Governo de Moçambique em Roma, Gonçalves Sengo, afirmou, a

propósito, ao DN, tratar-se de «um passo importante, na medida em que este documento permitirá facilitar as discussões das questões de fundo — a lei eleitoral e a lei dos partidos. Foi difícil e moroso conseguir o acordo das duas partes em assinar este preâmbulo, porque os seus pontos fundamentais são, afinal, as questões de fundo das negociações».

Sengo disse ainda que a assinatura deste preâmbulo «abriu um novo caminho para a paz e o desenvolvimento de Moçambique».

Na próxima terça-feira, começam os encontros entre as duas delegações e os mediadores para iniciar a discussão de outros dois documentos, também propostos por Roma, Comunidade de Santo Egidio e bispo da Beira, onde serão analisadas questões de carácter militar.

A assinatura do referido acordo, segundo fontes da Comunidade de Santo Egidio, ficou a dever-se também à influência e apoio internacionais, em especial ao da CEE e à mediação italiana.

Governo e Renamo assinam "Preâmbulo número 1"

PÚBLICA

DOMINGO 30 OUTUBRO 1991

O GOVERNO moçambicano e a Renamo assinaram, em Roma, um protocolo de acordo, designado "Preâmbulo nº1", que fixa "os princípios fundamentais, as garantias recíprocas e o quadro institucional" em que se vai desenvolver o processo de paz, anunciou ontem o Ministério italiano dos Negócios Estrangeiros.

Este acordo, assinado na sexta-feira à noite por Armando Emílio Guebuza, do Governo, e Raul Manuel Domingos, da Renamo, foi considerado pelo Governo italiano "um ponto de viragem crucial" nas negociações que se arrastam há 18 meses.

No protocolo, que se refere à fase de transição após um cessar-fogo, as autoridades moçambicanas e os rebeldes consideram indispensável o diálogo e a colaboração, para alcançar uma paz duradoura.

O Governo promete não adoptar leis ou medidas que contrariem o espírito do acordo firmado em Roma. A Renamo, por seu turno, jura que, a partir da entrada em vigor do cessar-fogo, não usará mais a força das armas, empenhando-se em seguir

uma luta política, de acordo com as leis vigentes, no âmbito das instituições do Estado, e no respeito das condições e garantias do Acordo Geral de Paz, que ambas as partes esperam seja conseguido o mais rápido possível.

O protocolo constitui um bilhete indispensável para o prosseguimento das negociações, já que nos encontros anteriores, sempre mediados pelo Governo italiano e pela Igreja Católica, nunca se logrou um entendimento.

A situação evoluiu positivamente nas últimas semanas, sobretudo, depois de vários contactos directos entre os mediadores com o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo. Nestes encontros, os interlocutores dos beligerantes apresentaram três documentos: o protocolo que foi assinado sexta-feira, outro sobre a lei eleitoral e um terceiro sobre os partidos.

Hurd em Maputo

Em Maputo, Joaquim Chissano recebeu ontem o ministro britânico dos Negócios

Estrangeiros, Douglas Hurd, que aproveitou o "retiro" habitual dos participantes na conferência da Commonwealth, em Harare, para se deslocar a Moçambique, no que se pode considerar uma "visita de negócios".

Hurd discutiu com Chissano a continuação da ajuda britânica, nas áreas da segurança e projectos económicos, tendo manifestado interesse em conhecer empreendimentos onde o Reino Unido tem participação financeira, nomeadamente no importante Corredor do Limpopo.

Fundo especial

Sinal da crescente influência de Londres em Moçambique, um grupo de militares britânicos está a treinar soldados e oficiais moçambicanos, em Nyenga, no Zimbábue, que depois serão encarregados da protecção do Corredor do Limpopo, um circuito estratégico para o escoamento de mercadorias através do porto de Maputo.

Em Harare, à margem da reunião da Commonwealth, Douglas Hurd já mantivera conversações com o seu homólogo moçambicano, Pascoal Mocumbi, sobre a situação política e económica na antiga colónia portuguesa.

Mocumbi, que representou Maputo na qualidade de observador, fez circular na capital zimbabueana um memorando onde solicita à Commonwealth ajuda à reconstrução nacional, além da extensão do período de vigência de um fundo especial de assistência estabelecido em 1987. As contribuições para este fundo ascendiam, em finais de Julho, a 5,94 milhões de libras.

Moçambique crede ser "imperativo" o prorrogamento do fundo para além dos cinco anos estipulados, salientando que as contribuições serão usadas na "procura da paz, do progresso social, estabelecimento de bases democráticas e preparação de eleições multipartidárias". ■

Silvonei José, em Roma, com Teresa Lima, em Maputo

Rebello de Sousa volta a Moçambique

BALTAZAR REBELLO de Sousa, que foi um dos últimos governadores coloniais portugueses da então Província Ultramarina de Moçambique, encontra-se desde segunda-feira em Maputo, para uma visita de trabalho com a duração de uma semana.

Voltando a pisar solo moçambicano depois de vinte anos, Baltazar Rebello de Sousa traz na sua bagagem propósitos económicos e, como disse à sua chegada, "igualmente culturais".

A sua deslocação faz-se na qualidade de presidente da organização Elo Internacional da Comunidade Lusitana para África e tem por objectivo "matar saudades e sentir o pulso da gente moçambicana, das vertentes política, social, cultural e económica".

Questões mais prosaicas constam, no entanto, da sua agenda: contactos com empresários sediados em Moçambique e encontros com as autoridades moçambicanas, por quem foi convidado a visitar Maputo.

Previstas, nesse âmbito, audiências com os ministros da

Cooperação, Jacinto Veloso, da Saúde, Leonardo Simão e do Comércio, Daniel Gabriel.

Baltazar Rebello de Sousa disse estar ligado a empresários proprietários de fábricas de tabaco no Maputo e na Beira com quem também se vai encontrar.

Disse pretender inteirar-se "in loco" dos trabalhos em curso e delinear algumas ações concretas para uma maior eficiência da actividade empresarial deste ramo, "para garantir o desenvolvimento sempre desejado de Moçambique." Em relação ao campo cultural o presidente da Elo Internacional afirmou que a sua organização pretende reunir gente dos países da língua oficial portuguesa, da Academia de Ciências, Letras e Artes de São Paulo, no Brasil, e de outros meios universitários daquele país que tencionam estabelecer relações de intercâmbio entre professores, investigadores e estudantes.

A visita de Baltazar Rebello de Sousa causou surpresa mas não espanto, visto Maputo estar

a transformar-se novamente na rota da saudade e de outros objectivos menos sentimentais para aqueles que há muitos anos a deixaram.

Baltazar Rebello de Sousa foi governador-geral de Moçambique entre 1970 e 1971 onde se engajou numa política populista para tentar apaziguar a revolta entre a população negra. O incremento de melhores condições sociais, como habitação, escola e saúde em alguns bairros suburbanos da capital moçambicana fizeram parte da sua política, quando nas matas do Norte do país a guerra conhecia níveis de maior confronto entre as tropas coloniais e a Frelimo. Goetava de se fotografar nos "seus banhos de multidão" de negros com bandeirinhas portuguesas, na vã utopia de que Moçambique continuaria a ser Portugal.

Agora, as suas intenções são mais pragmáticas. Faz-se acompanhar de António Dantas, empresário e assessor da Elo Internacional. ■

Teresa Lima, em Maputo

PÚBLICA

30 OUTUBRO 1991

Renamo reconhecerá o Governo de Maputo

O PRESIDENTE da Renamo, Afonso Dhlakama, assegurou ontem, em Nairobi, que o seu movimento deporá as armas a partir da assinatura do acordo de cessar-fogo e que reconhecerá o Governo e as instituições existentes no Maputo. O dirigente rebelde, que falava numa en-

fora das negociações, comprometendo-se a cumprir todos os protocolos que vierem a ser assinados, acrescentou o líder rebelde. «A Renamo compromete-se a depor as armas após o cessar-fogo, a concentrar as suas actividades na política e a respeitar o Governo e as instituições,

porque, a partir dessa altura, não haverá razão para usar a força das armas», afirmou Dhlakama.

O dirigente da Renamo rejeitou as acusações de que o seu movimento continuava a receber apoio sul-africano, garantindo que essa ajuda cessou em 1984.

em entrevista exclusiva à rádio oficial sul-africana, afirmou que o protocolo assinado em Roma pelas delegações da Renamo e do Governo do Maputo representava um sinal de optimismo para a resolução do conflito.

Afonso Dhlakama resumiu os aspectos consignados no documento assinado em Roma, destacando o compromisso do Governo moçambicano em passar a autorizar a deslocação de delegações ao quartel-general da Renamo, na Gorongosa. «O acordo estipula que o Governo, a partir de agora, não adoptará ou fará novas leis no Maputo

RENAMO
QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1981

Dhlakama cessa fogo

A TELEVISÃO queniana afirmou que o chefe da Resistência Nacional Moçambicana, Renamo, Afonso Dhlakama, deu ordem para a suspensão das operações militares no Sul, ao longo do corredor do Limpopo. A TV queniana não cita fontes, mas a agência Reuters nota que Dhlakama se encontra actualmente em Nairobi. O cessar-fogo que agora teria sido ordenado pelo chefe da Renamo foi acordado há precisamente um ano nas reuniões em Roma mediadas pela comunidade católica italiana de Santo Egídio. Uma oitava ronda de conversações está em curso desde o passado dia 7.

RENAMO
SEGUNDA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1981

LONDRES QUER PAZ EM MOÇAMBIQUE — Londres exercerá a sua influência para fazer do protocolo assinado em Roma pelo Governo moçambicano e os rebeldes da Renamo um verdadeiro acordo de cessar-fogo, disse ontem o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Douglas Hurd. Falando após a visita oficial de dois dias que efectuou a Moçambique, Hurd disse que se encontrou com o Presidente Joaquim Chissano com quem abordou o papel da Grã-Bretanha no conflito moçambicano, prometendo que Londres influenciaria os seus "amigos europeus e africanos" para que pressionem no sentido de o documento constituir um verdadeiro cessar-fogo.

O rosto invisível

NASCIDO na região da Gorongosa, na província de Sofala, o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, é oriundo da etnia Sena, uma das etnias que caracteriza aquela região de Moçambique.

De idade indefinida, que ele próprio não gosta de revelar mas que leva a supor que está no limiar dos «quarenta», Dhlakama foi criado na cidade da Beira, e cedo despontou para a causa nacionalista, tendo integrado as fileiras da Frelimo durante a guerra colonial, contra o Exército de Salazar e posteriormente de Caetano.

Como faz questão de sublinhar, a Frelimo, durante os primeiros anos da década de setenta, registou desvios de orientação nacionalista que a caracterizava, para se transformar num movimento político e militar de inspiração soviética. Este facto levou o actual presidente da Renamo (o primeiro foi André Matsagaisse, morto em combate contra o Exército de Samora Machel, em 1977) a tornar-se num dissidente, e a fugir com oito centenas de homens armados para os planaltos quase inacessíveis da Gorongosa, donde partiria o movimento de insurreição contra o Governo de Maputo.

Afonso Dhlakama é um homem essencialmente vocacionado para dirigir



Uma vida pessoal que permanece incógnita

militares, e só nos últimos anos denota um esforço para absorver conhecimentos políticos que lhe permitam acompanhar na liderança o processo de democratização de Moçambique. É um líder extremamente desconfiado, e raramente recebe com agrado espontâneo as ajudas que lhe são oferecidas

por entidades particulares estrangeiras. O seu primeiro raciocínio tende a considerar essas pessoas oportunistas, como acontece, por exemplo, em relação a certos empresários portugueses, cujo nome ninguém revela no interior da Renamo.

A sua aparência de líder «tirano» contrasta em larga escala com o relacionamento informal que mantém diariamente com os seus subalternos no quartel-general da Renamo na Gorongosa.

Possui uma acentuada tendência para revelar a importância do factor militar em todos os domínios da actividade e do pensamento humano, restando saber até que ponto o líder incontestável da resistência armada terá capacidade para se transformar no homem ideal para dirigir os destinos de Moçambique, numa perspectiva de desenvolvimento e recuperação económica, que retire à ex-colónia portuguesa o estatuto de «país mais pobre do mundo».

O ex-comandante do exército da Frelimo Afonso Dhlakama é o exemplo acabado do *self made man*. Do ponto de vista pessoal, a sua vida permanece uma incógnita, tudo levando a supor que estamos perante um homem celibatário.

Líder dos rebeldes moçambicanos, Afonso Dhlakama, em entrevista exclusiva ao DN

«A minha deslocação a Portugal vai ser uma grande ajuda»

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 DE OUTUBRO DE 1981

«A MINHA deslocação a Portugal vai ser uma grande ajuda para que o Governo, e não só, conheça melhor as posições da Renamo. A comunidade portuguesa em si mesma e os próprios empresários ficarão a conhecer muito melhor a situação do meu país, o que pode fazer com que o Executivo de Lisboa se interesse definitivamente pelo problema moçambicano, dando força ao processo negocial de paz.»

Esta é uma das mensagens que o presidente da Renamo — Resistência Nacional Moçambicana —, Afonso Dhlakama, deixa transparecer de forma clara, numa longa entrevista concedida ao DN em pleno coração da Gorongosa. Na altura em que a entrevista foi concedida, a oitava ronda de negociações entre a Renamo e o Governo de Maputo, em Roma, que resultou num acordo, estava ainda no seu início.

Durante dez dias, o jornalista teve oportunidade de trilhar as picadas da guerrilha, em contacto directo com o mundo da resistência armada e em diálogo próximo com os estrategos da Renamo.

Na entrevista que hoje publicamos, o líder do movimento rebelde faz um apelo às autoridades portuguesas, para que se empenhem nas negociações de paz.

«Portugal pode desempenhar um papel de sensibilização da Comunidade Europeia», afirma o chefe da guerrilha, que, em jeito de justificação, prossegue: «Se houver um país forte que conheça melhor este processo, e que assuma a liderança da Comunidade, pode iniciar-se uma acção de compreensão, até aqui inexistente.»

«Diário de Notícias» — Recentemente, o secretário de Estado para os Assuntos Africanos norte-americanos afirmou pretender encontrar-se com o líder da Renamo para o encorajar a prosseguir as negociações com a Frelimo. Como qualifica esta posição de Herman Cohen?

Afonso Dhlakama — Penso que se trata de um gesto de boa-fé por parte de Herman Cohen e das autoridades norte-americanas. Um possível encontro deste género pode fazer criar um am-

biente de entendimento. Sabe-se que os Estados Unidos pretendem ver o processo de paz andar com mais rapidez, pelo que recebi com todo o agrado as declarações do secretário de Estado norte-americano. O processo negocial já está a entrar num nível internacional, a merecer o interesse das superpotências, facto que consideramos de grande importância, uma vez que fará com que o Governo da Frelimo abandone as suas manobras de desgaste da imagem da Renamo. Lamento, contudo, bastante a maneira como o senhor Cohen colocou a questão. Isto porque, para uma pessoa que não conhece a realidade de Moçambique e a sua situação, tais declarações lançam a confusão. Ele teria dito que se pretendia encontrar comigo para me encorajar a continuar as negociações para benefício da Renamo e de todas as partes envolvidas, o que dá a entender que o nosso movimento talvez fosse a parte que não estava interessada em acelerar o processo de paz, o que não corresponde à verdade.

DN — Independentemente do carácter dessas declarações, para quando projecta o encontro com Herman Cohen?

AD — Estarei durante algum tempo no exterior, pelo que não posso precisar a data exacta do encontro. Posso apenas afirmar que esse encontro se vai realizar, em breve, dentro de poucas semanas, num local que ainda desconheço. Limito-me portanto a dizer que o encontro vai ocorrer brevemente, até porque a Renamo tem grande interesse em fazer entender aos Estados Unidos em que pé as coisas estão e demonstrar-lhes que não somos nós os criadores do impasse negocial que se regista, mas sim a Frelimo. Tudo isto porque a Frelimo pretende negociar dentro dos moldes daquilo que a Assembleia do único partido legal em Moçambique adoptou no ano passado. Assim é difícil.

Destruição da Frelimo. não é o objectivo

DN — A Lei dos Partidos e a Lei Eleitoral têm constituído os principais obstáculos a um entendi-

mento entre as partes beligerantes. A Renamo insiste na necessidade de eleição de uma Assembleia Constituinte, a Frelimo não parece disposta a ceder nesta área. Que volta se poderá dar para solucionar este dilema.

AD — Tudo se resolverá, quando houver compreensão, quando as pessoas conheçam o que é uma democracia. Não existe democracia sem leis nem liberdade, e quando um dos lados procura manter leis que negam os princípios da liberdade democrática, a única solução que nos resta para desbloquear esta situação é alertar a comunidade internacional. O importante não é a destruição de Joaquim Chissano e da Frelimo, mas sim criar as condições para que haja eleições genuínas em Moçambique.

As duas leis que referiu têm-nos dado dores de cabeça pela forma como estão ecritas

na Constituição da Frelimo, e não poderemos segui-las ou aceitá-las porque no fundo não permitem a existência de uma democracia, negam a liberdade de associação e limitam a actividade dos partidos. De qualquer modo, nós vamos negociar nesta oitava ronda tentando pôr de parte as duas leis, tal como se encontram na Constituição da Frelimo, de modo a encontrarmos uma plataforma, a chegarmos a acordo quanto a leis transitórias. A Lei dos Partidos será para ser usada a partir da data em que assinarmos o cessar-fogo até à altura das primeiras eleições para eleger uma Assembleia Constituinte. Caso isto se verifique estaremos perante um avanço muito significativo, uma vez que a Frelimo terá de aceitar estes pressupostos. Se negociássemos na base daquilo que Maputo pretende estaríamos a preparar o campo para a manutenção de um Governo marxista-leninista em Moçambique. Não é isso que pretendemos.

DN — Por tudo aquilo que acabou de dizer, impõe-se a seguinte questão: no actual contexto negocial, como é que a Renamo veria uma intervenção portuguesa ao nível da mediação?

AD — Portugal seria muito bem-vindo. Desde há muito tempo que a Renamo, através do secretário de Estado da Cooperação Durão Barroso, se vem mostrando aberta à intervenção de Portugal, que pelo seu conhecimento da natureza e da realidade de Moçambique pode ter reflexos muito positivos no processo de democratização do país.

DN — Assim sendo, que tipo de intervenção é que o senhor defende? Uma intervenção unilateral ou um trabalho conjunto com a mediação italiana? Qual a solução mais viável?

AD — Como sabe, estamos a negociar em Roma. Pedir a transferência destas negocia-

ções para Portugal seria objecto de má interpretação por parte do Governo italiano, e nem sequer faria senso. Acreditamos que a mediação portuguesa teria grande importância para reforçar, ajudar a dar a mão à Itália.

DN — Há alguns meses atrás, o senhor desferiu sérias críticas à actuação do Governo de Lisboa, e afirmou que Portugal corria o risco de perder para sempre o conhecimento da realidade do país. Que análise faz então da evolução da perspectiva de Lisboa face ao problema, num tão curto espaço de tempo?

AD — Aqui convém assinalar duas questões. A primeira diz respeito à posição artificial de Lisboa, ou seja, à posição assumida entre os Estados, à posição do Governo de Lisboa para com Maputo. A segunda decorre do conhecimento que Portugal tem de Moçambique, e que tem levado Lisboa, ao longo dos últimos seis meses, a adoptar uma posição de grande abertura e empenho.

O encontro que mantive com o senhor Durão Barroso foi determinante. Ouvi-o historiar o conflito moçambicano e dizer que o mundo devia conhecer melhor esta situação, quer simpatisem ou não com a Renamo. Para mim este encontro foi bastante encorajador, uma vez que se trata de um executivo e não de um empresário qualquer a alertar para a necessidade de o Governo de Maputo se em-

penhar em negociar com o meu movimento. É preciso que a comunidade internacional compreenda que não haverá vencedor, pela força das armas, e que a solução para o conflito é exclusivamente negocial.

Visita a Portugal para expor projectos

DN - O senhor Afonso Dhlakama esteve recentemente para se deslocar a Portugal. Na altura especulava-se acerca da possibilidade de tal visita motivar o Governo português no sentido de se «apoderar» da mediação do conflito armado em Moçambique. A sua visita a Portugal pode estar para breve? Que significado terá afinal uma deslocação sua ao nosso país?

AD - Sei que a minha deslocação a Portugal vai ser uma grande ajuda para que o Governo, e não só, conheçam melhor as posições da Renamo. A comunidade portuguesa, em si, e mesmo os próprios empresários, ficarão a conhecer muito melhor a situação do meu país, o que pode fazer com que o Executivo de Lisboa se interesse definitivamente pelo problema, dando força ao processo

negocial de paz. Recebendo-me em Portugal, o Governo terá oportunidade de ouvir as minhas posições, as minhas perspectivas e projectos políticos e a forma como penso que se pode alcançar a paz em Moçambique. Isto será ainda mais importante uma vez que Portugal se prepara para assumir a presidência das Comunidades, facto que nos interessa grandemente. Portugal pode desempenhar um papel de sensibilização da Comunidade Europeia, que até agora não tem assumido uma posição coerente em relação ao nosso problema, limitando-se a apoiar a Frelimo com base na propaganda levada a cabo por Maputo. Se houver um país forte, que conheça melhor este processo e que assuma a liderança da Comunidade, pode iniciar-se uma acção de compreensão até aqui inexistente, uma acção que terá por base um melhor conhecimento dos propósitos da Renamo, deixando de lado o alinhamento com a Frelimo.

DN - A Renamo sempre se quisou de ser vítima das manipulações da Frelimo e da sua propaganda. Penas que actualmente esta situação se mantém, ou acredita que o mundo começa a duvidar dessas informações?

AD - Acredito que a situação se está a alterar. Há indícios que provam isso. Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e mesmo Alemanha têm mudado a sua posição. Não digo que nos estejam a dar dinheiro ou armas, mas pelo menos alguns sectores diplomáticos já se interrogam sobre a situação. Já se questionam acerca da nossa existência, ao longo de tantos anos, e sobretudo perguntam-se como é que uma guerrilha pode sobreviver durante todo este tempo. O facto é que qualquer guerrilha só

pode sobreviver quando tem o apoio popular. É para conseguir esse apoio é necessário que essa guerrilha mantenha boas relações com as populações. Quer com isto dizer que já existe um entendimento ao nível da própria Comunicação Social, que se preocupa agora em ouvir também a versão da Renamo. A Imprensa internacional já se preocupa em querer confirmar a veracidade das informações dadas pela agência de Moçambique, o que não acontecia, por exemplo, há um ano atrás. No meu país não existe Imprensa independente e é tudo controlado pelo Conselho de Comunicação do Estado. Quando a propaganda é excessiva assistimos precisamente às mudanças de posições que referi.

DN - O processo de democratização de Moçambique está em curso. Renamo e Frelimo parecem condenadas a entender-se. Perante este cenário, quais são de momento as grandes preocupações da Renamo e os seus principais objectivos imediatos?

AD - A nossa grande preocupação é ver o povo moçambicano a participar em eleições gerais no país. Não me quero referir a grandes projectos, mas sublinhar apenas a necessidade de convencer a Frelimo a pedir a ajuda da comunidade internacional, para que dentro de meses haja condições em Moçambique que permitam a realização de eleições gerais livres e democráticas, onde o povo possa escolher o Executivo que melhor defenda os seus interesses.

Não odiamos a Frelimo apenas as suas ideias

DN - Adivinha-se o segundo congresso da Renamo, a realizar aqui na Gorongosa. Que tipo de comparação podemos estabelecer entre o carácter deste congresso e o carácter do primeiro, em 1989? Os objectivos são diferentes?

AD - Sim. Sabe que quando realizámos o primeiro congresso as pessoas interrogaram-se e estranharam que a Renamo, com 14 anos de existência, apenas tivesse realizado um congresso. Gostava de dizer que sempre mantivemos este tipo de reuniões de dois em dois anos, simplesmente não tinham a designação de congresso, mas sim de conferências gerais e políticas, onde discutíamos todos os nossos problemas militares e políticos. Portanto, sempre tivemos encontros com esta regularidade, apenas com nome diferente. Passando para a sua questão, gostaria de dizer que existem diferenças entre o primeiro e o segundo congresso, uma vez que muita coisa se alterou. Em função das negociações com a Frelimo, há que

reflectir sobre os nossos estatutos, programa e projectos. Esperamos que os delegados aprovelem o programa, tal como a própria Constituição, que não vão ser impostas ao povo moçambicano. Servirão apenas para conhecer os propósitos da Renamo.

Este congresso serve sobretudo para reafirmar a Renamo como partido político, e para definir uma estratégia de como prosseguir com as negociações que decorrem em Roma. Tudo deve ser discutido coerentemente.

DN - Atendendo às grandes carências com que a Renamo se debate a todos os níveis, com maior incidência na falta de estruturas educativas, não teme que durante todos estes anos o seu movimento não tenha conseguido criar «quadros dirigentes» capazes de lhe oferecer total confiança, na eventualidade de vencer as eleições em Moçambique?

AD - Essa carência existe de facto. Desde a falta de medicamentos, material didáctico, até à escassez de roupas para as pessoas poderem vestir. Os próprios guerrilheiros da Renamo vestem sacos por não terem camisas nem calças, e às vezes nem sequer sapatos.

No entanto, a nossa gente está moralmente rica, mil vezes mais rica do que as populações controladas pela Frelimo. Quanto à questão que levantou, devo dizer-lhe que não me preocupa tanto. Embora não sejam suficientes, nós temos homens capazes de assumir pastas ministeriais.

Se, porventura, assinássemos amanhã o cessar-fogo e ganhássemos as eleições, estou certo de que tenho homens capazes de formar um

executivo sem qualquer problema. Não quero dizer com isto que não esteja preocupado em formar mais pessoas. Por exemplo, um engenheiro não seria um bom ministro dos Negócios Estrangeiros. Do mesmo modo que um médico não seria um bom ministro dos Transportes. Há por isso a necessidade de identificar áreas, quer no plano técnico quer no plano político. A Renamo tem quadros que podem assumir funções ministeriais de acordo com as suas especialidades. Não somos apenas uma organização militar, somos também, e sobretudo, um partido político com uma ideologia própria.

Concluo dizendo que os problemas não estão na falta de quadros mas sim na falta de uma política social e económica. Nós não odiamos os dirigentes da Frelimo como pessoas, mas sim as ideias que eles defendem.

Neste quadro de democratização, estou confiante, e penso que muitos elementos e intelectuais que neste momento estão com a Frelimo passarão para o lado da Renamo. Não pretendo dizer que todos se irão juntar à Renamo, até porque o mais importante é que os que vivem no país e os que vivem no estrangeiro se apliquem na reconstrução de Moçambique.

DN - A sua confiança parece-me redobrada em relação a há uma meses atrás. Parece já não acreditar que a Frelimo possa vencer as futuras eleições. A que se deve esta nova disposição?

AD - Tudo isto é o produto das negociações directas e do reconhecimento progressivo da Resistência Nacional Moçambicana. É uma vitória das nossas ideias e das nossas propostas de criação de sociedade multipartidária, sem que a Renamo pretenda apenas ganhar o Poder, conforme rumores que por aí se faziam sentir. Defendemos um regime com dois, três ou mesmo noventa partidos políticos.

Com um largo sorriso nos lábios, Afonso Dhlakama dava aqui por concluído o diálogo que manteve com o DN. Contactos urgentes com o exterior impunham que outras questões não pudessem ser abordadas ao longo desta entrevista.

Depois, bem... depois há uma coisa que o presidente da Renamo fez questão de nos confidenciar *off the record*. Fica, contudo, a imagem de um projecto político que cada vez mais tem um rosto próprio e uma voz que se faz ouvir já um pouco por todo o mundo.

Quartel-general da Renamo luta com carências

Nuno Castro Ferreira

Especial DN

QUARTA-FEIRA, 2 de Outubro. São 11 horas e 20 minutos. Na pista da base militar da Gorongosa aterra a pequena aviãoeta que me transportou de um país vizinho. Combustível, materiais de construção e caixas com medicamentos são entregues pelo piloto aos quinze homens e mulheres que me aguardam. Um destacamento feminino, sob instruções de um guerrilheiro fortemente armado, vem ao encontro do pequeno avião.

Os cumprimentos são apresentados reservadamente, enquanto aquele destacamento permanece em silêncio durante todo o percurso, até ao local onde se situa o quartel-general da Renamo. Primeira grande evidência, que o decorrer dos dias comprovaria. Os rebeldes não falam. Agem!

O espaço para o divertimento é limitado por sucessivas horas de movimentações, tão intensas quanto tranquilas e silenciosas. No interior do mato, a noite cai cerca das 18 horas, e o dia de trabalho começa pontualmente às seis da manhã. Esta é, em traços gerais, a Gorongosa, capital política e militar da Renamo, onde soldados e funcionários administrativos se deslocam espaçadamente, perdendo-se de vista em segundos.

Daqui partem as instruções para todo o território controlado pelos rebeldes, e aqui se definem as operações militares que os estados-maiores provinciais se encarregam de levar à prática.

Dos planaltos centrais da Gorongosa estende-se a rede de comunicações interprovinciais da Renamo. Emissários e mensageiros têm por função manter o «centro» ao corrente de todas as situações políticas e militares em cada região, em cada distrito e em cada localidade do território controlado.

Um rudimentar radiotransmissor, que emite em onda curta, é a pedra de toque, no interior de um movimento armado semelhante a um extenso e organizado formigueiro, onde cada elemento se parece identificar com a especificidade da sua missão.

Vítor Anselmo é o chefe do departamento de assuntos políticos da resistência moçambicana. Acompanhou-me durante dez dias e falou-me das dificuldades materiais que se lhe deparam, da convicção da sua luta e da esperança que as negociações de Roma permitam acalantar. Como todos os líderes da Renamo, sustenta que a guerra está ganha, e sublinha o elevado moral que caracteriza os guerrilheiros e responseáveis políticos. Diz-me que prefere suicidar-se a ser capturado pelos soldados da Frelimo. Mostra-me um organograma da organização administrativa da Renamo, e explica os métodos utilizados para que nada falhe na orientação política que os vários departamentos centrais pretendem ver concretizada. Na Academia Militar de Massara, base central da Gorongosa, o esquema de funcionamento parece ser idêntico. Instrutores dirigem as diversas repartições que da capital da Renamo fazem circular num sistema tripartido — zona norte, zona centro e zona sul — todas as informações relativas às posições que o inimigo ocupa e sua capacidade militar. Aqui, como na área administrativa, nada pode falhar, e as desatenções pagam-se caras.

No segundo dia de permanência na Gorongosa, na companhia do presidente Afonso Dhlakama, é traçado o programa da minha visita. Dhlakama põe-me à disposição uma motorizada funcional, e encarrega o responsável pelo Departamento de Ideologia de me acompanhar ao longo dos dez longos dias. Falei da minha intenção em

assistir a uma operação militar contra unidades adversárias. Afonso Dhlakama diz que para isso seria necessário andar quase duas semanas, afirmando poder deslocar-me mais de 300 quilómetros em todas as direcções sem necessitar de qualquer escolta.

Numa motorizada para furar a picada

Todos os dias, às sete da manhã, partiamos de motorizada nas mais diversas direcções, para só voltar ao cair da noite. Seguindo por trilhos sinuosos e acidentados, visitamos dezenas de povoações, e diversas bases administrativas e militares secundárias. A dispersão em que se encontram as povoações obrigam-nos a estacionar a moto, para, no sentido transversal do caminho, percorrermos a pé algumas centenas de metros ou até alguns quilómetros — a Gorongosa, aliás, caracteriza-se pela disparidade da sua paisagem, constituída ou por zonas florestais muito espessas ou por imensas zonas de campo aberto e árvores de pequeno porte. A guerrilha que patrulha a região da Gorongosa compõe-se por grupos de quatro ou cinco elementos, apenas visíveis de tempo a tempo e organizados por zonas, de modo a que o contacto entre comandantes se verifique regularmente.

Embora sem sair dos limites da extensa província de Sofala (com excepção para a deslocação à região de Mocossa, que confina já com a província de Manica), nos cerca de 400 km percorridos, apenas se podem escutar as melodias dos pássaros, acompanhadas esporadicamente pela agitação das populações que durante o dia útil se dedicam quase exclusivamente a tarefas agrícolas. A inexistência de um clima de tensão militar que inicialmente supunha, tento impor uma interrogação duvidosa acerca

do significado da calma e tranquilidade de que sou espectador.

O contacto com as populações revela, dia após dia, das regiões de Pango e Cavallo até Mocossa, a relação de intimidade que as mesmas mantêm com a Renamo, sendo, contudo, difícil avaliar o seu grau de autenticidade. Durante os serões, após o jantar, trocava impressões com Afonso Dhlakama, que tem por hábito ouvir nesta altura do dia as emissões radiofónicas da Voz da América e da BBC, em serviço para África. O Presidente da Renamo sabe da necessidade urgente de reforçar a comunicação com as populações, e recorre com frequência a comícios e outras armas de propagação, tais como a distribuição de folhetos contendo as principais reivindicações do seu movimento.

A 26 km da base central da Gorongosa situa-se o Hospital Afonso Dhlakama, que à entrada apresenta um cartaz com os seguintes dizeres: democracia, paz e comida para o povo moçambicano.

Condições de vida aquém de padrões mínimos

A preocupação expressa do executivo da Renamo em proteger e cativar as populações das designadas «zonas libertadas» opõe-se a uma realidade de miséria que os meios de comunicação audiovisuais dificilmente conseguem transmitir. De facto, do simulacro da realidade ao contacto directo com a vida resulta a imagem mais dilacerante que o repórter pode registar. Em toda a região da Gorongosa — sendo que este exemplo é extensivo às restantes regiões e províncias dominadas pela Renamo —, as condições de vida estão muito aquém dos padrões mínimos que a existência humana reclama. Cada aldeia apresenta popula-

ções desprovidas de roupa, meios minimamente razoáveis de produção, e palhotas onde os humanos coabitam com moscas, centopeias, mosquitos e insectos afins.

As condições higiénicas, de difícil adjectivação, propiciam a difusão de todo o tipo de doenças e epidemias, desde a cólera à malária.

No sexto dia desloquei-me ao hospital central da zona de Massara. O coordenador deste centro de saúde, à imagem de tantos outros, não possui qualquer curso de Medicina, tendo estudado enfermagem durante um ano em Maputo, e confessando-se autodidacta pronto para todo o serviço. Mostrou-me as instalações do hospital, e levou-me a visitar os doentes; desolação! Não há antibióticos. A morfina existe em quantidades insuficientes, e uma simples anémia pode provocar a morte por falta de qualquer tipo de vitaminas.

Da localidade de Cavallo até à região de Mocossa proliferam as escolas, na exacta medida em que escasseia material didáctico. Um elenco de professores muito reduzido revela grandes carências culturais, que colocam a situação do ensino numa escala inqualificável. Aprende-se a ler e escrever e nada mais. Tudo isto se passa nas zonas rurais de Moçambique, sendo a Gorongosa uma «simples fotografia reduzida» do contexto de miséria geral em que o país mergulhou.

A noite cai rapidamente, e o regresso ao quartel-general da Renamo faz esquecer, durante umas horas, os cenários registados. Um gerador proporciona-nos a luz necessária para todo o tipo de actividades. O homem da Renamo que durante o dia é soldado transforma-se agora num simples servente dotado de grande polivalência para todo o tipo de funções. Juntam-se à noite na grande palhota que serve de refeitório, onde se encontra

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 DE OUTUBRO DE 1981

instalado um vídeo, e assistiu durante horas a filmes de caratê, westerns e de guerra. São na sua maioria — homens e mulheres — elementos de uma máquina de guerra, e como tal preparados apenas para combater contra um adversário que designam de marxista, ao sabor de palavras de ordem que os dirigentes políticos e militares diariamente repetem.

Do ponto de vista militar, «a rapaziada da Renamo» obedece sem colocar questões aos superiores, revelando a chave do sucesso de Dhlakama ao longo de 14 anos de luta.

Os dias passam, e rapidamente o calendário assinala o dia 12 de Outubro.

Parto do mesmo modo como cheguei. Em pouco mais de uma hora a mesma avioneta aterra num país vizinho, deixando a Gorongosa a centenas de quilómetros de distância.

A despedida ocorre debaixo do mesmo ambiente silencioso que o hábito ensina a não estranhar. Porque, afinal, a Renamo não fala. Age!

EXPRESSO, SÁBADO 19 DE OUTUBRO DE 1991

A paz num impasse

Tomás Vieira Mário
em ROMA

QUASE 15 dias após o regresso a Roma, na oitava ronda das conversações para a paz, o Governo de Maputo e a Renamo continuam longe de qualquer acordo para a cessação das hostilidades militares, contrariando os prognósticos otimistas feitos há uma semana.

Entendimentos finais, sobre a questão das garantias políticas recíprocas, que pareciam estar asseguradas, falharam inesperadamente na quarta-feira, o que frustrou ainda mais a agastada mediação italiana.

No final de um frente-a-frente, na terça-feira, entre os chefes das delegações — Armando Guebuza, pelo Governo, e Raul Domingos, pela Renamo —, as conversações pareciam bem encaminhadas. Os negociadores mostravam um notório alívio e Guebuza referiu-se mesmo a um «entendimento geral positivo».

Contudo, quando os mediadores fizeram circular pelas duas partes a síntese do encontro, os emissários da Renamo terão recuado, não confirmando o conteúdo do documento.

No frente-a-frente, sem a presença da mediação, Maputo teria garantido à Renamo um estatuto especial, que lhe conferia privilégios em relação aos demais partidos da oposição moçambicana.

Segundo o EXPRESSO apurou, o movimento liderado por Afonso Dhlakama teria recebido «luz verde» para um livre desenvolvimento de campanhas políticas, incluindo o acesso aos meios de comunicação social após a assinatura do cessar-fogo e sua efectividade.

Face à relutância da Renamo em reconhecer juridicamente o Estado e o Governo, Maputo teria adoptado uma postura flexível. O texto seria reformulado: desaparecia o termo «reconhecer» e a Renamo

mo vinculava-se apenas ao «respeito» pelas «instituições e leis fundamentais» do país.

Acordo sem prazo

A proposta da mediação italiana de ver assinado o cessar-fogo até ao final do ano foi inviabilizada pela oposição da Renamo ao estabelecimento de prazos. Contudo, segundo uma fonte próxima das conversações, as partes «assumem o compromisso de alcançar, no mais curto espaço de tempo, o acordo geral de paz».

No debate dos princípios políticos, as questões mais controversas centram-se no nível da autoridade do Governo da Frelimo no período entre o cessar-fogo e as eleições gerais, e na natureza e alcance das leis a serem aprovadas durante esse período, harmonizadas com o novo quadro político e com o acto eleitoral.

A Renamo interessará ver a autoridade do Governo limitada à mera gestão dos negócios correntes, praticamente substituído por um órgão independente, no qual a ONU assumiria um papel preponderante.

Nesta questão, a delegação governamental defende a formação de uma comissão político-militar conjunta, continuando o Governo em funções.

No domínio legislativo, se o Governo aceita, sem grandes dificuldades, abster-se de aprovar novas leis fundamentais até às eleições gerais, já contesta a pretensão da Renamo de ser revista, durante este processo negocial, praticamente toda a legislação eleitoral adoptada no país desde a independência, há 16 anos.

Independentemente dos resultados que venham a ser alcançados pelo movimento de Dhlakama numa hipotética revisão, há um esforço dos rebeldes de produzir um trabalho político que se traduza num reconhecimento moral da sua solitária luta de 15 anos.

Indústria açucareira de Moçambique desperta interesse do Grupo Alcântara

O Grupo Alcântara-Em-
preendimentos, através da Al-
cântara-Sociedade de Empre-
endimentos Açucareiros, está
a estudar com o governo de
Moçambique a possibilidade
de contribuir para a recupera-
ção da indústria açucareira
daquele país, podendo vir a
constituir uma empresa de ca-
pitais mistos para o efeito. As
conversações entre a empresa
portuguesa e o governo daque-
le Estado africano estão ainda
«numa fase muito embrioná-
ria», disse ao DN Francisco
Pereira do Vale, administra-
dor do Grupo Alcântara.

A possibilidade de contri-
buírem para a recuperação da
indústria açucareira de Mo-
çambique representará para o
grupo o retorno àquele PA-
LOP. A Companhia do Assu-
car de Moçambique, que em
1920 foi absorvida pela Sena
Sugar Estates, é a raiz cente-
nária da Alcântara, que resul-
tou da cisão, ocorrida em
1990, naquela empresa. Actual-
mente, a multinacional
britânica Tate & Lyle detém a
maioria do capital da Alcânta-
ra-Empreendimentos.

Com uma facturação da or-
dem dos 28 milhões de contos,
dos quais 22 milhões provêm
da actividade açucareira, o
grupo Alcântara-Empreendi-
mentos tem na Alcântara Açu-
carias a sua principal fonte de
receitas. Pese embora o facto
da empresa, que detém uma
quota de mercado de 55 por
cento, enfrentar algumas difi-
culdades no acesso às ramas
de açúcar, já que desde 1986,
quando da adesão de Portu-
gal à Comunidade, o País ne-
gociou uma quota de 300 mil
ramas de açúcar, valor insufi-
ciente para o mercado portu-
guês, que tem vindo a registar

umentos no consumo açuca-
reiro.

Esta situação foi, aliás, a
principal responsável pela fal-
ta de açúcar que se fez sentir
no mercado o ano passado, e
está a obrigar as empresas a
importarem de países terço-
iros, com custos mais elevados.
A falta de açúcar não se fará
sentir este ano, garantiu Pe-
reira do Vale.

As necessidades reais de ra-
mas de açúcar no País, para
que seja possível um abasteci-
mento adequado em termos
minimamente estáveis, devem
cifrar-se em cerca de 325 mil
toneladas anuais, expressas
em açúcar branco.

As empresas açucareiras
têm sido, nos últimos anos,
objecto de uma campanha an-
ti-açúcar, mas o consumo per
capita português é um dos
mais baixos da Europa, e pre-
ve-se que no futuro possa di-
minuir. Actualmente, os por-
tugueses consomem em média
30 quilos de açúcar por ano,
enquanto a média de alguns
países europeus ronda os 40
quilos/ano. Na União Soviética
o consumo ronda os 40
quilos.

A Alcântara-Açucarias resul-
tou da fusão, ocorrida a 1 de
Janeiro de 1990, das duas refi-
narias de açúcar existentes na
área de Lisboa e únicas na
zona Sul do País. Assim, a Al-
cântara-Açucarias absorveu a
Sidal e a Sorex e, ainda em
1990, o grupo adquiriu uma
posição accionista minoritária
(19 por cento) na Sinaga-Sociedade de Indústrias Agrí-
colas Açorianas.

Após a fusão da Sorex e da
Sidal, a Alcântara-Açucarias

apostou na especialização das
duas refinarias, a de Lisboa,
situada na zona de Alcântara,
está dimensionada para a pro-
dução de açúcar para fins in-
dustriais a granel e de sacos
de 50 quilos, enquanto a refi-
naria de Santa Iria da Azóia
está vocacionada para os pro-
dutos empacotados e o com-
plemento dos sacos de 50
quilos.

Diversificar negócios

A empresa têm em curso in-
vestimentos calculados em
dois milhões de contos na
construção de silos de açu-
cres brancos, a serem concreti-
zados até 1992, nas instala-
ções de Santa Iria.

A travessar uma fase cheia
de incógnitas sobre o futuro
das instalações situadas em
Alcântara, uma vez que a Câ-
mara Municipal de Lisboa tem
projectos para a zona, mas
que ainda não saíram da gaxe-
ta, o grupo aposta na moder-
nização das instalações fabris
em Santa Iria.

A diversificação de negócios
é outra aposta do grupo, que
começou a comercializar este
ano o vinho produzido na
quinta da Romeira, situada
em Bucelas. Os investimentos
realizados nesta área totaliza-
ram 195 mil contos em 1990.

Na actividade imobiliária, o
grupo está envolvido na cons-
trução de 25 moradias e de
dois núcleos comerciais em
Évora, promovidos pela Al-
cântara Imobiliária. Espera-se
para breve o arranque do pro-
jecto urbanístico da Quinta de
Baixo, em Loures.

São Tomé reestrutura

SÃO TOMÉ e Príncipe vai alterar radical-
mente o seu sistema bancário, procurando
aumentar a sua eficácia e impulsionar a recu-
peração económica, divulgaram ontem fontes
oficiais. O Banco Nacional de São Tomé e
Príncipe, que até agora acumulava as funções
de banco central, banco comercial e caixa na-
cional de poupança, vai ser substituído por
três instituições distintas. A reestruturação
do sistema bancário de São Tomé foi prepara-
da com o auxílio do Fundo Monetário Inter-
nacional e do Banco Mundial e prevê também
a criação do fundo social para as infra-estru-
turas e do fundo especial de investimentos. ■

Novo banco em São Tomé

O BANCO Totta & Agorea,
o Banco Backinal Ultra-
marino e a República De-
mocrática de São Tomé e
Príncipe assinaram, na
passada semana, um pro-
tocolo de acordo para a
constituição de um banco
comercial a designar por
Banco Internacional de
São Tomé e Príncipe. Para
além do BTA, com 30 por
cento do capital social, do
BNU, com 22 por cento, e
de São Tomé e Príncipe,
com 30 por cento, partici-
parão no capital social do
novo banco vários agentes
económicos do país. ■

Hurd em Maputo

O MINISTRO dos Negócios
Estrangeiros inglês, Dou-
glas Hurd, inicia hoje uma
visita de 24 horas a Maputo
para discutir com o Governo
moçambicano [actual] esta-
bilidade da cooperação bilateral e
a possível normalização das
relações. O ministro está
ainda "contactos de esclare-
cimento" sobre o processo
de paz negociado entre o Go-
verno moçambicano e o Re-
gime, dos quais poderá de-
pender uma maior ajuda
britânica a Moçambique de-
pois de terminar a guerra,
revelaram à agência Lusa
fontes diplomáticas. ■

Away with myth of the nation

THE term "national" in "National Party" is burdened by its connections to Afrikaner nationalism, which has a very exclusive understanding of the term "nation". By severing its link with Afrikaner nationalism and opening its membership to all groups, the NP is trying to introduce a more inclusive meaning to nation. However, the unhappy historical link remains.



JOHAN DEGENAAR

A similar problem beafts the ANC. The meaning of the term "national" in the name "African National Congress" is historically linked to the African and his/her liberation struggle. This problem should be discussed seriously to put people's minds at rest.

The proposal of the ANC to build a nation by depoliticising ethnicity demands serious attention. The National Party has given ethnicity a bad name and we have to live with this legacy.

The ANC endeavours to "take account of ethnic feelings while containing the possibilities of it becoming a flashpoint".

The depoliticisation of communal cultures should not be arranged in a way that they have good reasons for politicising themselves.

A democracy can accommodate common citizenship as well as communal identities. We need communal citizenship as a basis of communal identities. This entails structural communal guarantees with regard to language and communal culture in general.

In this manner one caters for a sense of communal belonging which makes it easier for communities to commit themselves to power-sharing arrangements, and one contains the

possibility of them becoming flashpoints of discontent.

What is the logic of the claim by the ANC that it is "the sole and authentic representative of the people"? Does it refer to all the people, even to those who disagree?

Does it entail the myth of a collective personality similar to the use of the term "folk" in the discourse of Afrikaner nationalism? The utilisation of this myth enables leaders to make an emotional appeal to people but it lacks the control of rational accountability. It is closely linked to the controversial nationalist terms "general will", "will of the people" and "sovereignty of the people".

These terms point to the nationalist tendency to view popular sovereignty as absolute — a tendency which is in opposition to constitutionalism. This constellation of terms fits into the political system of majoritarian democracy in which the so-called self-determination of the nation amounts

South Africans should not waste energy trying to build a nation. They should rather share responsibility for creating a democratic culture, says University of Stellenbosch philosopher JOHAN DEGENAAR:

to self-determination of the majority as the despoiler of minorities in a plural society.

A democratic approach would allow all groups in a country to decide on the issue of "nationhood".

The ANC has the right to co-determine who is the "nation", or — more correctly formulated — has the right to co-determine what the political dispensation for all the inhabitants of the country should be.

Doubt has also been expressed about possible authoritarian implications of one of the statements in the Constitutional Guidelines regarding the outlawing of "the incitement of ethnic and regional exclusiveness".

Fear has been expressed regarding the use of this guideline. Will it justify the banning, for example, of Inkatha, Black Consciousness movements and white rightist organisations? In the light of the negative characteristics related to the concept of nation within nationalism, I conclude that what is needed in South Africa is not nation-building but a democratic society.

We can help create a democratic society precisely by developing common projects in which members of

various parties are involved, concentrating on pressing problems on which we all agree: the urgent need for a growth economy, for employment, housing, education, and health services for all inhabitants.

At this stage of our history my advice to fellow South Africans is the following: instead of wasting energy in trying to build a nation, rather accept the shared responsibility for creating a democratic culture.

This difficult task lacks the romanticism of the myth of nation-building. It demands eternal vigilance, holding off gods and tyrants whether in the form of totalitarianism, which is easily detectable, or in the guise of the myth of the nation, which absolutizes the sovereignty of the people and submerges the individual citizen in the romanticism of a collective personality.

Therefore, in defence of constitutionalism and on behalf of the unique value of the individual, we should say no to the myth of the nation.

Echoing Nelson Mandela I would like to state: "Our country, which continues to bleed and suffer pain, needs democracy." And to this I

would like to add: we need to build a democratic culture instead of squandering the following decade with ineffective nation-building projects.

One should be positive about the plural nature of our society. But to do this successfully there should be a degree of commonality forming the basis of this respect for diversity.

My view is that to look for such a basis on nationalist terms would be futile. This means looking for symbols which are not there.

We should not force our society, so rich in diversity, into an outdated nationalist mould. To put it provocatively, fortunately we do not have national symbols.

But we do inhabit one country, do share the "same" history in the sense of being able to start telling about "the memory and scars of the suffering we have inflicted on each other," as the vice-chancellor of Unisa, Wiseman Ntshaba, has put it.

And furthermore, one can also mention the non-nationalist and even anti-nationalist phenomenon of the Christian faith as a significant bond which could provide a basis for evolving common values.

To summarise: inhabiting one country, sharing a past integrated into one history, professing the same faith, searching for common symbols, participating in the same economic search for justice, and involved in the process of negotiation to construct a constitution — these are all components of a commonality which could form the basis of a pluralist democracy.

We should not misuse this opportunity by trying to build a nation. Instead of the unity of a nation we should aim for the diversity of democracy.

Monday 14 October 1991

THE CITIZEN

Soviet MP arrives for landmark visit

THE first Member of Parliament of the USSR ever to visit South Africa, Mr Iosif Kobzon, arrived in Johannesburg early yesterday.

Although on a 10-day private visit, he was met at Jan Smuts Airport by a contingent of Pretoria-based Soviet diplomats, including Dr Alexei Markarov and Dr Vladimir Lebedev.

Before leaving the Soviet Union, Mr Kobzon, who sits on the Parliamentary Sub-Committee for Public Affairs and the Committee of Culture and External Public Relations, met with the Rus-

sian Vice-President, the Minister of Health and the Head of the Soviet Women's Peace Organisation to discuss his visit.

Keen to learn as much as possible about South Africa he plans to meet delegates of all political persuasions and is particularly interested in establishing contact with representatives of cultural and health organisations with a view to creating exchange programmes between this country and the Soviet Union.

In addition to being a Member of Parliament, Mr Kobzon is a prominent and influential businessman in the USSR

and, in this capacity, he is looking forward to a series of exploratory talks with senior representatives of the mining industry and commercial sector.

Mr Kobzon's visit to South Africa coincides with the current tour of this country by the Mos-

cow Circus which has run into problems with the cultural desk of the ANC. Despite a hectic schedule, Mr Kobzon intends to meet with both parties in an attempt to resolve what he calls a potentially embarrassing situation between his government and the ANC. — Sapa.

The Patriotic Front in focus

October 4 - October 1994 NEW NATION

The Patriotic Front (PF) meeting takes place in Durban from October 25 - 27. New Nation spoke to the Azapo representative who is on the conference planning committee, Lybon Mabasa.

Mabasa spoke on the PF, negotiations, the transitional authority and the merging of positions within the liberation movement.

He observed: "We are finding a synthesis of the various positions. We are starting to weed out what might be merely rhetoric as compared to what might be the substance of every issue. We are starting to juxtapose the argument for an interim government vis-a-vis that of an interim authority. And we found a lot of common ground and agreement. As you start interacting, the stereotyped positions start dying by themselves."

NEW NATION: The African National Congress (ANC), the National Party (NP) and the Inkatha Freedom Party (IFP) have reportedly said they are ready to negotiate. Is Azapo ready to negotiate?

LYBON MABASA: They have not said what they are ready to negotiate on.

Azapo has always said we are ready to engage in qualitative negotiations about substantive issues - which refer to the transfer of political power.

When the government says they are ready to negotiate, they do not mean they are ready to hand over power to the ANC or Azapo or anybody. They mean they are ready to co-opt us. They determine to what extent they can control the process of change and the direction in which this change occurs.

Among the liberation movements there is general consensus to use the constituent assembly as a mechanism for the transfer of power.

This agreement makes redundant the process of setting other agendas with the government. If we say the issue is to draw up a new constitution and that new constitution will guide the development of the country to democracy, it negates a number of agendas.

We think the government needs to be engaged only on the issue of the transfer of power through a constituent assembly.

Azapo says the government has to accede to the transfer of power.

Even when the ANC, like other organisations, talks about negotiations, the emphasis is on the transfer of power through a constituent assembly.

NN: How does your proposed Pre-Constituent Assembly Conference (PCAC) differ from the ANC's all party conference (APC) and the NP's multi party conference (MPC)?

LM: The NP wants us to talk about power sharing where a minority literally vetoes the will of the majority.

The ANC told us they would not go to the MPC called by the regime. They are going to a conference which will look at the constituent assembly and principles that will underpin a new constitution.

Some agreement has been reached. The PAC has agreed with the ANC that the conference should discuss the constituent assembly and principles which underpin the new constitution. However, we do not want to rush into an APC. We have to follow the dictates of our people who want the transfer of political and economic power, which is what will transform their lives.

We believe we have to focus on the PF which will give us an indication of our support and the issues that are a priority for the liberation movement.

NN: Is the PF not in effect a negotiating forum whose objective it is to give the liberation movement a single voice?

LM: Not necessarily. We look at the PF as an attempt to increase the capacity of our people to struggle. Suing for power through the PF would not be the only strategy.

We should look at the way the Vietnamese handled this. That is, you can negotiate while you continue with your struggle, especially if your enemy does not stop what he is doing.

The South African government has us steeped in violence - which we believe they control and monitor - and they have not stopped their secret activities. Our people cannot stop the war because the regime says it wants to negotiate. You negotiate in order to stop the war, you do not stop the war in order to negotiate.

It would become dangerous if the PF became a mechanism which immobilised our people.

The PF should serve to create in the minds of our people the thought that we are not taking the struggle from them, we are exploring other avenues of struggle.

NN: Ideally, who should convene the PCAC, where should it take place and what role do you envisage for the PF and the NP?

LM: We, the ANC, PAC and Azapo have said we would like an independent party without a vested interest in the process. We all agreed that a neutral venue - which would not

give the regime an official advantage - would be required.

Azapo starts from the premise that the government's wanting to negotiate with the liberation movement is part of their divide and rule strategy.

Ideally, if the PF is formed, Azapo would use the PF to fight for power. We will go to the regime and say we have the support of the people you claim support you. If they want to debate that, we could put it to a vote through a constituent assembly to see if they have a mandate to draw up a new constitution.

We have decided we cannot leave the control of the transitional mechanism to the National Party. For instance, we would not want to hold an election for the CA being monitored by the NP, especially if they have to participate as well. We want an authority which would quarantine the instruments of coercion the NP has used to rule our people - their army and police.

NN: When do you think a new constitution could be in place?

LM: To estimate the time is difficult because Azapo does not want to be informed by white politics. If we are informed by white politics we will have to rush and ensure that there is change in this country before 1994. It is a significant, but dangerous date for the liberation movement if our pointers, our signposts are set by those for whom we are fighting.

The liberation movement would want liberation tomorrow if it was possible, however, there are practical realities which must be considered.

That is why we want the government to resign now and an interim authority instituted.

NN: How powerful a force would you need, especially in the light of the Namib-

ian experience, where the United Nations Transitional Authority Government (Unitag) could not control the South Africans?

LM: It is worse if we look at it from that perspective. One could ask how we can trust them with any negotiation mechanism if they are that powerful.

NN: Has there been discussion about who would become the transitional authority, and what about the organisations who prefer a South African solution?

LM: We have agreed that there has to be a role for international people in terms of monitoring the process. And individual organisations have made informal approaches.

The fear is that certain international bodies have a tendency of taking over the process and producing a solution that suits their interests.

People have argued that in terms of visible credibility there should be a role for organisations like the Organisation of African Unity, the Non-Aligned Movement or the Commonwealth.

Reservations have been expressed about the United Nations. The transitional authority would serve for a limited period according to a clearly defined mandate. For example it could not execute the apartheid legislation that exists presently.

Newspapers have attempted, with modest success, to ferret out the identity and allegiance of those behind the violence. The government, with its awesome access to secret files, is much better placed to reach into the dark recesses of the covert community, past and present, for clues to their identity.

Failure to do so would not just let mass murderers go free. If they are not stopped, they could succeed in snuffing out a democratic South Africa before it is born.

THE WEEKLY MAIL, October 11 to October 17 1991

Shooting down the Peace Accord

THE National Peace Accord was one of the casualties of the attacks that followed the funeral of civic leader Sam Ntuli this week.

The problem is that the accord sets out rules and regulations for the behaviour of politicians and policemen — when the real menace is the hit squads that operate according to no rules.

The significantly worsening relations between the African National Congress and the government, and the resort to language that verges on a breach of the accord, has prompted fears that the accord is being stretched to breaking point.

Reaction in the black community to the shootings was well summed up in a headline across the front page of *The Star*, which quoted residents as saying: "Our leaders sign peace accords, but nothing seems to work."

The accord is an extremely valuable document, setting out guidelines for the country as it proceeds into the precarious phase of negotiations for a new constitution, elections and the transfer of power from the white minority.

It ought to have created a level playing field for free and fair political discourse. In a more ideal world, where no armies with hidden agendas could be concealed in the crevices, it stood a chance of creating that playing field.

But this is South Africa — and the events of the past week have shown that the falling of the accord is due to a problem more fundamental than the short space of time it has had to take effect.

The violence has increasingly changed its nature. In recent months there have been fewer direct clashes between supporters of the ANC and Inkatha and more clearly planned attacks from armed professionals.

So much so that, given the military-style precision of the operations, it is not absurd to imagine that the same people who attacked ANC members at Sam Ntuli's funeral on Monday gunned down 23 Inkatha Freedom Party members on their way to a rally in Thokoza on September 8.

The assassination of Ntuli, a prime mover for peace in Thokoza, suggests that the main motive behind the violence is to sabotage the peace. The strongest clue to the identity of the assailants is their probable effect — undermining the process of change that would lead to one person, one vote elections and a probable ANC victory at the polls.

If the accord has limitations, it is because the way the conflict is characterised is crucial to whether it can be contained. If we see it simply as a fight between Inkatha and the ANC, fanned by a partisan police force, then the provisions of the accord should be sufficient to end the violence.

President FW de Klerk and his advisers have to accept that the killings are being perpetrated by an organised, professional force dedicated to undermining the peace process. While at least some officials appeared to edge closer to that view this week, there is still a reluctance to grasp the nettle.

There is a stubborn refusal by the government to look within its own ranks for the causes of the violence. An acceptance that even if they are no longer employed by the state, the assassins were probably trained and employed by the state at some point, would be a start towards establishing who they are.

ANC will issue double warning on foreign loans

By ARTHUR GAVSHON: London
KEY African National Congress envoys will try next week to thwart a strong new bid by President FW de Klerk for early access to world money markets.

The ANC's director of foreign affairs, Thabo Mbeki, and fellow national executive committee member Trevor Manuel have prepared a double warning for delegates assembling in Bangkok, Thailand, for the annual meeting of the International Monetary Fund (IMF) and World Bank, which begins on October 16.

According to ANC officials in London, the American-dominated IMF will be warned:

●Firstly, that any premature lifting of financial sanctions will enable the South African cabinet to stall, and thereby imperil, the peace process. ANC backing for loans from the IMF and other international lending institutions will be given only when an interim government is installed.

●Secondly, that a future ANC government will feel free to renegotiate any foreign loans made to De Klerk's administration if its terms are deemed unduly onerous.

This is in line with ANC secretary-general Cyril Ramaphosa's October 2 statement that an elected, post-apartheid government could not be expected to rubber stamp difficult undertakings entered into by the apartheid regime.

De Klerk has assigned Finance Minister Barend du Plessis and Reserve Bank Governor Chris Stals to do more than press South Africa's case for re-entering the money markets of the world. They are expected to counter ANC arguments that the apartheid system has not yet been dismantled.

For months the De Klerk government has been in secret contact with the United States administration on the issue of regaining access to international credit facilities, a US State Department official reported privately. President George Bush's freedom of action has been limited, however, by the Gramm Amendment, which bars IMF loans to

South Africa until the last vestiges of apartheid vanish.

Bush personally may believe this already has happened, but the Democratic majority in the US congress has still to be convinced. According to the influential Black Caucus, reflecting ANC perceptions, it will take a long time for this to take place.

Bush has yet formally to seek congressional approval for the repeal of the Gramm Amendment, said the State Department source. But the US president was portrayed as wanting to do so by early 1992, so that a South African application for IMF credits could be approved by the middle of the year.

The De Klerk government, the source said, has been made aware of this — but only on the understanding that further steps to dismantle apartheid are taken. This is being interpreted as meaning that a start has to be made on all-party constitutional talks.

An ANC team will also be on hand to consult with delegates attending the Commonwealth Heads of Government Conference in Harare, which also begins on October 16.

The issue of continuing financial sanctions will be at the centre of a discussion on the South African situation. A large majority of the 50-nation grouping is expected to endorse the recommendation of a nine-member foreign ministers' committee that the financial sanctions should be continued until the promised democratic, non-racial constitution has been agreed.

Britain, Nigeria, Kenya and Malawi are among a minority which favours the removal of financial sanctions.

BUSINESS

US firms: Softly, softly back to SA

PEACE is not enough. You could solve the political situation and companies would still not go in if the African National Congress' economic policies scared them.

That remark, attributed to an unnamed US executive, is only one indication of the barriers to renewed American investment in South Africa.

It is contained in a useful report called "US Business in Post-Sanctions South Africa: The Road Ahead", by Jennifer D Kibbe, of the prestige Washington-based Investor Responsibility Research Center.

The report's findings on future investment will be disquieting for business, the government and ANC-aligned groupings.

In the light of ANC president Nelson Mandela's recent statement on nationalisation, the brief section titled "Interpreting rhetoric" is apt, even though it was penned in August, when everyone had forgotten about this "option".

Two interviewees "cautioned that South Africa's future leaders can scare away potential US investors with im-politic rhetoric", writes Kibbe.

Kibbe further records the interviewees' belief that US business is ignorant of Africa's history. "According to the government official they 'can't distinguish one country from another', nor can they discern which rhetoric is said out of belief and which for mere political necessity ... Both interviewees expressed concern over whether

As sanctions crumble, will US companies rush to invest in South Africa again? A new report suggests there are other factors involved, reports **REG RUMNEY**

US companies would ... be put off by political posturing in South Africa without looking closely enough to see what business conditions are really like.

"On the other hand, one interviewee warned, if nationalisation ever becomes more than rhetoric, one can look to the case of India to see how fast and completely US companies like Coca-Cola and IBM left the country when the Indian government made its intentions known."

The only ray of light is that rhetoric about socialism and nationalisation may scare US companies more than European ones that have been exposed to forms of socialism in various European countries.

Other deterrents to new or renewed US investment are the still-strong moral argument that companies should stay out until there is universal suffrage, an end to violence, and economic stability — including the soundness of economic management in the transition period and what economic policies future governments will adopt.

One bellwether US corporations have been looking at to see if they should invest, according to Kibbe, is how South Africa handles its own investment capital.



She mentions the reincorporation of De Beers' overseas interests offshore: "The company maintained the move had nothing to do with fear of nationalisation and everything to do with the fact that around three quarters of De Beers' profits came from operations outside South Africa.

"However, to foreign investors the sight of the powerhouses of South Africa's business community, like Anglo American and Barlow Rand, stashing their assets overseas and avoiding the South African economy does not give them much faith in South Africa's investment landscape."

The conglomerates mentioned will argue that it just isn't like that.

Barlows and Anglo could well argue that offshore investment is merely a good business decision, and perhaps too scarce because of foreign exchange control, but this matters as little as

whether nationalisation is really on the cards or not. Kibbe's report is dealing with investment decisions based as much on perceptions as fact.

Another bellwether is South Africa being allowed access to IMF finance and the US Overseas Private Investment Corporation.

An investment code might serve to clear up issues such as requirements for a percentage of local ownership of assets, tax, tariffs, and company obligations in dealing with unions.

However, if the code is too restrictive it will put investors off rather than attracting them. According to Kibbe, US companies will accept conditions aimed at redistribution as part of the cost of doing business in South Africa. The overriding factor is profit. But it must be as voluntary as possible. As one banker put it, "If you try to dictate to banks what they can do with their money they won't work with you."

Another sobering conclusion is that what Kibbe calls the "agency factor" will keep US companies who suffered in pulling out from coming back. The divestment debate has left deep scars in the corporate psyche.

"Several went so far as to say that companies that had pulled out would not go near South Africa unless the sanctions groups 'do a 180-degree about face' and demand that US companies go back.

"Even then, many company officials stressed that — as one executive put it — activists 'won't be able to have it both ways'. They argue that those who lobbied for divestment did not realise that investment is not a spigot one can turn on and off at will."

Competition for scarce foreign investment funds, South Africa's geographical location, labour supply problems, the difficulties of reinvestment in markets once abandoned and that divested US companies are successfully doing business with non-equity links to South African firms are other reasons which bode ill for investment.

All these come on top of numerous state and local authorities operating selective contracting laws.

The report deals only with US investment, but many of the factors mentioned apply equally to European companies, and there is little for our comfort in the remark: "For companies outside of consumer products, jewelry, tourism, mining or computer industries, though, one interviewee echoed the sentiments of several others by asking 'What's to rush into?'"

SA important item at C'wealth summit

HARARE. — Commonwealth leaders started to gather in Harare yesterday for a biennial summit which will debate the future rôle of the 50-nation group.

Other major items during the week-long session opening on Wednesday will be South Africa, development, the environment, democracy and human rights, said Commonwealth Secretary-General Chief Emeka Anyaoku.

"The top of the agenda for this meeting will be the future role of the Commonwealth," he told Reuters.

Diplomats and Commonwealth officials say they hoped South Africa and sanctions would cease to dominate the summit, last held two years ago in Kuala Lumpur.

"South Africa remains a very important item on the agenda of the Commonwealth, and here we will be discussing in the main . . . how the Commonwealth can best help the process of movement

forward that was begun last year by President De Klerk," Mr Anyaoku said.

"On sanctions, we had a meeting of Commonwealth Foreign Ministers in Delhi last month and that meeting mapped out a programme for the Commonwealth, relaxing sanctions in tandem with concrete developments in South Africa.

"So there is not going to be much heated debate on that," he added.

Diplomats said the absence of former British Prime Minister Margaret Thatcher and her confrontational approach should help to ease proceedings.

Mr Anyaoku was more diplomatic. He said a calmer approach "would be mainly because developments in South Africa now make it possible for the Commonwealth not to spend too much time arguing about sanctions".

Development was one of the main challenges facing leaders.

"That covers issues like

debt burden, free trade arrangements — we have to make the Uruguay round (of world trade talks) more successful — the flow of resources to developing countries, private investment, the free market economies and how to exchange views," Mr Anyaoku said.

He expected democracy and human rights to come up during discussions on the future role of the Commonwealth. These were among the body's core principles.

A handful of leaders, including Canadian Prime Minister Brian Mulroney, were due to arrive in Zimbabwe yesterday. Most planned to fly in today or on Tuesday.

— Sapa-Reuter.

THE CITIZEN 14 October 1991

ANC denies plan to levy assets

By Sapa and
Fred de Lange

CAPE TOWN. — A senior ANC executive yesterday denied the movement was considering, or that any of its organs had adopted, the concept of a levy on wealth to redress economic inequalities created by apartheid.

Such a proposal — that South Africans pay the State one-third the value of their assets in a one-off tax on wealth — was raised at the ANC's first workshop conference on affirmative action held at Port Elizabeth at the weekend.

The proposal was given prominence in a weekend Press report as having been adopted by the ANC working group and created general alarm and dismay among property owners and other political

parties.

A wealth levy would be totally contrary to the guidelines laid down by the ANC president Nelson Mandela himself, a top ANC participant in the workshop said in reaction to the report.

He said the reports are a "specious example of sensational journalism". The proposal was neither ANC policy nor a concrete position of the workshop.

"This is another case of trying to make bricks without straw," he said. There had been a commission report on various methods for the positive amelioration of the negative economic effects of apartheid. A wealth levy was one method at the workshop.

"Another example cited was the German one where a 5 percent tax is

raised to pay for equalising the situation in the former East Germany.

These were merely avenues available such as diverting resources from non-remunerative or non-creative areas of the economy.

He agreed a wealth tax could not, in terms of the ANC's non-racial policy, be applied to Whites only, and would therefore draw Black homeowners into the net as well.

The ANC did believe, as with the issue of land, that the State had to intervene to compensate those who were deprived by apartheid. In the case of land it could, for instance, look at inefficient or unproductive farming, or non-yield enterprises where game had been introduced, as a source for redistribution.

"The government should intervene, but

there are various devices and they must be fair.

"As Mr Mandela said in his speech delivered to us, there must be an element of justice in any settlement. It must be broadly acceptable, rational, ethical and fair.

"We must not behave as the government behaved in the past to confiscate or act in a racially vindictive way — that will not be the policy of the ANC.

"There is no question of adopting such a wealth levy as policy," he said.

Mr Jaap Marais, leader of the Herstigte Nasionale Party, said if reparation for apartheid was needed in South Africa, such reparation should be made by Blacks towards Whites and not the other way around.

There was no ground for a proposal or demand for a levy on the assets of Whites.

"The White man in South Africa does not owe Blacks anything. What Whites have, are what they have earned on merit," he said.

What Blacks had in South Africa had all been received from Whites. These included education, housing, hospitals and even employment.

Blacks in South Africa maintained the highest living standards of all Blacks in Africa.

"If there are debts to be paid, such debts are owed to the Whites in South Africa" he said.

The ANC's plan to distribute wealth and bring Black living standards to the same level as that of Whites was just as impossible as economically equalising Europe and Africa.

Mr Marais said that should the ANC attempt such a step, it would only have the effects of lowering the living standards in South Africa to the same level as those in the rest of Africa.

ANC allays fears on investments in SA

JOHANNESBURG. — In a document likely to allay some foreign concerns about the economic policies of a future ANC government, the organisation has outlined a comprehensive policy on foreign investment which guarantees investors that their assets will not be nationalised without fair compensation.

Designed to attract primarily high-technology corporations, it also assures foreign investors that they would be free to repatriate profits.

The policy is contained in a speech which was to have been delivered by secretary-general Mr Cyril Ramaphosa to an investment conference in Hong Kong on Friday. Mr Ramaphosa cancelled the trip because of a family illness.

The speech is understood to have been based on a draft policy statement devised at an ANC/SACP/Cosatu seminar on foreign investment held in Johannesburg last month,

and on consultations with the UN Centre for Transnational Corporations. Parts of the policy are likely to become law should an ANC government come to power.

The document says the poor state of primary commodity markets meant SA had to diversify its exports into manufacturing, and foreign investors would be crucial "in our effort to restructure and regenerate the SA economy".

Foreign investment, it says, would also be critical as a source of foreign exchange: "We want to make certain that when our upswing begins, as it will when we enter a democratic era, it is not constrained by balance of payments problems."

An ANC government would, in particular, encourage stronger links with transnational corporations which are the repositories of advanced technologies and know-how, and can provide crucial conduits to international

markets.

It said the ANC may also encourage the participation of foreign firms in labour-intensive sectors, but it expected local capital to be more prominent there.

It is understood that the ANC and its allies would be loath to establish new regions such as the existing border areas where firms are exempt from environmental, labour and other legislation. However, they are unlikely summarily to withdraw existing exemptions for fear of disrupting local economies.

The document says the most important way to attract foreign investment is by creating a general economic climate conducive to investment.

"Elements of a favourable economic climate include: Strong and growing domestic and regional markets; political stability; consistent and predictable economic policies;

and the prospect of sustained economic growth.

"We are intent on providing all of them — our emerging economic programme is designed to achieve these objectives," it adds.

This, it says, would reverse the consequences of misconceived NP economic policies which provoked a weakening of foreign investment in SA. "Disinvestment programmes merely accelerated a trend that was fundamentally a response to the crisis of the apartheid economic system," it asserts.

"We do not hesitate when we say that an ANC government would be willing to guarantee foreign investments against nationalisation without fair compensation. Moreover, we envisage an economic system where foreign investors will be free to remit funds in the appropriate currencies — for the purpose of repatriating profits, or purchasing inputs," it says.

OCTOBER 14 1991

BUSINESS DAY

Tax on wealth 'is an option for the future'

A WEALTH tax was just one of a number of proposals which could be considered as a means of addressing SA's racial disparities, ANC constitutional committee spokesman Dullah Omar said yesterday.

The issue was raised at a weekend conference arranged by the constitutional committee in Port Elizabeth on affirmative action. It was proposed that a levy equal to one third of individuals' assets be payable over 10 years.

Omar said the proposal had to be seen in the context of the purpose of the conference, which was to examine ways of eliminating disparities created by apartheid.

"This was not a policy-making con-

SUSAN RUSSELL

ference, but was designed to place issues on the agenda for discussion," he said.

"We looked at methods which had been used in other countries. It appears it was a measure used highly successfully in West Germany to ensure orderly development."

"No specific details have been worked out," Omar said, "but we will certainly be looking into it."

Our political staff reports ANC economic policy committee member Don Mkwanzu told the conference there was a necessity to create a "crisis" in business.

"If they continue to make huge profits there will be no incentive to implement affirmative action programmes," Mkwanzu said. He said affirmative action was an interim strategy — and did not involve compromising standards.

Sapa reports ANC president Nelson Mandela on Saturday told a function in Durban that the ANC was prepared to abandon its nationalisation policies if business could provide an alternative to redressing economic imbalances.

The ANC had gone out of its way to bring the business community into the debate, but business people had failed to provide an alternative.

ANC unveils plan to lure foreign firms

IN A document likely to allay some foreign concerns about the economic policies of a future ANC government, the organisation has outlined a comprehensive policy on foreign investment which guarantees investors their assets will not be nationalised without fair compensation.

Designed to attract primarily high-technology corporations, it also assures foreign investors that they would be free to repatriate profits.

The policy is contained in a speech which was to have been delivered by secretary-general Cyril Ramaphosa to an investment conference in Hong Kong on Friday. Ramaphosa cancelled the trip because of a family illness.

The speech is understood to have been based on a draft policy statement devised at an ANC-SACP-Cosatu seminar on foreign investment in Johannesburg last month, and on consultations with the UN Centre for Transnational Corporations. Parts of the policy are likely to be codified should an ANC government come to power.

The document says the poor state of primary commodity markets meant SA had to diversify its exports into manufacturing, and foreign investors would be crucial "in our effort to restructure and regenerate the SA economy".

Foreign investment would also be critical as a source of foreign exchange. "We want to make certain that when our upswing begins, as it will when we enter a democratic era, it is not constrained by balance of payments problems."

ante foreign investments against nationalisation without fair compensation. Moreover, we envisage an economic system where foreign investors will be free to remit funds in the appropriate currencies — for the purpose of repatriating profits, or purchasing inputs," it says.

The document argues that worker repression and "fancy incentive schemes" — such as tax breaks — to attract foreign investment would be irrelevant if the right climate existed. The efficacy of such incentives was ambiguous, at best.

However, it adds, "highly desirable and expensive domestic or foreign investments might require some special financial arrangements — such as those provided for the Columbus stainless steel project. And

ALAN FINE

An ANC government would, in particular, encourage stronger links with transnational corporations which are the repositories of advanced technologies and know-how, and can provide crucial conduits to international markets.

The document says the ANC might also encourage the participation of foreign firms in labour intensive sectors, but it expects local capital to be more prominent there.

It is understood that the ANC and its allies would be loathe to establish new regions such as the existing border areas where firms are exempt from environmental, labour and other legislation. However, they are unlikely summarily to withdraw existing exemptions for fear of disrupting local economies.

The document says the most important way to attract foreign investment is by creating a general economic climate conducive to investment, including strong and growing domestic and regional markets; political stability; consistent and predictable economic policies; and the prospect of sustained economic growth.

"We are intent on providing all of them — our emerging economic programme is designed to achieve these objectives."

This, it says, would reverse the consequences of misconceived NP economic policies which provoked a weakening of foreign investment in SA.

"We do not hesitate when we say that an ANC government would be willing to guar-

□ To Page 2

we might consider reciprocation for export performance or some other form of foreign exchange earning or saving."

The document also proposes co-ordination between the countries of Southern Africa in respect of foreign investment.

It repeats the ANC view that an interim government is a crucial step in the attainment of foreign investment.

"Capital will not be cheap or abundant on international markets during the early '90s, and there are other strong contenders for investments and loans — in Eastern Europe, Asia and the Americas.

"Southern Africa will have to prove its economic soundness before we can really expect substantial inflows of foreign capital," it concludes.

Pik's visit to Red China raises hope of new ties

By Brian Stuart

CAPE TOWN. — A visit to Communist China by the Minister of Foreign Affairs, Mr Pik Botha, is seen as a dramatic diplomatic breakthrough in South Africa's attempts to restore old ties and build new friendships in the burgeoning Pacific Rim.

Diplomatic sources say Mr Botha flew to Beijing last week, where he held discussions with his Chinese counterpart, Mr Chen Qiang, and raised the possibility of diplomatic and trade ties.

South African sources were silent last night on the issue. Mr Awie Marais, Mr Botha's media spokesman who accompanied him on a Far East tour, gave an official "no comment" to questions about the Beijing visit.

Other sources confirmed the visit, and said it had taken place with the prior knowledge of South Africa's long-time allies in the Republic of China (Taiwan), with whom South Africa has strong diplomatic, trade and cultural links. Taiwan is South Africa's sixth largest trading partner.

Mr Botha also visited Taiwan and Hong Kong last week, both of which are inextricably linked with mainland China. Beijing and Taipei, although politically opposed are committed to the "one China" principle. Hong Kong and neighbouring British territories are due to be returned to mainland China in 1997, at the expiry of a 99-year lease made in 1898.

Mainland China remains the last major country still officially committed to commu-

nism, but it has shown increasing interest in private enterprise, with a dramatic shake-up in its economic policy expected to coincide with the re-incorporation of Hong Kong.

Its near neighbours, including South Korea and Taiwan, have already witnessed spectacular economic growth under free enterprise systems, reminiscent of that which made Japan one of the world's dominant industrial nations.

In the light of the emergent economic power of the Pacific Rim countries, a number of South African businessmen have already established contacts within the People's Republic of China. Mr Botha's visit is expected to pave the way for future "official" contact, with trade visits seen as likely precursors to any talk of diplomatic relations.

South Africa has already established diplomatic and trade contact with the Soviet Union and a number of East European countries previously within the Soviet bloc.

The hush-hush "first contact" between South Africa and mainland China precedes a State visit by President De Klerk to the Republic of China next month.

Diplomatic sources say the events signal that South Africa values its friendship and trade with Taiwan but does not wish ideological considerations to stand in the way of better relations with the mainland.

These moves may well be discussed personally next month between Mr

De Klerk and the President of the Republic of China, Dr Lee Teng-hui, who twice visited South Africa before becoming president in 1988, and who will be Mr De Klerk's host in Taiwan.

During his Pacific Rim tour last week, Mr Botha also visited Australia and New Zealand. Their relations with South Africa could "warm" considerably after this week's 50-nation Commonwealth summit meeting in Ha-

rare.

It is widely expected that the Commonwealth will ease sanctions, in line with the plea last week by Queen Elizabeth.

This, in turn, could give a boost to the growing contact between South Africa and a number of African countries, raising again the possibility of a forthcoming visit by Mr De Klerk to Nigeria and other African members of the Commonwealth.

Trade figures have a hard act to follow

SA TRADE figures for September, due out on Thursday, have a hard act to follow after the soaring R1.9bn trade surplus posted for August.

A large part of the jump in the August surplus was attributable to an unexpected rise in precious stone and coin exports. If, as seems likely, this proves to have been a once-off, one of the other export categories will need to put in a similarly impressive performance to keep the September surplus on the threshold of R2bn.

Non-oil commodity prices remain weak and it is likely this will continue to overshadow the products at the baser end of the export mix. A commodity price index drawn up by a major British bank showed a 1.5% fall in August measured in Special Drawing Rights (SDRs) — the artificial currency unit of the IMF.

Metal prices have been particularly weak during calendar 1991 and, by this SDR index, are nearly 20% lower now than at the same time last year. This, together with the slow and uncertain recovery from recession in two key export markets — the US and Britain — is restraining primary non-agricultural exports. The one consolation is that the under-performing American and British markets point to a potentially even better export performance next year when these two economies resume robust growth rates.

On the import side, the August surplus was boosted by

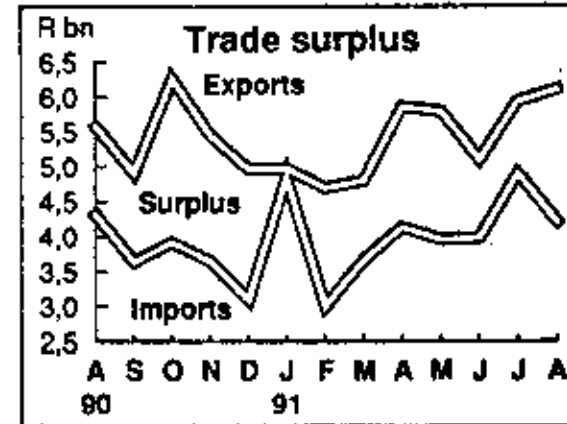
a 14% drop in imports arising from lower oil imports and the absence of the airliner purchase that boosted overall imports in July. Since the draw-down in local strategic oil stockpiles is a publicly-announced move to save on direct crude oil imports, it can be assumed that crude imports will remain at the relatively low levels of recent months. Meanwhile the domestic credit squeeze, far from showing any signs of loosening, seems likely to tighten for the rest of this year.

Under normal circumstances the August Producer Price Index (PPI) would be expected some time this week, but the prospects of either the PPI or Consumer Price Index (CPI) emerging on their regular release dates have dimmed recently as the Central Statistical Service wrestled with revisions and re-basing.

If the August PPI does emerge this week the rate of annual producer price inflation looks set for a dip following the startling jump to 12.1% in July from June's 11.2%. The July rise was partly attributable to the failure of the imports component of the PPI to make its usual disinflationary contribution. The recent performance of the trade-weighted rand has been steadier, so that the import contribution in August should again be helping to slow the overall rate of PPI inflation.

Internationally, financial markets are likely to be pre-occupied with this week's annual meetings of the IMF and World Bank which get under way tomorrow in Bangkok. Any further pronouncements or hints about preferred exchange rate ranges and bilateral trade flows probably hold greater market-moving potential than the significant US statistics of the week.

The American figures the markets will be waiting for include the level of industrial production and capacity



Graphic: FIONA KRISCH Source: CUSTOMS & EXCISE

utilisation for September, due out tomorrow and the consumer price inflation rate, scheduled for release on Thursday. Production and output performance in the US since the second quarter of the year has been rising steadily and tomorrow's figures are not expected to change that profile. The US authorities' concern, however, has been directed at sales and consumption levels, which will still need to show the same strength if the US economic recovery is to gain impetus.

The House of Commons returns from its summer break today and attention will be on the economy in the lead-up to what is likely to be a May or June election. Sterling will probably remain sensitive to the changing fortunes of government and opposition in the polls.

Fim da lua-de-mel

As intenções proclamadas pelo ANC no domínio da economia lançaram o pânico entre a população branca

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

O CLIMA de «lua-de-mel» que, desde Fevereiro do ano passado, caracterizava as relações entre o Partido Nacionalista (no poder) e o Congresso Nacional Africano, parece ter terminado, face essencialmente às posições que ultimamente têm sido assumidas pelo movimento de Nelson Mandela.

Os indicadores dão a entender que a dura luta pelo poder já teve início, com o ANC a revelar uma grande dose de agressividade, apoiado solidamente na Cosatu (Confederação dos Sindicatos Sul-Africanos), organização que acaba de anunciar a realização de dois dias de greve geral «como forma de protesto pela política económica seguida pelo governo».

Com o Inkatha (de Buthelezi) e os Conservadores (brancos) na posição de meros (mas atentos) espectadores, a questão da disputa do poder resume-se, neste momento, a duas organizações políticas: NP (Partido Na-

cionalista) e ANC.

O branco sul-africano entrou em pânico. A notícia, surgida de rompante e em grandes parangonas na Imprensa do país, segundo a qual o ANC planeia proceder a medidas drásticas, tendentes a uma «urgente e inadiável redistribuição da riqueza por todo o povo», motivou uma corrida aos contentores, muito particularmente no tocante aos emigrantes, cujo número se eleva a dois milhões.

A comunidade portuguesa, designadamente, recorreu ao semanário «O Século de Joanesburgo» para a publicação de anúncios onde se oferecem lugares disponíveis em contentores para os mais diversos destinos — Madeira, Leixões, Porto, Lisboa, Amadora, etc.

O consulado-geral de Portugal em Joanesburgo volta a registar enorme afluência, com centenas de utentes procurando, diariamente, manter a «papitada» em ordem, «não vá o diabo tecê-las»...

Proposta inédita

No que é considerado por alguns círculos como «proposta inédita», o ANC irá forçar os sul-africanos a pagar um valor de um terço dos seus bens ao Estado, «para reparar as injustiças sociais causadas pelo "apartheid"».

Segundo a iniciativa aprovada por um grupo de trabalho

daquele movimento, reunido na cidade de Port Elizabeth, «o dinheiro será utilizado para ajudar a melhorar as condições de vida da comunidade negra, a viver na maior das misérias».

Aparentemente apanhadas de surpresa, as forças económicas reagiram energicamente a esta «terrível irresponsabilidade», como o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Joanesburgo, Tony Leon, classificou publicamente a iniciativa do ANC.

O Congresso Nacional Africano, revelando-se muito atento ao que se passa, denuncia a fuga ilegal de biliões de randes e defendeu a «necessidade de se fazer qualquer coisa para evitar o caos total».

Enquanto a guerra civil não declarada prossegue nas aldeias negras, com dezenas de pessoas a serem assassinadas a sangue-frio, ante a impotência da Polícia e do Exército, o presidente De Klerk lançou fortes ataques ao ANC e seus dirigentes, o que aconteceu pela primeira vez desde que, há 18 meses, foi normalizada a convivência política interracial no país.

«O Congresso Nacional Africano tem ainda um longo caminho a percorrer antes de poder ser-lhe confiado um papel construtivo numa nova África do Sul democrática», disse o actual líder do Executivo de Pretória.

ANC

«Os «libertadores» de Angola e Moçambique, tal como o ANC actualmente, andaram pelos arcópagos internacionais a derramar lágrimas de crocodilo pelas populações autóctones, até conseguirem o Poder. Depois, foi o que toda a gente sabe: fome, miséria, guerra civil, epide-

mias. Agora esses «libertadores» não se compadecem das esqueléticas crianças e dos milhares de refugiados. Moçambique transformou-se no país mais pobre do mundo, onde antigamente não havia fome nem epidemias incontroláveis, e onde todos tinham o mais elementar.

Temo que na África do Sul venha a acontecer o mesmo, devido ao apoio que o ANC (que pouco difere do MPLA), marxista, recebe do Ocidente. Além do apoio político, há um grande apoio financeiro. Bastaria comparar a facilidade com que Portugal recebeu Oliver Tambo (e a ansiedade para rece-

ber Mandela) e as dificuldades para receber Savimbi, ou a quase impossibilidade de receber o representante dos Zulus da África do Sul. Porquê este apoio incondicional aos movimentos marxistas (que tão más provas têm dado quando chegam ao poder) e a repulsa a movimentos que preconizam um sistema político-económico semelhante aos do Ocidente?

A África do Sul é um território riquíssimo, administrado com eficiência. O Ocidente parece interessado (e as sanções económicas vão nesse sentido) na balbúrdia, no socialismo do ANC, na guerra civil, na concreti-

zação da catástrofe que ameaça aquele país. Será que ao socialismo imperialista e ao capitalismo amoral não repugna mergulhar um país próspero na fome e miséria, para poderem proceder à rapina das suas riquezas? A deformação dos jornalistas (indignos desse nome) que pretendem convencer o público que o representante da minoria Xhosa é o único representante do povo sul-africano, que outro objectivo pode ter?! E já agora: é mais correcto um partido político receber dinheiro do governo, ou de interesses exteriores, como acontece com o ANC?»

C.M. Gonçalves

DNB 17911016 (DAILY NEWS BULLETIN)

PIK'S VISIT TO CHINA "WON'T AFFECT TIES WITH ROC" : CIT 911016, P.17. ALL PAPERS

Relations between the Republic of China and South Africa remain firm and solid, the Ministry of Foreign Affairs said. The statement followed reports that South African Foreign Minister Pik Botha visited mainland China and met with his Communist Chinese counterpart Qian Qichen last week.

DNB 17911016 (DAILY NEWS BULLETIN)

ANC WANTS ALL-PARTY TALKS THIS YEAR : CIT 911016, P.1+2

The African National Congress believed it was necessary for the All-Party Congress to be convened before the end of this year - and has now entered a period of intense negotiations towards this goal. The ANC is now preparing immediately to engage in bilateral talks with all other parties, including the National Party, Labour Party, Inkatha Freedom Party, parties in the non-independent homelands and the governments of Venda and the Transkei.

DNB 17911016 (DAILY NEWS BULLETIN)

BMF SUPPORTS TWIN ECONOMY : BD 911016, P.15

The Black Management Forum (BMF) resolved at the end of its two-day conference yesterday to support a mixed economy driven primarily by the market mechanism with state intervention an integral part. The BMF said nationalisation was unavoidable in the absence of viable and desirable methods aimed at the effective redressing of socio-economic imbalances.

PUBLICO
QUINTA-FEIRA 17 OUTUBRO 1991

sul-africanos não sabem se desfilam

A PRESENÇA da África do Sul nas Olimpíadas de Barcelona continua a ser tema de acceso debate, com o presidente do Comité Olímpico Sul-Africano (NOCSA), Sam Ramsamy, a confessar publicamente que está a ser alvo de pressões políticas, quer a direita quer à esquerda. Reconhecido pelo Comité Olímpico Internacional (COI) desde 9 de Julho último, o NOCSA irá decidir no próximo dia 3 de Novembro da sua participação ou não no "Barcelona-92". Segundo Ramsamy, o Governo de Pretória faz ponto de honra em levantar todas as restrições ao desporto sul-africano, embora, até agora, apenas as federações unificadas estejam em condições legais de participar nos "Jogos". Enquanto a Oposição reclama que a África do Sul não deve ir a Barcelona antes de estar reconhecido no país o princípio sagrado de "um homem, um voto", Ramsamy prevê que a África do Sul possa participar nas provas individuais, mas dificilmente nas modalidades colectivas.

PUBLICO
17 OUTUBRO 1991

De Klerk acusa

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, acusou ontem o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, de criar instabilidade política ao violar o acordo de paz, insinuando que o dirigente negro pretende obter o poder através da força. De Klerk exige que Mandela abandone "a campanha de luta armada do seu movimento" se pretende mudanças pacíficas na África do Sul. "Nós no Partido Nacional, muitos outros partidos e a comunidade internacional precisamos de ter a certeza de que o ANC não tem uma agenda dupla", afirmou.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 DE OUTUBRO DE 1991

Médico admite culpa na morte de Biko

CATORZE anos depois da morte do activista antiapartheid Steve Biko, um antigo médico, Benjamin Tucker, reconheceu não ter feito o necessário para lhe salvar a vida, revelou o jornal sul-africano Star. Tucker foi irradiado em 1985 da Ordem dos Médicos, que o considerou culpado por não ter impedido que Biko, gravemente ferido depois de sujeito a tortura, fosse transportado pela Polícia ao longo de 1200 quilómetros, vindo a falecer.

DNE: 19911016 (DAILY NEWS BULLETIN)

TURNING POINT : BD 911016, P8 (A)

It is a measure of the Nationalist government's metamorphosis that a minister of Education has gone on record as saying he favours "one nonracial, non-discriminatory education system". The words were those of Education and Training Minister Sam de Beer in an interview with this newspaper yesterday. The joint working group on education, representing government and community organisations, believes there should be a forum to plan education policy. Government supports this, and the go-ahead is awaited from the community groups that joined the ANC in a recent delegation to President de Klerk. De Beer says it would be disastrous to pre-empt a future constitution, but nevertheless sees no reason why a forum on education should not be held right away. Its recommendations could then be presented to the multiparty talks negotiating the country's constitution. This seems an excellent proposal, providing the forum is widely representative. With agreement close on a course of action for the future, it is up to all parties to create the best possible environment for current schooling. An immediate threat to black pupils is the anti-VAT strike on November 4 and 5, which coincides with the matric exams. There seems no chance of the strike dates being changed, but trade unions have acted correctly in calling on the pupils to write their exams, and offering to arrange transport for them. They will also ask student organisations to take the same line. This approach is a commendable one and we hope it will be carried through into the new year, when united efforts may at last bring lasting solutions.

National Peace Accord

Twenty-three representatives of political organisations and governments signed the National Peace Accord on September 14 at the National Peace Convention held at the Carlton Hotel in Johannesburg on September 14. The African People's Organisation (Azapo) and the Pan Africanist Congress (PAC) joined in the deliberations but did not sign the Accord and the Convention was boycotted by right-wing political organisations.

Signatories

Organisation	Designation	Name
African National Congress	President	Nelson Mandela
Amalgamated Union of Building Trade Workers of South Africa	National Organiser	JCS De Oliveira
Confederation of Metal and Building Unions	Director	B Nicholson
Contralesa (Congress of Traditional Leaders of South Africa)		LS Muthiba
Congress (Congress of South African Trade Unions)	President	John Gomo
Democratic Party	Leader of Delegation	Dave Dalling
Dikwankwena Party	Leader	
Qwaqwa government	Chief Minister	TK Mopeli
Federation of Independent Trade Unions	Assistant Secretary General	AE Rose
Gazankulu Government	Chief Minister	
Ximoko Progressive Party	President	HWE Ntsanwisi
Inkatha Freedom Party	President	MG Buthelezi
Intando Yesizwe Party	Deputy President	NI Mahlangu
Kangwane Government	Chief Minister	
Iryandza National Movement	President	MC Zikha
Kwandebele Government	Chief Minister	SJ Mahlangu
Kwazulu Government	Minister of Finance	DRB Madibe
Labour Party of South Africa	Leader	HJ Hendrickse
Lebowa Government	Chief Minister	
United Peoples' Front	Leader	MN Ramodike
Merit Peoples' Party	Member of Parliament	P Padayachee
National Forum	National President	SA Marvusa
National Party	Leader	
Government of South Africa	State President	FW de Klerk
National Peoples' Party of South Africa	National Leader	R Rajbansai
Solidarity Party	Leader	JN Reddy
South African Communist Party	General Secretary	Joe Slovo
Uwasa (United Workers' Union of South Africa)	National PRO	DR Senakgomo

The main points of the Accord are reproduced here.

Preamble

We, participants in the political process in South Africa, representing the political parties and organisations and governments indicated beneath our signatures, condemn the scourge of political violence which has affected our country and all such practices as have contributed to such violence in the past, and commit ourselves and the parties, organisations and governments we represent to this National Peace Accord. We, the signatories accordingly solemnly bind ourselves to this accord and shall ensure as far as reasonably possible that all our members and supporters will comply with the provisions of this Accord and will respect its underlying rights and values and we, the government signatories, undertake to pursue the objectives of this Accord and seek to give effect to its provisions by way of the legislative, executive and budgeting procedures to which we have access.

Chapter 1: Principles

- i) The establishment of a multi-party democracy in South Africa is our common goal. Democracy is impossible in a climate of violence, intimidation and fear. In order to ensure democratic political activity all political participants must recognise and uphold certain fundamental rights described below and the corresponding responsibilities underlying those rights.
 - ii) These fundamental rights include the right of every individual to:
 - * freedom of conscience of belief;
 - * freedom of speech and expression;
 - * freedom of association with others;
 - * peaceful assembly;
 - * freedom of movement;
 - * participate freely in peaceful political activity.
 - iii) The fundamental rights and responsibilities derive from established democratic principles namely:
 - * democratic sovereignty derives from the people, whose right it is to elect their government and hold it accountable at the polls for its conduct of their affairs;
 - * the citizen must therefore be informed and aware that political parties and the media must be free to impart information and opinion;
 - * there should be an active civil society with different interest groups freely participating therein;
 - * political parties and organisations, as well as political leaders and other citizens, have an obligation to refrain from incitement to violence and hatred.
 - iv) The process of reconstruction and socio-economic development aimed at addressing the causes of violent conflict, must be conducted in a non-partisan manner, that is, without being controlled by any political organisation or being to the advantage of any political group at the expense of another.
 - v) Reconstruction and development projects must actively involve the affected communities. Through a process of inclusive negotiations involving recipients, experts and donors, the community must be able to conceive, implement and take responsibility for projects in a co-ordinated way as close to the grassroots as possible. In addition, reconstruction and development must facilitate the development of the economic and human resources of the communities concerned.
 - vi) The parties in this process commit themselves to facilitating the rapid removal of political, legislative and administrative obstacles to development and economic growth.

- vii) It is agreed that the Commission established by the Prevention of Public Violence and Intimidation Act 1991 be used as an instrument to investigate and expose the background and reasons for violence, thereby reducing the incidence of violence and intimidation.
- viii) Peace bodies are to be established at both local and regional levels to be styled "Regional Dispute Resolution Committees" (RDRC) and "Local Dispute Resolution Committees" (LDRC) respectively. These bodies will be guided and co-ordinated at a national level by a National Peace Secretariat. At the local level the bodies will be assisted by Justices of the Peace.
- ix) There is still much to be done to implement the Accord and establish the institutions of peace. To assist in this regard, a National Peace Committee shall be established.
- x) There should be a simple and expeditious procedure for the resolution of disputes regarding transgressions of the Code for Political Parties and Organisations by political parties and organisations who are signatories to the National Peace Accord. These disputes should, wherever possible, be settled at grassroots level, through participation of the parties themselves; and by using the proven methods of mediation, arbitration and adjudication.
- xi) An effective and credible criminal judicial system requires the swift and just dispensation of justice. Special attention should be given to unrest cases by setting up Special Criminal Courts for this purpose.

Chapter 2: Code of conduct for political parties and organisations

- i) We recognise the essential role played by political parties and organisations as mediators in a democratic political process, permitting the expression, aggregation and reconciliation of different views and interests, and facilitating the translation of the outcome of this process into law and public policy, and respect the activities of political parties and organisations in organising their respective structures, canvassing for support, arranging and conducting public meetings, and encouraging voting.
- ii) All political parties and organisations shall actively contribute to the creation of a climate of tolerance by:
 - * publicly and repeatedly condemning political violence and encouraging among their followers an understanding of the importance of democratic pluralism and a culture of political tolerance; and
 - * acting positively, also vis-a-vis all public authorities including local and traditional authorities, to support the right of all political parties and organisations to have reasonable freedom of access to their members, supporters and other persons in rural areas, whether they be housed on public or private property.
- iii) No political party or organisation or any official or representative of such party, shall:
 - * kill, injure, apply violence to, intimidate or threaten any other person in connection with that person's political beliefs, words, writing or actions;
 - * remove, disfigure, destroy, plagiarise or otherwise misrepresent any symbol or other material of any political party or organisation;
 - * interfere with, obstruct or threaten any other person or group travelling to or from or intending to attend, any gathering for political purposes;

- * seek to compel, by force or threat of force, any person to join any party or organisation, attend any meeting, make any contribution, resign from any post or office, boycott any occasion or commercial activity or withhold his or her labour or fail to perform a lawful obligation; or
- * obstruct or interfere with any official or representative of any political party or organisation's message to contact or address any group of people.
- iv) All political parties and organisations shall respect and give effect to the obligation to refrain from incitement to violence and hatred.
- v) All political parties and organisations shall provide full assistance and co-operation to the police in the investigation of violence and the apprehension of the individuals involved. The signatories to this Accord specifically undertake not to protect or harbour their members and supporters to prevent them from being subjected to the processes of justice.

Chapter 3: Security forces: general provisions

I. General principles

- i) The police shall endeavour to protect the people of South Africa from all criminal acts and shall do so in a rigorously non-partisan fashion, regardless of the political belief and affiliation, race, religion, gender or ethnic origin of the perpetrators or victims of such acts.
- ii) The police shall endeavour to prevent crimes and shall attempt to arrest and investigate all those reasonably suspected of committing crimes and shall take the necessary steps to facilitate the judicial process.
- iii) The police shall be guided by belief that they are accountable to society in rendering their policing services and shall therefore conduct themselves so as to secure and retain the respect and approval of the public.
- iv) The police shall endeavour to obtain the co-operation of the public whose partnership in the task of crime control and prevention and control is essential.
- v) The police shall emphasise that there is no place in the police force for policing practices based on personal or racial prejudice, corruption, excessive force or any unlawful actions.
- vi) The police shall exercise restraint in the performance of their duties and shall use the minimum force that is appropriate in the circumstances.
- vii) The police must always respond promptly to calls for assistance and intervention.
- viii) Where prior notification is given of possible violence, the police must take all reasonable steps to prevent such an outbreak of violence.
- ix) The police shall endeavour to disarm those persons illegally bearing dangerous weapons in any gathering or procession.
- x) In order to investigate all crimes relating to "political violence", the police shall establish a police investigation unit under the command of a police general (or senior police officer in the case of self-governing territories). The Standing Commission and/or the National Peace Committee may inquire on the progress of the investigations and the police general shall submit a report.
- xi) The Commissioner of Police shall have regard to recommendations of the National Peace Committee. The police shall, in each locality where a Local Dispute Resolution

- Committee exists consult regularly with the Committee and community leaders on the efficient functioning of the police in that community.
- xii) In addition to the normal channels available within the Department of Law and Order, complaints against the police may also be referred to the Police Reporting Officer, or, depending on the nature of such complaints, to the Standing Commission on Violence and Intimidation.
 - xiii) If the police feel they are unfairly victimised or harassed by any person or body or organisation they will have the right to raise a complaint to the National Peace Committee or any other appropriate body.
 - ix) Complaints of alleged police misconduct which is of such a serious nature that it affects police/community relations should be referred to the Police Reporting Officer or the Commissioner of Police for investigation by a unit of the police specifically established for this purpose. Such a Police Reporting Officer may be a former prosecutor, a former member of the attorney-general's staff, a lawyer in private practice, a former magistrate, or a former policeman.
 - x) All police officials should carry a legible external form of identification and all official police vehicles shall have an identification number painted on the side. All military vehicles acting in support of the police shall display an identification number on the side.

2. Police Board

A Police Board shall be established whose composition shall comprise members of the public and representatives of the police in equal numbers. The function of the Police Board shall be to consider and make recommendations to the Minister of Law and Order in regard to the policy relating to the training and efficient functioning of the police, with a view to reconcile the interests of the community with that of the police.

3. Covert or secret operations

- i) No public funds shall be used to promote the interests of any political party or political organisation and no political party or political organisation shall accept any public funds to promote its interests which shall have the effect of interfering with the political process.
- ii) The government shall not allow any operation by the security forces with the intention to undermine, promote or influence any political party or political organisation at the expense of another by means of any acts, or by means of disinformation.

4. Dangerous weapons

The parties agree that no weapons or firearms may be possessed, carried or displayed by members of the general public attending any political gathering, procession or meeting.

5. Self protection units

- i) The Law accords all individuals the right to protect themselves and their property, and to establish voluntary associations or self protection units in any neighbourhood to prevent crime and to prevent any invasion of the lawful rights of communities. This shall include the right to bear licensed arms and use them in legitimate and lawful self-defence.
- ii) The parties also agree that no party or political organisation shall establish such units on the basis of party or political affiliation, such units being considered private armies.
- iii) No private armies shall be allowed or formed.

- iv) All existing structures called self-defence units shall be transformed into self-protection units.

6. General

This Accord shall, where applicable, be binding on the defence force in as much as it performs any ordinary policing function.

7. Code of conduct for members of the defence force

A code is in the process of being negotiated under the auspices of the National Peace Committee.

Chapter 4: Security forces: police code of conduct

Mission of the South African Police: "We undertake, impartially and with respect for the norms of the law and society, to protect the interests of the country and everyone therein against any criminal violation, through efficient service rendered in an accountable manner" A detailed oath of allegiance based on the principles in chapter 3 forms the code of conduct.

Chapter 5: Measures to facilitate socio-economic reconstruction and development

- i) Reconstruction and development projects must actively involve the affected communities. Through a process of inclusive negotiations involving recipients, experts and donors, the community must be able to conceive, implement and take responsibility for projects in a co-ordinated way as close to the grassroots as possible. In addition, reconstruction and development must facilitate the development of the economic and human resources of the communities concerned.
- ii) Sustainable development implies that all individuals must be assisted and encouraged to accept responsibility for their socio-economic well-being.
- iii) This development initiative should in no way abrogate the right and duty of governments to continue their normal development activity, except that in doing so they should be sensitive to the spirit and contents of any agreement reached.
- iv) The National Peace Committee and the Regional Dispute Resolution Committees will establish permanent sub-committees on socio-economic reconstruction and development. The general guideline on issues to be dealt with is to move from immediate issues related to violence and the peace process toward pre-emption of violence and then toward integrating into the overall need for socio-economic development.
- v) In addressing the above issues attention will have to be paid to:
 - * the equitable allocation of state resources, including state-funded development agencies (physical and financial) for both public and community-based initiatives;
 - * mobilisation of additional resources - both public and private;
 - * the cumbersome nature of governmental structures in the provision of resources and services;
 - * the position of the very poor and marginalised groups;
 - * land, its accessibility and use;
 - * basic housing;
 - * provision of basic services;
 - * education;

- * health and welfare;
- * job creation and unemployment; and
- * the availability of land for housing and basic services.

Chapter 6: Commission of Inquiry Regarding the Prevention of Public Violence and Intimidation ("the Commission")

- i) The Commission was established by the Prevention of Public Violence and Intimidation Act, 1991.
- ii) The Commission shall function on a permanent basis and shall be composed of a judge or retired judge of the Supreme Court or a senior advocate with at least ten years' experience; a senior advocate or senior attorney or professor of law and three other qualified persons.
- iii) The Commission will investigate the causes of violence and intimidation; recommend measures capable of containing the cycle of violence; recommend measures in order to prevent further violence; initiate research programmes for the establishment of scientific empirical data on violence; and make recommendations concerning the funding of the process of peace.
- iv) Any individual will be able to approach the Commission with a request to investigate any particular matter relevant to combating violence and intimidation. If such individual is held in detention, the relevant authorities will facilitate the transmission of such a request to the Commission.
- v) The Commission does not have to wait for representations, it may of its own accord investigate matters.
- vi) Any such investigation will not affect any legal proceedings.

Chapter 7: National Peace Secretariat, Regional and Local Dispute Resolution Committees

- i) The function of the National Peace Secretariat will be to establish and co-ordinate Regional Dispute Resolution Committees and thereby Local Dispute Resolution Committees.
- ii) Peace bodies are to be established at both regional and local level, to be styled "Regional Dispute Resolution Committees" (RDRC) and "Local Dispute Resolution Committees" (LDRC) respectively.
- iii) RDRCs will be constituted from representatives from relevant political organisations, churches, trade unions, industry, business, local and tribal authorities and the police and defence force. RDRCs shall settle disputes causing public violence and intimidation by negotiating with the parties concerned and recording the terms of such settlements, monitoring peace agreements and liaising with the National Peace Secretariat.
- iv) LDRCs will be constituted from relevant representatives of the community. They will settle disputes on the grassroots level causing public violence and intimidation, liaise with local police and magistrates on matters concerning the prevention of violence, and the holding of rallies, marches and meetings. v) It is proposed that additional Justices of the Peace be appointed after consultation with relevant parties and LDRCs to promote the peace process at the grassroots level and to assist LDRCs in their activities.

Chapter 8: National Peace Committee

- i) Those political parties and organisations currently represented on the Preparatory Committee shall constitute the National Peace Committee together with representatives drawn from other signatory parties where the National Peace Committee believes such inclusion will give effect to the National Peace Accord.
- ii) The Committee shall appoint a chairperson and a vice-chairperson who shall be drawn from the church and business communities. The objective of the Committee is to monitor and make recommendation on the implementation of the National Peace Accord as a whole and to ensure compliance with the Code of Conduct for Political Parties and Organisations.
- iii) The Committee will be able to convene a meeting of the signatories where necessary, amend the constitution of the Committee and negotiate and conclude further agreements to achieve the objects of the National Peace Accord.
- iv) All decisions shall be by consensus and disputes shall be settled by arbitration.

Chapter 9: Enforcing the Agreement Between the Parties

- i) There should be simple and expeditious procedures for resolving disputes regarding transgressions of the Code of Conduct for Political Organisations by political parties and organisations who are signatories of the National Peace Accord.
- ii) Wherever possible these should be settled at grassroots level, through the participation of the parties themselves and by using the proven methods of mediation, arbitration and adjudication.
- iii) The arbitrator shall be a person with legal skills, appointed by the relevant parties by consensus, failing which he/she shall be appointed by the National Peace Committee.
- iv) The arbitrator shall make a finding on the facts and make an order on the organisation to remedy the situation or distance themselves from the events.
- v) The signatories agree to consult each other on making the Code enforceable, including the possibility of statutory enforcement.

Chapter 10: Special Criminal Courts

- i) An effective and credible criminal judicial system requires the swift and just dispensation of justice.
- ii) Special attention should be given to unrest cases by setting up Special Criminal Courts for this purpose which will allow for the swift prosecution of criminals and the clearing of those wrongfully accused of violence.
- iii) It is agreed that the Department of Justice, in co-operation with local legal practitioners of the Law Societies and the Bar, should establish project committees to advise the Department of Justice on the administration of the proposed Special Criminal Courts.
- iv) The parties commit themselves to promoting procedural and evidential rules that will facilitate the expeditious and effective hearing of criminal cases.

An African Success Story

NEWSWEEK/OCTOBER 28, 1991

A frugal government and a homogeneous people help, but diamonds are Botswana's best friend

Botswana is a lucky country. Diamonds and other resources make it one of the three wealthiest nations in sub-Saharan Africa. Yet it knows how to live modestly. It has no dams or superhighways, and its international airport terminal is just one story high. Celebrations last month marking 25 years of Botswanan independence were typically low-key. "Our prudence is a cultural thing," says Assistant Finance Minister David Magang. "To what use would we put grandiose schemes? Our people would laugh at us." But Botswana's confidence is flagging ever so slightly. Could the success story of the 1980s succumb to the African disease in the 1990s?

Botswana has come far since independence. In 1966 the newborn republic had 35 doctors and 20 kilometers of paved road; it ranked among the world's 20 poorest countries. A year later, gem-quality diamonds were discovered at Orapa; they have been Botswana's best friend ever since. Exports from its three major mines bring in \$1 billion a year, making Botswana one of the world's top diamond producers. Tight-fisted spending has enabled the government of President Quett Masire to avoid budget deficits for a decade. Per capita, Botswana's gross domestic product ranks behind only oil-rich Gabon and South Africa in sub-Saharan Africa. It sits on \$3 billion in hard-currency reserves. Its currency, the pula, is stronger than South Africa's rand.

In some ways Botswana might be described as the Kuwait of Black Africa. It is thinly populated and depends overwhelmingly on one natural resource for its revenues. Much of its territory is covered by the bone-dry Kalahari Desert. Because of a

shortage of indigenous skilled labor, the private sector employs thousands of expatriates in key managerial and technical positions. Signs of prosperity are hard to spot—visible mainly in the shiny Mercedes cars in Gaborone, the capital, or in the scaffolding and construction cranes marking the sites of future office buildings.

Unbroken rule: What really sets Botswana apart from other African countries is its political stability and democracy. There are no political prisoners, seven opposition parties operate freely and elections are held every five years. The democratic traditions were not learned in Westminster or Washington but arose directly from the dusty hamlets of its own bush. Long before the British arrived in 1885, village life had been governed by the *kgotla*, a kind of African town meeting chaired by the tribal chief. In a *kgotla*, all the adult males in a community could have their say. "They probably have the second oldest type of democracy here, after [ancient] Athens," notes one European diplomat in Gaborone. "They've never had despotic rulers because the chief can be thrown out just as easily as the lowest herd boy." The *kgotla* provided a solid foundation for the Western-style parliamentary democracy that was set up in the mid-1960s, and the principle of accountability has been largely preserved during 25 years of unbroken rule by the center-right Botswana Democratic Party.

Botswana has been lucky in many other ways. Politics prevented most black African countries from forging the cozy trading relationship that the Masire government enjoys with its neighbor South Africa, which supplies 80 percent of Botswana's imports. And not only does Botswana have

an enviable array of mineral resources—including coal, copper, nickel and soda ash—but it has a low population. It has only 1.3 million inhabitants spread across an area the size of France. It is also mercifully free of the ethnic and tribal tensions that have torn Nigeria, Zaire and other countries. "We really are one people here: we speak one language and we don't have that tribal conflict," says Louis Nchindo, the Oxford-educated head of Debswana, the diamond-mining company owned equally by the Botswanan government and South Africa's De Beers Centenary corporation. "The acceptance of democracy can be transferred [to other countries], but a lot of other elements are unique to Botswana."

Rising crime: Until now the economy has expanded fast enough to ensure political stability. But that growth seems to be slowing lately, and rapid population growth and social problems like urbanization and rising crime are becoming more difficult to manage. The construction boom continues unabated in Gaborone—three new hotels have sprung up in just the past 18 months—but unemployment is estimated at between 25 and 35 per cent, the crime rate is soaring and street urchins beg motorists for pocket change in the parking lots of the capital's long shopping mall. Diamond mining is not a labor-intensive industry, and Botswana can only generate new jobs for young people in one of two ways: lavishing foreign capital on big public works projects or trying to lure fresh infusions of private capital from outside. The Masire government is opting for the latter course, offering foreign manufacturers tax breaks and other incentives. But thus far the response has been disappointing.

There is even concern that Botswana's prudence and thrift may be on the wane. The government is projecting a budget deficit for the current fiscal year, its first since 1982. The government is going ahead with plans to build a military base 50 kilometers northwest of Gaborone, a project first approved after a series of cross-border raids by South Africa against suspected African National Congress targets in the late 1980s. At a time when Pretoria is actively seeking better ties with Black Africa, critics ask whether Botswana still needs the \$280 million facility. Most people still live in remote rural areas and have reaped few benefits from Botswana's diamond windfall. As the country's population becomes more urbanized, the leftist opposition parties will likely pick up more support, thereby putting Botswana's democratic traditions to the test. But while diamonds aren't forever, Botswana's gem deposits are expected to last well into the next century. Those mineral riches may yet help Botswana forestall the twin threats of dictatorship and economic disaster.

JOSEPH CONTRERAS in Gaborone